

UFRRJ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES (PPGEduc)

DISSERTAÇÃO

**PROGRAMA INCLUSÃO EM REDES: políticas de educação especial, formação
humana e afirmação da diversidade**

ALESSANDRA ANDRADE CARDOSO

2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES (PPGEduc)**

**PROGRAMA INCLUSÃO EM REDES: POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO
ESPECIAL, FORMAÇÃO HUMANA E AFIRMAÇÃO DA
DIVERSIDADE**

ALESSANDRA ANDRADE CARDOSO

Sob a orientação do Professor Doutor

Allan Rocha Damasceno

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ

Agosto/2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C268p Cardoso, Alessandra Andrade, 1975-
Programa inclusão em redes: políticas de educação especial, formação humana e afirmação da diversidade / Alessandra Andrade Cardoso. - Seropédica; Nova Iguaçu, 2022.
183 f.: il.

Orientador: Allan Rocha Damasceno.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2022.

1. Educação Especial. 2. Políticas Públicas. 3. Trabalho colaborativo. I. Damasceno, Allan Rocha, 1978-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 899 / 2022 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.049585/2022-11

Seropédica-RJ, 15 de agosto de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES

ALESSANDRA ANDRADE CARDOSO

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 02/08/2022

Membros da banca:

ALLAN ROCHA DAMASCENO. Dr. UFRRJ (Orientador/Presidente da Banca).

AURELIANO LOPES DA SILVA JUNIOR. Dr. UFRRJ (Examinador Externo ao Programa).

MÔNICA PEREIRA DOS SANTOS. Dra. UFRJ (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 21/08/2022 12:11)
ALLAN ROCHA DAMASCENO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptECMSD (12.28.01.00.00.00.22)
Matricula: 2572432

(Assinado digitalmente em 15/08/2022 12:19)
AURELIANO LOPES DA SILVA JUNIOR
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptPD (12.28.01.00.00.00.23)
Matricula: 1331797

(Assinado digitalmente em 23/08/2022 12:07)
MÔNICA PEREIRA DOS SANTOS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 751.398.047-00

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **899**, ano: **2022**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **15/08/2022** e o código de verificação: **8aeeb9ff24**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu marido e filha por toda compreensão pelo tempo despendido aos estudos, sem vocês não seria possível.

Aos meus pais que sempre me motivaram e acreditaram que eu poderia mais.

Aos professores e estudantes que passaram pela minha vida e foram fonte de inspiração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus pelo dom da vida, por todas as bênçãos que foram concedidas a mim para que eu chegasse até aqui, por toda força que me fez prosseguir quando pensei em desistir; por tudo que fui, que sou e que me tornarei a partir dos caminhos que escolhi trilhar e que sei, nunca estive sozinha.

Aos meus pais, Paulo e Imaculada (*in memoriam*), por todo esforço em me oferecer uma base pautada na educação e no respeito ao próximo, que me motivaram e cobraram de mim porque sempre acreditaram que eu poderia mais.

Obrigada ao meu marido, Marcio, e a minha filha, Larissa, por todo apoio que sempre me deram, por toda ausência que suportaram, pelo suporte que sempre tive para que pudesse buscar conhecimento. Para vocês o meu amor e a minha eterna gratidão.

Obrigada ao meu amigo Gustavo Diniz, que esteve comigo durante todo o processo seletivo, que estudou comigo, me incentivou, me ajudou de tantas maneiras, que torceu mais que qualquer outra pessoa para que eu conseguisse; que ficava acordado até tarde esperando os resultados, que vibrava a cada etapa. Foi muito importante e inesquecível!

À minha grande amiga Ana Carla por tudo, tudo mesmo, seu apoio incondicional sempre foi muito importante para mim.

Aos meus amigos “Chamuscados” porque sempre foram o meu refúgio nas horas difíceis e nas horas de alegria, para vocês a minha amizade, o meu amor e muita gratidão.

Agradeço também aos colegas do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI) por todo conhecimento e experiências compartilhados, vocês são pessoas incríveis que tive a sorte de conhecer.

Àqueles que certamente contribuíram e torceram, reconheço terem sido essenciais para que eu crescesse e buscasse alcançar os meus sonhos, para todos e todas vocês o meu muito obrigada.

Aos profissionais parceiros que contribuíram para o desenvolvimento do Programa Inclusão em Redes, que apesar das dificuldades impostas pelo distanciamento social causado pela pandemia da Covid-19, sempre estiveram comprometidos, sem eles eu jamais conseguiria.

À professora Mônica Pereira dos Santos que generosamente nos presenteou com o relato de sua trajetória com a educação especial e que tanto me inspirou a acreditar que vale a pena a luta pela inclusão.

À Coordenação do PPGEduc que flexibilizou prazos demonstrando sensibilidade ao período pandêmico em que este estudo foi feito.

À Banca da Qualificação que, com muita generosidade, contribuiu sobremaneira para que o Programa tomasse fôlego e o estudo fosse ampliado, vocês foram de uma importância que não se pode mensurar.

E por fim, mas não menos importante, meus agradecimentos ao meu professor/orientador/amigo e grande inspirador Allan Damasceno por ter visto potencial no meu trabalho, por ter acreditado em mim, por me fortalecer quando estive fraca e me desafiar a fazer um trabalho melhor. Um ser humano feito para a inclusão, um ser humano incrível!

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

*Liberdade não é poder escolher entre preto e
branco, mas sim abominar este tipo
de propostas de escolha.*

Theodor Adorno

CARDOSO, Alessandra Andrade. **PROGRAMA INCLUSÃO EM REDES: políticas de educação especial, formação humana e afirmação da diversidade**. 2022. 183 p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2022.

RESUMO

Esta dissertação teve como objeto de investigação as Políticas Públicas de Educação Especial nos municípios da Região da Costa Verde/RJ. O objetivo central desta pesquisa foi identificar, através dos ‘Webinários Intermunicipais de Inclusão Escolar e Educacional’, políticas das redes de ensino no atendimento às demandas específicas de escolarização de estudantes da educação especial nos municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty, lócus do estudo; bem como a instituição de uma rede territorial de estudos, pesquisas, trocas de experiências e realização de ações colaborativas; a análise das normativas que regulamentam o atendimento à Educação Especial na Região da Costa Verde/RJ e a caracterização da organização das Redes Municipais de Ensino participantes do Programa no que tange a educação especial. A concepção metodológica desta pesquisa está fundamentada na indissociabilidade entre teoria e práxis posta na Teoria Crítica. O pensamento de Theodor Adorno e comentadores de seu pensamento subsidiaram nossas análises. Os procedimentos de coleta de dados foram: análise documental; dos Projetos Políticos Pedagógicos, Planos Municipais de Educação, slides de apresentação das coordenações de educação especial e documentos oriundos das Secretarias de Educação (portarias, resoluções de matrícula, diretrizes); e grupo focal; através dos webinários, com pautas para debate previamente acordadas com as participantes do estudo, a saber: Coordenadora de Educação Especial da Secretaria de Educação de Angra dos Reis; Diretora de Educação Especial da Secretaria de Educação de Mangaratiba e Coordenadora de Educação Especial da Secretaria de Educação de Paraty. Em nossas conclusões identificamos que o trabalho colaborativo entre as redes municipais de ensino representou uma significativa conquista para a educação especial da região, pois oportunizou, em regime de cooperação, a elaboração do Plano de Ação Intermunicipal de Educação Especial da Região da Costa Verde/RJ. Entretanto, constatou-se que ainda há inúmeros desafios que obstaculizam o trabalho colaborativo entre as redes a medida em que as coordenações não permanecem tempo necessário na função para o estreitamento e fortalecimento das relações. Destacamos a importância desta e outras pesquisas que possuam como objeto de estudo o trabalho colaborativo no processo de elaboração de políticas públicas intermunicipais para o atendimento aos estudantes da modalidade da educação especial como efetividade da formação humana e afirmação da diversidade.

Palavras-chave: Educação Especial, Políticas Públicas, Trabalho colaborativo

CARDOSO, Alessandra Andrade. **NETWORK INCLUSION PROGRAM: special education policies, human training and diversity affirmation.** 2022. 183 p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2022.

ABSTRACT

This dissertation had as object of investigation the Public Policies of Special Education in the municipalities of the Region of Costa Verde/RJ. The main objective of this research was to identify, through the 'Intermunicipal Webinars on School and Educational Inclusion', policies of the education networks in meeting the specific demands of schooling of special education students in the municipalities of Angra dos Reis, Mangaratiba and Paraty, locus of the study; as well as the establishment of a territorial network for studies, research, exchanges of experiences and carrying out collaborative actions; the analysis of the regulations that regulate the attendance to Special Education in the Region of Costa Verde/RJ and the characterization of the organization of the Municipal Teaching Networks participating in the Program with regard to special education. The methodological conception of this research is based on the inseparability between theory and praxis set out in Critical Theory. Theodor Adorno's thought and commentators of his thought subsidized our analyses. Data collection procedures were carried out through document analysis; of Pedagogical Political Projects, Municipal Education Plans, presentation slides of special education coordinators and documents from the education departments (ordinances, enrollment resolutions, guidelines); and with a focus group; through webinars, with agendas for debate previously agreed with the study participants, namely: Special Education Coordinator of the Angra dos Reis Secretary of Education; Director of Special Education at the Secretary of Education of Mangaratiba and Coordinator of Special Education at the Secretary of Education of Paraty. In our conclusions, we identified that the collaborative work between municipal education networks represented a significant achievement for special education in the region, as it provided, in a cooperation regime, the elaboration of the Intermunicipal Action Plan for Special Education in the Region of Costa Verde / RJ. However, it was found that there are still numerous challenges that hinder collaborative work between networks as the coordinations do not remain in the necessary time in the function for the narrowing and strengthening of relationships. We emphasize the importance of this and other researches that have as their object of study the collaborative work in the process of elaboration of inter-municipal public policies for the assistance to students of the special education modality as an effectiveness of human formation and affirmation of diversity.

Keywords: Special Education, Public Policies, Collaborative work

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| QUADRO 1- CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES..... | 51 |
| QUADRO 2- QUADRO DE ATIVIDADES DO I SEMINÁRIO DO PROGRAMA INCLUSÃO EM REDES | 139 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| TABELA 1- NÚMERO DE MATRÍCULAS NA REDE DE ENSINO DE ANGRA DOS REIS..... | 55 |
| TABELA 2- NÚMERO DE MATRÍCULAS DA REDE DE ENSINO DE MANGARATIBA | 58 |
| TABELA 3- NÚMERO DE MATRÍCULAS DA REDE DE ENSINO DE PARATY | 61 |
| TABELA 4- NÚMEROS ATUALIZADOS PELAS COORDENAÇÕES/DIREÇÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ABRIL DE 2022. | 143 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| GRÁFICO 1- EVOLUÇÃO DO IDEB DA REDE DE ENSINO DE ANGRA DOS REIS (FUNDAMENTAL I) | 56 |
| GRÁFICO 2- EVOLUÇÃO DO IDEB DA REDE DE ENSINO DE ANGRA DOS REIS (FUNDAMENTAL II) | 56 |
| GRÁFICO 3- EVOLUÇÃO DO IDEB DA REDE DE ENSINO DE MANGARATIBA (FUNDAMENTAL I) | 59 |
| GRÁFICO 4- EVOLUÇÃO DO IDEB DA REDE DE ENSINO DE MANGARATIBA (FUNDAMENTAL II) | 59 |
| GRÁFICO 5- EVOLUÇÃO DO IDEB DA REDE DE ENSINO DE PARATY (FUNDAMENTAL I) | 62 |
| GRÁFICO 6- EVOLUÇÃO DO IDEB DA REDE DE ENSINO DE PARATY (FUNDAMENTAL II) | 62 |
| GRÁFICO 7- ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – MANGARATIBA | 76 |
| GRÁFICO 8- DEFICIÊNCIAS ATENDIDAS NAS UNIDADES ESCOLARES DE MANGARATIBA | 77 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| FIGURA 1- PAUTA DO 1º WEBINÁRIO DO PROGRAMA INCLUSÃO EM REDES..... | 70 |
| FIGURA 2- PAUTA DO 2º WEBINÁRIO DO PROGRAMA INCLUSÃO EM REDES..... | 71 |
| FIGURA 3- PAUTA DO 3º WEBINÁRIO DO PROGRAMA INCLUSÃO EM REDES..... | 82 |
| FIGURA 4- APRESENTAÇÃO DA DIRETORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DE MANGARATIBA | 84 |
| FIGURA 5- METAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PME MANGARATIBA..... | 87 |
| FIGURA 6- METAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PME MANGARATIBA..... | 87 |
| FIGURA 7- NORMATIVAS MUNICIPAIS DE ANGRA DOS REIS | 89 |
| FIGURA 8- PAUTA DO 4º WEBINÁRIO DO PROGRAMA INCLUSÃO EM REDES..... | 94 |
| FIGURA 9- PAUTA DO 5º WEBINÁRIO DO PROGRAMA INCLUSÃO EM REDES..... | 96 |
| FIGURA 10- APRESENTAÇÃO DA DIRETORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DE MANGARATIBA | 102 |
| FIGURA 11- PAUTA DO 6º WEBINÁRIO DO PROGRAMA INCLUSÃO EM REDES | 106 |
| FIGURA 12- ESTRUTURA DA ASSISTÊNCIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DE ANGRA DOS REIS..... | 107 |
| FIGURA 13- IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DE MANGARATIBA | 114 |
| FIGURA 14- PAUTA DO 7º E ÚLTIMO WEBINÁRIO DO PROGRAMA INCLUSÃO EM REDES..... | 120 |
| FIGURA 15- PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ANGRA DOS REIS..... | 121 |
| FIGURA 16- PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ANGRA DOS REIS..... | 122 |
| FIGURA 17- PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MANGARATIBA | 123 |
| FIGURA 18- PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE MANGARATIBA..... | 124 |
| FIGURA 19- PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM PARATY..... | 125 |
| FIGURA 20- NUVEM DE PALAVRAS MAIS CITADAS DURANTE OS WEBINÁRIOS..... | 130 |
| FIGURA 21- CONVITE PARA O I SEMINÁRIO DO PROGRAMA INCLUSÃO EM REDES..... | 138 |
| FIGURA 22- CAPA DO DOCUMENTO BASE..... | 145 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|--|----|
| MAPA 1- MAPA DA REGIÃO DA COSTA VERDE/RJ | 53 |
| MAPA 2- MAPA DO MUNICÍPIO ANGRA DOS REIS..... | 54 |
| MAPA 3- MAPA DE MANGARATIBA | 57 |
| MAPA 4- MAPA DO MUNICÍPIO DE PARATY | 60 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|---|
| ADE | Arranjos de Desenvolvimento da Educação |
| AEE | Atendimento Educacional Especializado |
| AME | Associação de Mães e Equoterapia |
| CAP | Centro de Apoio Pedagógico |
| CEMAP | Centro de Atendimento Pedagógico |
| CF | Constituição Federal |
| DEDIN | Departamento de Diversidade E Inclusão |
| DEED | Diretoria de Educação Especial e Diversidade |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| EJA | Educação de Jovens e Adultos |
| EMES | Escola Municipal para Surdos |
| EMVD | Escola Municipal para Deficientes Visuais |
| FUNDEB | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IE | Instituto de Educação |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| LEPEDI | Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão |
| MEC | Ministério da Educação |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| ONG | Organização não governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PAEE | Público-Alvo da Educação Especial |
| PEI | Plano Educacional Individualizado |
| PME | Plano Municipal de Educação |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| PPP | Projeto Político Pedagógico |
| SECT | Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia |
| SEESP | Secretaria de Educação Especial |
| SME | Secretaria Municipal de Educação |
| SMEC | Secretaria Municipal de Educação e Cultura |

| | |
|--------|--|
| SMEEL | Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer |
| SNE | Sistema Nacional de Educação |
| SRM | Sala de Recursos Multifuncionais |
| TDH | Transtorno do Déficit de Atenção |
| TEA | Transtorno do Espectro Autista |
| UFRRJ | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| UTD | Unidade de Trabalho Diferenciado |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| APRESENTAÇÃO | 19 |
| FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA: PERSPECTIVAS INCLUSIVAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA | 27 |
| I. EDUCAÇÃO ESPECIAL & INCLUSÃO ESCOLAR/EDUCACIONAL: FRONTEIRAS EM PERSPECTIVAS | 35 |
| 1.1 Retrospectiva histórico-política da educação especial | 38 |
| 1.2 Perspectivas de democratização da educação por intermédio do trabalho colaborativo | 43 |
| II- APORTE METODOLÓGICO: CONCEPÇÕES, PERCEPÇÕES E TRAJETÓRIAS | 48 |
| 2.1 – Objetivos e questões do estudo | 49 |
| 2.2- Participantes do estudo | 51 |
| 2.3- Caracterização dos municípios <i>lócus</i> do estudo: Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty da Região da Costa Verde/RJ | 53 |
| 2.4- Procedimentos de coleta de dados | 63 |
| III- O PROGRAMA INCLUSÃO EM REDES: POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, FORMAÇÃO HUMANA E AFIRMAÇÃO DA DIVERSIDADE | 65 |
| 3.1 – 1º Webinar: “Alinhamento e elaboração das normativas dos Municípios” | 67 |
| 3.2 – 2º Webinar - “Diálogos Iniciais sobre/com a Educação Especial” | 70 |
| 3.3 - 3º Webinar – “Conhecendo as Redes – Normativas Municipais da Educação Especial” | 81 |
| 3.4 – 4º Webinar - “Integração X Inclusão do Público-alvo da Educação Especial” | 93 |
| 3.5 – 5º Webinar - “Práticas Educativas Exitosas com o Público-Alvo da Educação Especial” | 95 |
| 3.6 - 6º Webinar – “Potencialidades com foco no processo de ensino-aprendizagem do público-alvo da educação especial” | 105 |
| 3.7 - 7º Webinar - “Seminário Inclusão em Redes” | 119 |
| IV- O CAMINHO QUE SE FAZ CAMINHANDO: ANÁLISES E DISCUSSÕES SOBRE OS RESULTADOS | 133 |
| 4.1- Materialidade do estudo – I Seminário do Programa Inclusão em Redes | 137 |
| 4.1.1. Construções colaborativas: pensando e articulando um plano de ação inclusivo intermunicipal da modalidade Educação Especial | 145 |

| | |
|--|-----|
| 4.1.2. Compartilhando os registros da construção no “estado da arte” | 146 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 148 |
| REFERÊNCIAS | 153 |
| ANEXOS | 158 |
| ANEXO A – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ANGRA DOS REIS | 158 |
| ANEXO B – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM MANGARATIBA | 162 |
| ANEXO C – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM PARATY | 166 |
| ANEXO D – PLANO DE AÇÃO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA COSTA VERDE 2022-2025 | 171 |
| ANEXO E – LISTA DE PRESENÇA DO I SEMINÁRIO DO PROGRAMA INCLUSÃO EM REDES | 182 |
| ANEXO F – CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO PROGRAMA INCLUSÃO EM REDES PARA O ANO DE 2022 | 183 |

“O amor é a capacidade de perceber o semelhante no dessemelhante.”
Theodor Adorno

APRESENTAÇÃO

Há décadas alguns grupos eram excluídos da escola, quando o ensino obrigatório inseriu novos públicos no universo escolar a democratização do ensino passou a ser um grande desafio. Reconhecendo que o “formato” de escola que se apresenta hoje não é muito diferente do existente há tempos, ingressar no ambiente escolar, sob a perspectiva da inclusão do público-alvo da educação especial (PAEE)¹, é um desafio. Entretanto, estamos em constante mudança, a sociedade muda, as pessoas mudam e a tecnologia está incorporada nas relações sociais, porém os sistemas de ensino estão, em sua maioria, organizados de maneira semelhante e acabam por se tornar isolados na busca de superar, muitas vezes, os mesmos desafios. Dessa maneira, para Costa (2001, p. 91):

A urgência de uma educação democrática e emancipadora parece constituir-se como alternativa para a superação da diferença significativa como obstáculo para o acesso e permanência na escola regular dos educandos com deficiência e na possibilidade de se pensar uma sociedade justa e humana.

As políticas públicas relacionadas à inclusão de grupos minoritários, por vezes, excluídos de benefícios sociais e de atuação plena na sociedade suscitam discussões há tempos em busca da erradicação da exclusão e os estudantes com deficiência estão inseridos nesse grupo que necessita de, entre outras, a garantia do seu desenvolvimento educacional. Deste modo Costa e Damasceno (2012, p.25) explicam que:

É possível entender o movimento de inclusão escolar como ruptura do ideal totalitário presente na sociedade de classes, o que permite a experiência do convívio das diferenças no mesmo espaço escolar, por intermédio da educação inclusiva, contrapondo-se à manutenção da segregação que sistematizou escolas diferentes para pessoas diferentes.

¹ O público-alvo da educação especial, considerando a legislação vigente, Resolução nº 4 de outubro de 2009, é composto por estudantes com deficiências: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial; alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação; e alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

No campo educacional, existe um aparato legal que legitima o direito da pessoa com deficiência no acesso às escolas regulares em oposição às práticas de segregação em classes e escolas especiais, embora muito recente o atual governo brasileiro tenha, através do Decreto Nº 10.502 de 30 de setembro de 2020, atacado as políticas formuladas na perspectiva da inclusão. O que, de acordo com a maioria das instituições e dos movimentos que lutam pelos direitos da pessoa com deficiência, representa um retrocesso aos direitos adquiridos como disposto na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU) e na Constituição Federal (CF) de 1988, por enquanto suspenso pelo Superior Tribunal Federal.

Considera-se que as escolas acabam por refletir a sociedade na qual está inserida, dentre as diversas estratégias existentes para remover as barreiras da aprendizagem e da inclusão, a colaboração entre gestores, educadores, e especialistas em Educação Especial, bem como entre equipes, ou mesmo entre os estudantes, pais e responsáveis, têm sido um dos grandes desafios no avanço das políticas públicas educacionais, tornando-se essencial a busca de avanços entre teoria e prática. Para Adorno (1995, pp. 203-204):

O que, desde então, vale como o problema da práxis, e hoje novamente se agrava na questão da relação entre teoria e práxis, coincide com a perda de experiência causada pela racionalidade do sempre-igual. Onde a experiência é bloqueada ou simplesmente já não existe, a práxis é danificada e, por isso, ansiada, desfigurada, desesperadamente supervalorizada. Assim, o chamado problema da práxis está entrelaçado com o do conhecimento.

Pensar a educação é tarefa complexa que exige pesquisa e criticidade. A perspectiva teórica deste estudo considera possibilidades de democratização da educação e da escola no processo de inclusão dos estudantes PAEE, dentro do contexto histórico em que se apresenta, surge a necessidade de problematizar as práticas educativas com a criação de espaços de debate sobre a temática da inclusão, tendo como foco as políticas públicas desenvolvidas pelos gestores das secretarias de educação.

Refletir sobre as ações elaboradas por diretores escolares, coordenadores, práticas educativas de professores do ensino regular e o atendimento educacional especializado. Buscar cooperar para ações conjuntas de acessibilidade; melhorias na infraestrutura; na revisão e estruturação de currículo; na ampliação da comunicação e da informação; na busca e divulgação de programas de extensão; elaboração de políticas públicas educacionais colaborativas; de pesquisa entre outros; a busca incessante para que a

educação seja de inclusão de todos contribuindo na construção de uma educação democrática voltada para a emancipação dos sujeitos, devem balizar a educação especial.

O presente estudo se constituiu a partir da interação entre três redes de ensino que integram uma região litorânea, com características turísticas, com fortes e semelhantes marcas educacionais e por essas razões, a instituição do estudo nomeado de “Programa Inclusão em Redes: políticas de educação especial, formação humana e afirmação da diversidade”², visa contribuir para a ampla troca de experiências e intenciona que os participantes busquem transformar suas realidades em inclusivas ou em ainda mais inclusivas, revisitando suas políticas, suas práticas e culminando positivamente no acesso, na permanência e efetivamente na aprendizagem dos estudantes PAEE das redes municipais de ensino da Região da Costa Verde/RJ.

A Educação Especial na perspectiva da inclusão é responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fazendo-se necessário envolvimento e articulação de todos esses atores, o que torna uma tarefa grandiosa e solidária; o proposto no Programa Inclusão em Redes é somente o início regional dessa tarefa. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) revelam que:

Em todo o mundo, durante muito tempo o diferente foi colocado à margem da educação: o aluno com deficiência, particularmente, era atendido apenas em separado ou então simplesmente excluído do processo educativo, com base em padrões de normalidade; a educação especial, quando existente, também mantinha-se apartada com relação à organização e provisão de serviços educacionais (BRASIL, 2001, p.5).

A exemplo da esfera federal, municípios da Região da Costa Verde sofrem ao longo dos últimos anos com a “descontinuidade administrativa” acarretada por mudanças no poder executivo municipal o que representa desafios não só para a educação do ensino regular, mas fundamentalmente para a educação especial, que em sua trajetória encontra rupturas de linhas de trabalho que são necessárias ao desenvolvimento da modalidade.

Para Spink:

A expressão ‘continuidade e descontinuidade administrativa’ refere-se aos dilemas, práticas e contradições que surgem na Administração Pública, Direta e Indireta, a cada mudança de governo e a cada troca de dirigentes. Como fenômeno, manifesta-se pelas consequências organizacionais de preencher um

² O “Programa Inclusão em Redes: políticas de educação especial, formação humana e afirmação da diversidade” é instituído através deste estudo e busca identificar, através de Webinários Intermunicipais de Inclusão Escolar e Educacional com a participação das equipes gestoras de educação especial das secretarias de educação, as políticas voltadas ao atendimento das necessidades específicas de escolarização de estudantes da educação especial nos municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty.

sem-número de cargos de confiança, explícita ou implicitamente disponíveis para distribuição no interior das organizações públicas (SPINK, 1987, p. 57).

Logo, consideramos legítimo o movimento de cooperação entre as redes de ensino para dialogarem sobre suas políticas de inclusão, contribuindo sobremaneira para a ressignificação da educação da região e da sociedade, oportunizando a democratização de espaços historicamente segregados. A concepção de educação para a inclusão que orienta as políticas educacionais e os atuais marcos normativos asseguram não apenas o acesso dos estudantes PAEE, mas a sua permanência e sucesso no sistema escolar, rompendo com uma trajetória de exclusão e segregação das pessoas com deficiência, bem como modifica as práticas educativas.

Percebemos que a escola que inclui não se pauta somente em atender os estudantes PAEE, mas cria um ambiente capaz de atender a toda demanda diversificada presente no espaço escolar, considerando a subjetividade humana, ou seja, transgredindo as regras impostas pela sociedade capitalista e segregadora em que vivemos.

A escola que inclui busca garantir um bom nível de educação para todos, torna acessível currículos, tem boa organização escolar, inova estratégias pedagógicas, viabiliza recursos e trabalha em cooperação com as respectivas comunidades. De acordo com Costa e Damasceno (2012) o movimento inclusivo na contemporaneidade tem como objetivo a democratização tanto do ensino quanto da sociedade, assim compreendemos que o “Programa Inclusão em Redes” contribui para uma sociedade mais acolhedora, mais humana, que mobiliza para a inclusão.

Com vistas a refletir sobre a qualidade e resultados do serviço oferecido aos estudantes PAEE, a presente pesquisa estuda as políticas públicas das redes municipais através dos relatos das coordenações de educação especial envolvendo os Municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty³, com a pretensão de caracterizar o trabalho que vem sendo realizado pelas coordenações e equipes das Secretarias Municipais de Educação e analisar os resultados dos Webinários Intermunicipais de Inclusão Escolar e Educacional.

³ O nome de Paraty aparece em muitos documentos com a escrita “Parati”. Nesse estudo optamos pela escrita Paraty por ser essa a escrita que aparece no site na cidade, logo buscamos respeitar a identidade da cidade pela visão de sua população.

Relevante se faz, contextualizar o momento histórico em que se dá esse estudo. Com o pré-projeto aprovado e o ingresso na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em março de 2020 e apenas com uma semana de aula presencial no curso de mestrado, o mundo fora acometido por uma pandemia avassaladora que, não só mudaria o planejamento inicial da pesquisa, mas todo o percurso de processo de formação da pesquisadora.

Esse recorte temporal, precisa ser registrado quando, desde o final do ano de 2019, o mundo observava a ascensão gradativa e exponencial do que viria a se tornar a pandemia. Mesmo com os embates entre os diferentes campos político-econômicos, grande parte dos brasileiros ficou em estado de isolamento social. Servidores públicos, trabalhadores assalariados, autônomos, pequenos e grandes empresários e professores são alguns dos exemplos de profissionais que ficaram isolados em suas casas desde o dia 16 de março até aproximadamente agosto e setembro de 2020, época em que líderes de governo começaram a permitir algumas flexibilizações, ainda que a pandemia não estivesse controlada e que não houvesse vacina. Contrariando todas as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), líderes brasileiros optam por priorizar e tentar salvar a economia, ainda que negligenciem vidas.

Nesse cenário de isolamento social e com a suspensão das aulas e do trabalho presencial recorreu-se ao ensino remoto. No Estado do Rio de Janeiro o ensino remoto foi uma ação da Secretaria Estadual de Educação que levou professores e estudantes a utilizarem ferramentas tecnológicas no intuito de darem continuidade ao processo de ensino-aprendizagem.

Nos municípios participantes da pesquisa não aconteceu diferente, o ensino remoto foi adotado embora com estratégias distintas. Muitos são os obstáculos para alcançar a maioria dos estudantes PAEE e uma parcela dos demais estudantes que necessitam, de maneira muito dependente, da mediação e intervenção direta dos professores considerando suas necessidades e há ainda aqueles que não tiveram/têm acesso às ferramentas necessárias ao ensino remoto e nesse contexto, as minorias foram mais uma vez excluídas, agravando ainda mais as desigualdades sociais e econômicas brasileira.

Centralizar nosso debate acerca dos diálogos e possibilidades entre as redes municipais de ensino, no contexto da educação especial, e considerando o cenário dos

municípios em ano de eleições e no período pandêmico é pensar a coexistência de espaços plurais, democráticos e humanos para todos.

O interesse pelo tema sobre o trabalho colaborativo entre as redes com foco nas políticas públicas de educação especial está atrelado ao meu percurso profissional e acadêmico. Dos vinte e cinco anos de magistério na rede municipal de Mangaratiba e com experiências muito positivas em participação de colegiados, estive como gestora a maior parte do tempo, e sempre me inquietou acreditar que poderíamos mais pela e para a inclusão dos estudantes com deficiência, surgindo então a necessidade de pesquisar como são as políticas para educação especial nos municípios com aspectos semelhantes ao do município onde atuo profissionalmente.

O ingresso na Prefeitura Municipal de Mangaratiba se deu por meio de contrato temporário como Auxiliar de Ensino da Classe de Alfabetização no ano de 1997, quando ainda cursava Formação de Professores. Desde o primeiro ano de trabalho estive em busca de fundamentos para atender de maneira plena estudantes com deficiência na sala de aula.

No ano 2000 consegui a primeira matrícula efetiva e em 2004 a segunda. Do ano de 1997 a 2004 estive como regente de diversas turmas sempre trabalhando com estudantes com deficiências intelectual ou física, com transtorno do espectro autista (TEA), até que em 2005 me tornei diretora de escola e inúmeros outros estudantes com deficiências passaram por mim. Nesse período concluí a graduação em Pedagogia no ano de 2003 e a pós-graduação em Psicopedagogia no ano de 2004.

Em 2010 passei a integrar a equipe da Secretaria Municipal de Educação e em 2011 assumi a Diretoria de Ensino, onde permaneci como diretora até 2015, época em que retornei para a sala de aula com alunos PAEE. Fui professora de Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), Coordenadora Pedagógica, Orientadora Educacional, Superintendente de Ensino, Diretora de Educação Especial e Diversidade, Professora de Filosofia e Sociologia e em todas as funções, departamentos, escolas ou segmentos tive a felicidade de trabalhar com estudantes com deficiência, mas também a inquietação perturbadora de pensar que sempre poderia se fazer mais por eles.

No ano de 2018 quando estava na função de Superintendente de Ensino, tivemos a oportunidade de, em parceria, proporcionar o Programa de Formação de Professores para Inclusão com o Professor Allan Damasceno, e optamos por ofertar o programa aos professores do ensino regular com alunos PAEE o que foi uma inovação na rede de

ensino, uma vez que as formações em serviço que eram voltadas para o trabalho com estudantes com deficiência eram oferecidas apenas para os professores do atendimento educacional especializado (AEE). Eu acumulava a função de Superintendente de Ensino com a de professora da rede e fiz o curso, o que desde então, me fez ter a certeza de que podemos mais e estou em busca de conhecimentos para transgredir todos os limites impostos pela sociedade, chegando ao mestrado e elaborando e executando o Projeto do Programa Inclusão em Redes: políticas de educação especial, formação humana e afirmação da diversidade.

A validação do conhecimento gerado pela pesquisa, a aprovação de sua confiabilidade e sua relevância exige, apoiando-se nas palavras de Mazzotti, que o pesquisador se mostre familiarizado com o atual conhecimento sobre a temática focalizada. Admitindo-se então, que nenhum conhecimento é inteiramente objetivo e que os valores e crenças do pesquisador podem interferir no seu trabalho. Nesse caso, Popper (1978, *apud* Mazzotti, 2006, p. 638) aponta que: “a única objetividade a que podemos aspirar é aquela que resulta da exposição de nossas pesquisas à crítica da comunidade científica.”

Aprofundadas na Teoria Crítica, com os pensamentos de Theodor Adorno e seus comentadores, as questões que provocam este estudo são voltadas para a análise das políticas públicas das redes municipais de ensino sendo balizadas na reflexão crítica dos enfrentamentos atuais e presentes na atuação dos profissionais que estão à frente do trabalho com educação especial nas secretarias de educação.

Desse modo, a organização textual está estruturada da seguinte forma:

Apresentação, onde apresentamos o tema e a definição do objeto de estudo.

Formulação da situação-problema, quando explicitamos o objeto de estudo (as políticas municipais das redes de ensino voltadas para a educação especial) e problematizamos esse objeto.

No primeiro capítulo, à luz da Teoria Crítica, realizamos a compilação das políticas públicas de educação especial realizando uma análise histórico-política das principais, revelando a importância da garantia de elaboração e implementação de políticas públicas educacionais promotoras da inclusão.

No segundo capítulo, com base substancial teórica, está a apresentação do referencial teórico-metodológico da pesquisa como método de investigação; a caracterização do lócus; caracterização dos participantes da pesquisa; os procedimentos e instrumentos para a coleta de dados. Essa pesquisa tem como aporte teórico-metodológico a Teoria Crítica da Sociedade negando qualquer processo de alienação do sujeito que conduza a sociedade para a barbárie.

O terceiro capítulo, versa sobre o Programa Inclusão em Redes: políticas de educação especial, formação humana e afirmação da diversidade com breve narrativa dos webinários e descrição dos relatos.

No quarto capítulo apresentamos a análise dos dados coletados a partir dos webinários realizados com as coordenações de educação especial das redes participantes e a materialidade da pesquisa-intervenção⁴ com o I Seminário do Programa Inclusão em Redes no ano de 2022.

Nas considerações finais apresentamos as conclusões do estudo afirmando que o trabalho colaborativo entre as redes de ensino pode contribuir sobremaneira para o trabalho das coordenações/direções das secretarias municipais de educação no desenvolvimento da educação especial, sendo necessária e urgente a continuidade das políticas públicas educacionais para além da descontinuidade do poder executivo. Nosso desejo é que os resultados desse estudo possam fomentar amplo debate sobre o trabalho de inclusão dos estudantes PAEE no Ensino Regular e formação humana buscando a democratização do ensino e afirmação da diversidade.

⁴ A pesquisa-intervenção, por sua ação crítica e implicativa, amplia as condições de um trabalho compartilhado. (ROCHA e AGUIAR, 2003)

*“A competição é um princípio, no fundo,
contrário a uma educação humana.”
Theodor Adorno*

FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA: PERSPECTIVAS INCLUSIVAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O pensamento de Adorno citado na epígrafe deste capítulo nos leva a questionar toda competitividade, alimentada pela lógica capitalista que se distancia da formação humana e busca a inserção de um modelo de educação competitivo e homogeneizador. Assim, a reflexão crítica sobre a formação humana no cenário educacional revela o quanto precisamos avançar no respeito à diversidade humana, no combate à exclusão e à competitividade que tanto segrega e adocece a sociedade contemporânea. Queremos uma sociedade mais competitiva ou mais cooperativa e solidária? Na educação trabalhamos de maneira cooperativa? Qual ou quais são os trabalhos colaborativos percebidos no âmbito da educação? Mantoan (2003) contribui para essa reflexão dizendo que:

Em suma, as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, espaços onde crianças e jovens aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, ensinam-se aos alunos a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar não com ações competitivas, mas com espírito solidário, participativo. Assim, as concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidade de aprender frequentando uma mesma e única turma. Essas escolas são realmente abertas às diferenças e capazes de ensinar a turma toda. A possibilidade de se ensinar todos os alunos, sem discriminações e sem práticas do ensino especializado, deriva de uma reestruturação do projeto pedagógico escolar como um todo e das reformulações que esse projeto exige da escola, para que esta se ajuste a novos parâmetros de ação educativa. (MANTOAN, 2003, p. 29).

Não é recente a afirmação dos direitos dos indivíduos com deficiências. Pode-se observar que ocorreram avanços. Uma dessas conquistas se deu no âmbito educacional, onde os estudantes PAEE passaram a ser amparados por políticas educacionais na perspectiva da inclusão que garantem sua escolarização em classes e escolas regulares.

O Brasil se destaca nos últimos anos com avanços relacionados à efetivação do direito de todos à educação, estabelecido pela CF de 1988, fundamentado no paradigma da inclusão com destaque para a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

Nº 13.146 de 2015. Todavia, a segregação histórica das pessoas com deficiência, as barreiras atitudinais, arquitetônicas, educacionais e de comunicação têm reflexos até os dias atuais e precisam ser discutidas, expostas, esgotadas em espaços que privilegiem a democratização da educação especial que, nesse contexto pouco promissor, infere-se o desafio de incluir esses estudantes com todas as suas especificidades. Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva podemos destacar o trecho que diz:

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas. (BRASIL, 2008, p.1).

O Ministério da Educação (MEC) orienta a organização dos sistemas educacionais inclusivos, investindo na articulação entre a educação regular e a educação especial. A proposta de educação inclusiva⁵ considera a educação um direito humano universal e defende o reconhecimento e a valorização das diferenças humanas na prática educativa. Portanto, cabe à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, em regime de cooperação previsto no artigo 211 da CF de 1988, constituírem uma rede de apoio para a implantação de políticas educacionais inclusivas.

Reconhecemos que a forma da organização político-administrativa do Brasil impacta diretamente na elaboração e implementação das políticas educacionais e vale lembrar que legislações como a Emenda Constitucional n. 59/2009⁶ e o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, reforçaram a necessidade de fortalecer os laços federativos e de criar um Sistema Nacional de Educação (SNE) que articule os diferentes níveis de governo. Como fundamentação legal, e registrado no PNE em movimento, temos:

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no título que trata da organização da educação nacional, em seu artigo 8º, onde menciona: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de

⁵ Utilizamos o adjetivo “inclusiva” para alinharmos o texto aos dispositivos legais, mas destacamos que não somos adeptos da adjetivação do substantivo inclusão.

⁶ Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao **caput** do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI.

ensino” e seus parágrafos 1º e 2º, cabendo à União a coordenação da política nacional de educação e aos sistemas de ensino a liberdade de organização nos termos da LDB. Já os artigos 9º, 10 e 11 definem a incumbência de cada ente da federação no campo educacional.

O PNE determina que:

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências, dentre as quais no artigo 7º, a saber: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano”, e os parágrafos 1º ao 7º, em especial os parágrafos a seguir: §2º “As estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca”; §4º “Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade”; e §7º “O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação”.

Compreendemos que por meio da colaboração, busca-se reduzir as desigualdades territoriais e de capacidade de gestão, na direção da criação de uma rede de apoio e cooperação intermunicipal⁷, que possa contribuir com aqueles que atuam no magistério de estudantes PAEE. O estudo realizado através do “Programa Inclusão em Redes” busca compreender o processo de elaboração de políticas educacionais e seus desdobramentos em práticas educativas que favorecem a inclusão, seus significados e seu papel para a transformação da sociedade.

Através do compartilhamento de experiências e de conhecimentos, o estudo proporciona a busca para superar, conjuntamente, os desafios da educação especial da região da Costa Verde. Refletindo sobre os pensamentos de Adorno (1995), percebe-se a necessidade de romper com as barreiras impostas pela sociedade, a fim de desbarbarizá-la, almejando uma educação para a emancipação e humanização. Nas palavras de Adorno (1995), explicamos que:

[...] desbarbarizar tornou-se a questão mais urgente da educação hoje em dia. O problema que se impõe nesta medida é saber se por meio da educação pode-se transformar algo de decisivo em relação à barbárie. Entendo por barbárie

⁷ As ações de planejamento cooperativo podem ocorrer através dos Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE), que se constituem em um instrumento de gestão pública para assegurar o direito à educação de qualidade em determinado território, bem como para contribuir na estruturação e aceleração de um Sistema Nacional de Educação (SNE). O art. 2º, da Resolução nº 1, de 23 de janeiro de 2012 do Conselho Nacional de Educação (CNE), preceitua que “o ADE é uma forma de colaboração territorial basicamente horizontal, instituída entre entes federados, visando assegurar o direito à educação de qualidade e ao seu desenvolvimento territorial e geopolítico”. Assim sendo o ADE é uma forma de trabalho em rede, no qual uma coligação de Municípios com proximidade geográfica e/ou características econômicas e sociais semelhantes, procura compartilhar experiências e conhecimentos para solucionar, conjuntamente, desafios no campo da Educação.

algo muito simples, ou seja, que, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas" se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização — e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás uma tendência imanente que a caracteriza (ADORNO, 1995, p. 155).

Assim, constata-se que a barbárie tem a marca da alienação na qual a democratização da educação é ocultada, e os mecanismos de exclusão social se manifestam através do preconceito e segregação sempre em prol da sustentabilidade do poder dominante, afastando e dificultando trabalhos em regime de cooperação, onde não estejam presentes perspectivas de ganhos em interesses, que de maneira geral, não atendem às necessidades de grupos minoritários. Relações sociais fragmentadas tornam-se solo fértil para a barbárie ampliando o processo excludente. Damasceno (2015, p.22) salienta que:

[...] a educação deveria se configurar na resistência à indústria cultural na medida em que contribuiria na formação da consciência crítica pelas possíveis experiências formativas, possibilitando ao indivíduo o desvelamento das contradições da sociedade e alertando sobre a lógica da sociedade da formação capitalista.

Casos bem-sucedidos na educação indicam que o compartilhamento de experiências formativas, a disseminação de boas práticas e o diálogo entre pares são pilares importantes de fortalecimento para a elaboração das políticas educacionais. Podemos citar aqui como exemplo bem-sucedido o ingresso do primeiro estudante surdo a cursar medicina na Universidade Federal de Goiás (UFG) em 2019, o estudante contou com rede de apoio e ensino bilíngue em seu processo formativo o que resultou na efetiva permanência e garantia de aprendizagem.

O presente estudo busca identificar e compreender políticas e práticas pedagógicas para a inclusão nas redes de ensino da Região da Costa Verde/RJ sistematizando informações que possam fundamentar possíveis tomadas de decisões para as políticas públicas dos sistemas de ensino da região de forma prática e que sejam constantemente pactuadas, permitindo identificar, por exemplo, demandas para a formação dos professores em serviço, aprimoramento do trabalho desenvolvido nas secretarias de educação, monitoramento do desempenho dos estudantes PAEE, dentre outros. Para Damasceno (2015, p. 23-24):

[...] esse momento histórico da educação no Brasil evidencia a singularidade de se viver a organização da escola democrática, na qual as diferenças dos estudantes sejam estímulo para os professores desenvolverem novos métodos/estratégias/meios de ensino para permitir a aprendizagem de todos. [...] Tal discussão destaca-se no debate nas universidades e escolas públicas, uma vez que as mudanças a serem promovidas no sistema educacional demandam esforços, como adaptações arquitetônicas, didático-pedagógicas e curriculares, tecnologias assistivas, entre outros.

Movidos pelos pensamentos da Teoria Crítica e das concepções filosóficas adornianas, percebemos a cooperação como ideia central na provisão de políticas educacionais, sem ela é muito provável que a distância entre as políticas e aquilo que se faz no chão da escola seja intransponível; dificilmente seria possível a troca de experiências e a disseminação de boas práticas, e, por fim, seria inviável a tomada de decisões articulada e conjunta. Corroborando Horkheimer e Adorno (1985, p.188): “A falta de consideração pelo sujeito torna as coisas fáceis para a administração”.

Através do ADE muitos municípios têm optado por atuar de forma associada a outros geograficamente próximos, a fim de unir esforços e ampliar a capacidade efetivação das políticas educacionais. A exemplo desses, o “Programa Inclusão em Redes”, de maneira muito singular, busca apoiar as coordenações de educação especial possibilitando o compartilhamento e reflexão de experiências de gestão para a modalidade de educação especial.

Quando consideramos que desbarbarizar deve ser o ponto primordial da educação, surgem inquietações que são o motivo da pesquisa, quando ao analisarmos a realidade enfrentada cotidianamente pelos estudantes PAEE e docentes da modalidade, seja pela incompletude dos cursos de formação em serviço, seja pela falta de estrutura, ou ausência de políticas públicas realizáveis ou ainda falta dos mais variados recursos, agravadas pela descontinuidade de políticas e programas que atendam à modalidade. Logo, a ampliação de Políticas Públicas deve ser reflexo da construção de um pensamento mais humano tendo em vista uma sociedade mais justa, colaborativa e que inclui, ou melhor, que não exclui.

De acordo com Damasceno (2006):

Refletindo sobre a realidade da formação de professores, e como vem se dando, podemos fazer algumas constatações. A primeira delas diz respeito à possibilidade de oferecimento dos cursos de formação inicial e continuada para professores pelo Ministério da Educação e suas Secretarias. Não me parece, hoje, que seja possível a promoção de cursos de capacitação em grande escala para a “preparação” dos docentes que irão atuar na escola inclusiva,

pressupondo que essa seja a melhor alternativa para o desenvolvimento da autorreflexão crítica capaz de promover a autonomia intelectual.

Consideramos neste estudo a urgência na garantia dos direitos das pessoas que, ao longo da história, ficaram de fora do sistema educacional e que sua inserção deve estar pautada no diálogo entre interlocutores que estejam diretamente ligados à oferta do acesso, da permanência e da aprendizagem dos estudantes PAEE, onde possam garantir, durante o processo de elaboração e na execução, políticas públicas realizáveis e fundamentadas na realidade do âmbito escolar e das necessidades dos seus usuários. Adorno nos fala que:

[...] é preciso lembrar que hoje --- e isto é bom --- inserem-se no processo educacional milhões de pessoas que antigamente não participavam do mesmo e que desde o início provavelmente não possuem condições de perceber aquilo a que nos referimos. (ADORNO, 2006, p.146).

Debater acerca das políticas públicas educacionais com vistas à inclusão, seja de estudantes PAEE ou não, é indispensável para a implementação de um sistema educativo mais humano e solidário. Refletir conjuntamente sobre as possibilidades de redes de ensino voltadas para demandas diversificadas, quebram o paradigma da homogeneidade. Contribuindo para nossa reflexão Adorno (1995, p.61) diz:

Onde falta a reflexão do próprio objeto, onde falta o discernimento intelectual da ciência, instala-se em seu lugar a frase ideológica, nos termos do deslumbramento daquela infeliz tradição alemã segundo a qual os nobres idealistas vão para o céu e os materialistas ordinários vão para o inferno. (ADORNO, 1995, p.61).

Pensando na organização de redes de ensino plurais e humanizadas, compostas de espaços colegiados que abarquem as diferenças, o presente estudo tem como objetivos:

- Identificar, através dos ‘Webinários Intermunicipais de Inclusão Escolar e Educacional’, as políticas das redes municipais direcionadas ao atendimento de estudantes PAEE e a formação dos profissionais que atuam na modalidade;
- Instituir rede territorial de estudos, pesquisas, trocas de experiências e realização de ações colaborativas;
- Analisar os documentos oficiais que regulamentam a modalidade Educação Especial na Região da Costa Verde/RJ;

- Caracterizar a organização político-pedagógica das Redes Municipais de Ensino participantes do Programa no que tange a modalidade Educação Especial.

Desta maneira, buscamos avaliar os resultados obtidos através das políticas públicas municipais voltadas ao atendimento da educação especial, e encontrar respostas para as seguintes questões:

- Como estão organizadas político-pedagógicamente as redes municipais de ensino da Região da Costa Verde/RJ?
- As redes de ensino municipais da região da Costa Verde, com características econômicas, geográficas e sociais semelhantes, trabalham de maneira colaborativa na busca de soluções/avanços na Educação Especial?
- Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas das redes municipais de ensino, os Planos Municipais de Educação e demais documentos oficiais contemplam diretrizes e ações políticas para a modalidade Educação Especial?
- Quais são as experiências educativas constituídas para a inclusão nas escolas comuns do PAEE da Educação Especial nas escolas das redes municipais na Região da Costa Verde/RJ?
- Como acontece a atuação institucional nas diferentes Secretarias de Educação em relação às demandas educacionais do PAEE?
- Existem espaços colegiados que promovam estudos e debates com representantes das Secretarias e de escolas sobre as Políticas Públicas de Educação Especial e as demandas para a inclusão no âmbito das redes de ensino?
- Existem programas de formação em serviço para os professores das redes de ensino sobre as demandas de aprendizagem do PAEE?

Inspirados pelos pensamentos de Adorno:

Somente a tomada de consciência do social proporciona ao conhecimento a objetividade que ele perde por descuido enquanto obedece às forças sociais que o governam, sem refletir sobre elas. Crítica da sociedade é crítica do conhecimento, e vice-versa. (ADORNO, 1995, p. 63)

É nosso desejo que esse estudo venha a contribuir para a tomada decisão política e pedagógica de cooperação entre sistemas de ensino para a superação de seus desafios, por conseguinte, para uma educação emancipadora.

*“Ao compreendermos o caráter processual da inclusão, estamos admitindo que não existe um estado-fim para alcançarmos e dizermos ‘esta escola é inclusiva’ ou ainda, “este professor é inclusivo”
Mônica Pereira dos Santos*

I. EDUCAÇÃO ESPECIAL & INCLUSÃO ESCOLAR/EDUCACIONAL: FRONTEIRAS EM PERSPECTIVAS

O pensamento de Santos nos leva a refletir sobre o porquê de ainda buscarmos a inclusão no processo educacional. Face ao problematizado por ela, pensamos ser redundante a inclusão na educação. Educação não é direito público subjetivo de todo cidadão? Não é para todos? Em busca de respostas a essas indagações nos debruçamos na linha temporal das políticas para a educação especial, já conhecidas, mas necessárias para balizar quaisquer discussões que levem à compreensão do cenário na contemporaneidade. Na busca do passado para compreender o tempo presente, Adorno exemplifica que:

Certa feita, num debate científico, escrevi que em casa de carrasco não se deve lembrar a força para não provocar ressentimento. Porém a tendência de relacionar a recusa da culpa, seja ela inconsciente ou nem tão inconsciente assim, de maneira tão absurda com a ideia da elaboração do passado, é motivo suficiente para provocar considerações relativas a um plano que ainda hoje provoca tanto horror que vacilamos até em nomeá-lo. (1995, p.29)

As políticas de perspectiva da inclusão na educação estão em desenvolvimento no Brasil mediante a inserção gradativa dos sujeitos na escolaridade obrigatória, produzida conforme as necessidades do mercado e demandas da classe trabalhadora (GARCIA, 2016). A influência enraizada da lógica capitalista, e todos os preconceitos e segregações que a acompanham, acabam por impregnar a educação especial de fragilidades e lutas pela inclusão. Destacamos também os pensamentos de Mantoan (2013, p.31):

Se nosso objetivo é desconstruir esse sistema, temos, então, de assumir uma posição contrária à perspectiva da identidade “normal”, que justifica essa falsa uniformidade das turmas nas escolas. A diferença é, pois, o conceito que se impõe para que possamos defender a tese de uma escola para todos.

Convém pontuar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Nº 9394/96 em seu Artigo 58, define Educação Especial assim:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

A educação especial voltada para a inclusão dos estudantes com deficiência é uma ação político-pedagógica, cultural e social desencadeada pela defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos e com garantias de participação e aprendizagem, sem quaisquer tipos de discriminação.

A educação especial tradicionalmente se organizou como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino regular, evidenciando compreensões e terminologias distintas que levaram à criação de instituições especializadas e classes especiais. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) nos revela sobre o público-alvo da educação especial que:

As definições do público-alvo devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos.

A percepção de que a educação especial organizada de forma paralela ao ensino regular seria mais apropriada aos alunos com deficiência exerceu impacto na história da educação especial resultando em práticas que enfatizavam os aspectos relacionados à deficiência, em contraposição à dimensão pedagógica, ampliando as desigualdades e institucionalizando a segregação.

Neste sentido, este capítulo apresentará o desenvolvimento do cenário histórico-político da Educação Especial, visando a caracterização do contexto em que se constrói, na contemporaneidade, a possibilidade de democratização da escola, com base na formação humana e afirmação da diversidade, questão central desta dissertação.

Entre a evolução política da educação especial estão as mudanças conceituais, das quais destacamos a formulação “educação inclusiva” que foi se modificando a partir de debates científicos e de movimentos políticos, mas sobretudo para adequar-se às diretrizes que orientam as políticas educacionais. Sendo assim, Bueno (2001, p.27) enfatiza que:

A perspectiva de inclusão exige, por um lado, modificações profundas nos sistemas de ensino; que estas modificações [...] demandam ousadia, por um lado e prudência por outro; - que uma política efetiva de educação inclusiva deve ser gradativa, contínua, sistemática e planejada, na perspectiva de oferecer às crianças deficientes educação de qualidade; e que a gradatividade e a prudência não podem servir para o adiamento “*ad eternum*” para a inclusão

[...] mas [...] devem servir de base para a superação de toda e qualquer dificuldade que se interponha à construção de uma escola única e democrática.

Nas mudanças estruturais destacam-se as formas de organização dos “serviços de educação especial” que, na organização dos dispositivos da LDB N° 9.394/96 (BRASIL, 2006) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) encontramos serviços de apoio pedagógico especializado” (classes comuns), serviço de apoio pedagógico especializado (salas de recursos multifuncionais), classes especiais e finalmente escolas especiais.

Compreendemos que as concepções de educação são marcadas pelos momentos políticos. Em meio às reformas políticas, econômicas e sociais no Brasil, as políticas de educação especial passaram por mudanças conceituais e estruturais, sendo alvo de redefinições que abrangem desde a organização escolar à formação dos professores. Tendo a Teoria Crítica da Sociedade como fio condutor deste estudo, elencamos marcos político-legais das políticas públicas de educação especial no período pós-Constituição Federal de 1988, que é um marco importante para a universalização da educação e inserção do estudante no sistema educacional, de modo que nos permita reconhecer e problematizar as tramas histórico-políticas que perpetuaram, ao longo das últimas décadas, a cultura da dominação, da subordinação e da segregação das minorias.

Para discorrermos sobre os avanços na legislação educacional brasileira é necessário, à priori, o registro do que compreendemos por inclusão em educação e para ilustrar essa compreensão citamos Santos (2014):

A inclusão em educação, portanto, constitui-se em um processo através do qual a escola tenta responder a todos os alunos enquanto indivíduos, reconhecendo, reestruturando a sua organização curricular e a provisão de utilização de recursos para reconhecer a todos e cada um de seus atores como sujeitos com igual valor como seres humanos e com iguais direitos. Através deste processo, a escola constrói a sua capacidade de acolher a todos os alunos provenientes da comunidade local que a desejem frequentar, promovendo, assim, a inclusão desses alunos no ambiente escolar. (Santos, 2014, p. 492)

A inclusão em educação passa a ser entendida como um processo, e esse processo vem sendo construído ao longo de décadas, para uma organização na qual a instituição de ensino e a comunidade escolar estejam diretamente implicados na qualidade da educação para todos, o que difere de integração, que também é identificada na história da educação especial, mas que se apresenta com outra perspectiva, por exemplo, com a proposição da adaptação implicando, de forma conceitual, a existência de uma segregação onde, o estudante com deficiência é o centro, para quem os recursos devem estar adaptados e a

integração tem o seu papel, que não é negado. Autores como Mantoan (1997), Bueno (2001), Masini (1997) e Mazzotta (1998) diferenciam os termos.

Mendes (2006) nos aponta que precisamos, na atualidade, ir além dos argumentos ideológicos, do romantismo, da ilusão de que será um processo fácil, barato e indolor, se quisermos avançar de fato em direção a um sistema educacional mais inclusivo e enfatiza sobre as perspectivas da inclusão escolar na realidade brasileira que, não há como construir uma escola inclusiva num país de tamanha desigualdade. As perspectivas para mudança estão postas na lei, mas ainda não se traduzem devidamente em ações políticas. Para Dayrell:

Podemos afirmar que a unidade escolar apresenta-se como um espaço peculiar que articula diferentes dimensões. Institucionalmente, é ordenada por um conjunto de normas e regras que buscam unificar e delimitar a ação dos seus sujeitos. (Dayrell, 2007, p.1118)

O processo de emoldurar as pessoas é um dos aspectos que nos leva a exclusão, e é nesse sentido que buscamos nos contrapor e reconhecer o passado para, de maneira muito consciente, interferir no presente buscando o que hoje se apresenta como utopia, mas que acreditamos ser possível, que a educação brasileira seja de fato para todos e todas.

1.1 Retrospectiva histórico-política da educação especial

Historicamente o direito à educação e os direitos básicos das pessoas com deficiência é uma conquista recente na sociedade brasileira, é fruto de muita luta, fazendo com que a história não seja brilhante, uma vez que, ainda hoje, vivenciamos discriminações. Reconhecemos que a Política Nacional reverbera nas demais políticas e a ausência do Estado na instituição dessas políticas, contribui ainda mais para a negação dos direitos dos sujeitos. Bueno (1991), Jannuzzi (1985), Mazzotta (1996) contribuem para essa reflexão quando registram a ausência de serviços públicos, especialmente para o atendimento às pessoas com deficiências mais severas.

No desvelamento das tramas histórico-políticas que se constituíram a institucionalização da Educação Especial, iniciamos nosso recorte após a CF de 1988, no ano de 1990, quando foi sancionada a Lei N° 8.069 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que determina no artigo 55 que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”, assegurando o

direito de matrícula dos estudantes com deficiência, visando amparar a todos e diminuir a exclusão social.

Há mais de 30 anos, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, foram apresentados diagnósticos que identificaram milhões de pessoas sem acesso à educação, ocasião em que os países participantes se comprometeram com um plano de ação para atender às necessidades básicas de aprendizagem, elaborado concomitantemente ao texto da Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

A Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que aconteceu na Espanha no ano de 1994 dá origem à Declaração de Salamanca, e volta a discutir a necessidade de as escolas receberem todos os alunos. A educação especial passa a ser então, parte efetiva da estrutura da educação para todos. No mesmo ano o MEC lança a Política Nacional de Educação Especial, que orienta o processo de integração de alunos que possuíam condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas para os estudantes “normais”, na contramão do que se constituía internacionalmente como reformulação das práticas educacionais para inclusão, reafirmando pressupostos construídos por padrões para homogeneidade na aprendizagem.

Seguindo a linha histórica, no ano de 1996 a Lei Nº 9.394 estabelece diretrizes e bases da educação nacional que é a primeira LDB composta por capítulo relativo à educação especial (capítulo V). Já em 1999 a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência determina a educação especial como modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Na década de 2000 temos avanços significativos para a educação especial, em 2001 o MEC estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica explicitando normas ao atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais⁸ nas escolas regulares. No mesmo ano o Decreto Nº 3.956 promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência conhecida como a Convenção da Guatemala e

⁸ Nomenclatura adotada pela legislação da época.

determina que pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que o restante da população. Ainda no ano de 2001 o PNE - Lei Nº 10.172 – estabelece objetivos e metas para os sistemas de ensino. Propõe uma escola integradora, inclusiva, aberta à diversidade dos alunos. Quanto às escolas especiais, a política de inclusão as reorienta para prestarem apoio aos programas de integração.

Libras, em 2002, é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão através da Lei Nº 10.436 determina que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão. No mesmo ano o MEC através da Portaria Nº 2678 aprova o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e recomenda o seu uso em todo o território nacional.

Em 2006, a ONU aprovou a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência com o objetivo de promover, defender e garantir condições de vida com dignidade e a emancipação dos cidadãos e cidadãs que apresentam alguma deficiência. O Brasil, signatário dessa Convenção, assume compromisso de assegurar um sistema inclusivo em todos os níveis. A medida, que passa a ter o status de Emenda Constitucional, torna as pessoas com deficiência o único grupo, até o momento, com os interesses diretamente inseridos na própria Constituição Brasileira.

Em 2008, como marco legal, destacamos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva da Secretaria de Educação Especial (SEESP⁹) do MEC e institucionaliza uma política de inclusão, oferecendo qualidade para todos, sem condicionantes ao acesso de qualquer aluno ao ensino regular. Na sequência o Decreto Nº 6.571 que dispõe sobre o AEE complementar ao ensino regular para os alunos PAEE e o seu financiamento por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Essa política em consonância com movimentos internacionais da afirmação do direito de todos à educação se configura como uma política de Estado.

Sobre o financiamento da educação especial recorreremos ao Decreto 6571 de 17 de setembro 2008 que beneficiou centenas de milhares de alunos público-alvo da educação especial e procurou garantir o acesso e a permanência para estudantes com deficiência no sistema regular de ensino. Esse decreto cumpriu os preceitos Constitucionais e fez computar a matrícula do aluno público-alvo da educação especial

⁹ Secretaria extinta.

em dobro no âmbito do FUNDEB, porém, foi Revogado pelo Decreto nº 7.611, de 2011, sendo mantida no Art. 8º a dupla matrícula dos estudantes da educação regular da rede pública que recebiam atendimento educacional especializado. No entanto, o Art. 8º acabou por se revogado, pelo Decreto nº 10.930 de 07 de janeiro de 2022, ação do atual governo brasileiro.

Em 2009 avançamos com o Decreto Nº 6.949 que ratificou a Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência com status de Emenda Constitucional e que adotou o paradigma da educação inclusiva. Ainda em 2009 a Resolução Nº 04 do CNE/CEB que institui as Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica determinando o PAEE e define o caráter complementar ou suplementar do AEE, prevendo sua institucionalização no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Encerrando uma década considerada com muitas conquistas educacionais para as pessoas com deficiência.

Em 2015 entra em vigor a Lei Nº 13.146 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) que estabelece direitos fundamentais das pessoas com deficiência. Sobre a Lei destacamos essa nota:

Podemos dizer que a Lei Brasileira de Inclusão não é um compilado de Leis, mas sim um documento que altera algumas já existentes para harmonizá-las à Convenção Internacional. Ou seja, leis que não atendiam ao novo paradigma da pessoa com deficiência ou que simplesmente a excluam de seu escopo. Alguns exemplos de Leis que a LBI alterou: Código Eleitoral, Código de Defesa do Consumidor, Estatuto das Cidades, Código Civil e a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT. (BRASIL, 2015, p.12)

Com esse estudo em curso, em 30 de setembro de 2020 o Decreto Nº 10.502, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, passa a vigorar desencadeando reações contrárias de diversos segmentos representantes das pessoas com deficiência como: laboratórios de pesquisa, associações, instituições, organizações e outros, por ser considerado um retrocesso aos direitos adquiridos desde a CF de 1988, pois na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência em 2016 a continuidade de escolas segregadas, como prevê o Decreto, foi rejeitada tanto em termos de princípio como em termos pragmáticos.

Destacamos alguns trechos de notas de repúdio ao Decreto Nº 10.502. A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) declarou que:

Pontuamos, inicialmente, alguns preceitos da Constituição Brasileira (1988): o art. 1º descreve entre os fundamentos da República Federativa do Brasil, a cidadania e a dignidade da pessoa humana; o art. 2º aponta como um dos seus objetivos fundamentais (item IV), “promover o bem de todos, sem

preconceitos de origem, raça, sexo, cor e quaisquer outras formas de discriminação”, o que abarca as diferentes deficiências, e o art. 6º indica que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...] (CF, 1988). O Decreto n. 10.502, publicado em 30 de setembro de 2020, **ferre os artigos constitucionais mencionados, visto que possibilita a segregação de pessoas com deficiência, sob a velha justificativa da inclusão de “pessoas especiais” em “ambientes especializados” e da autonomia das mães e pais de pessoas com deficiência em decidirem sobre aquilo que pensam ser o melhor para seus filhos, inclusive sobre a educação.** (ABRASCO, 2020, grifo nosso)

Para a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosos (AMPID):

O Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, embora pareça disciplinar uma política pública que vise à igualdade de oportunidade e garanta o aprendizado ao longo da vida da pessoa com deficiência, o seu conteúdo **revela-se contra a educação inclusiva, em afronta direta aos princípios e disposições constitucionais da Constituição da República, da CDPD e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (Lei nº 13.146/2015)**, uma vez que prevê e incentiva a criação e manutenção de escolas e classes especiais exclusivas para as pessoas com deficiência, em substituição aos ambientes de escolarização inclusiva, sendo estes últimos o lugar próprio para valorizar a diversidade. (NOTA TÉCNICA AMPID Nº01/2020, grifo nosso)

O Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI/UFRRJ) também se pronunciou:

Ressaltamos que tal política incorre em perda de direitos e princípios democráticos, de inclusão, justiça social, interculturalidade e humanidade de qualquer pessoa no âmbito escolar comum e que se configura na exclusão de determinados indivíduos, sobretudo as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (que incluem o Transtorno do Espectro Autista) e altas habilidades/superdotação, condições estas, promovidas, asseguradas e protegidas pelo Decreto Nº 6.949/09, que aprova a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com STATUS CONSTITUCIONAL. Diante da referida Convenção, o próprio Decreto Nº 10.502, alvo de nosso REPÚDIO E INDIGNAÇÃO, já é um aviltamento, por desobedecer, frontalmente, nossa Constituição, ao não assegurar nem promover os direitos humanos, que buscam o respeito pela dignidade inerente a TODAS as pessoas. Além disso, o referido Decreto se afronta quando “ressuscita” as escolas e classes especiais, assunto ultrapassado quando a Convenção foi incorporada à nossa Constituição (Decreto Nº 6.949/09). (LEPEDI, 2020)

Com o entendimento claro desses segmentos de que diferenciar para excluir é discriminação o Supremo Tribunal Federal referendou, por maioria, liminar concedida pelo ministro Dias Toffoli suspendendo o decreto do governo de Jair Bolsonaro que implantava política para educação de crianças com deficiência no país.

Segundo Toffoli:

Em uma interpretação sistemática dos princípios e dispositivos constitucionais sobre a questão, verifica-se que é dada prioridade absoluta à educação inclusiva, não cabendo ao poder público recorrer aos institutos das classes e escolas especializadas para deixar de tomar providências para a inclusão de todos os estudantes. (STF REFERENDA SUSPENSÃO DECRETO SOBRE POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DO GOVERNO, CONJUR, 2021)

Não obstante a vivência difícil de um período pandêmico, as pessoas com deficiência precisam se mobilizar para mais uma vez defender seus direitos. O momento é bastante contraditório, porque almejamos a inclusão, todos os direitos e a formação humana, mas vivenciamos o individualismo, e a luta pela sobrevivência num mundo capitalista, que prioriza a economia em detrimento da vida.

Adorno (1995, p.32) nos alerta sobre o risco de negligenciarmos o passado e negar a memória, afirmando que:

[...] o terrível passado real é convertido em algo inocente que existe meramente na imaginação daqueles que se sentem afetados desta forma. Ou então a própria culpa seria ela mesma apenas um complexo, e seria doentio ocupar-se do passado, enquanto o homem realista e sadio se ocupa do presente e de suas metas práticas? Esta seria a moral daquele “é tal como se não tivesse ocorrido”, [...] a destruição da memória.

Esse arcabouço histórico-político da Educação Especial nos revela algumas das ações realizadas nas dimensões social, política e educacional, onde inúmeros dispositivos legais amparam os direitos das pessoas com deficiência. Todavia os desafios nos âmbitos sociais, políticos e educacionais, com práticas excludentes, ganham amplitude em governos que não investem em educação para todos e têm como fio condutor de suas políticas a crescente desvalorização dos sujeitos e das diferenças, que não contribui, mas impede, a emancipação humana.

1.2 Perspectivas de democratização da educação por intermédio do trabalho colaborativo

Dando sentido à democratização da educação, Adorno (1995, p.142) afirma que:

Numa democracia, quem defende ideias contrárias à emancipação, e, portanto, contrários à decisão consciente independente de cada pessoa em particular, é um antidemocrata, até mesmo se as ideias que correspondam a seus desígnios são difundidas no plano formal da democracia. As tendências de apresentação de ideais exteriores que não se originam a partir da própria consciência emancipada, ou melhor, que se legitimam frente a essa consciência, permanecem sendo coletivo-reacionárias.

Adorno (1995) nos adverte dos efeitos negativos de um processo educacional que não leve em conta a forma social em que a educação se concretiza. Fato é que numa

perspectiva de educação para todos não se pode acatar uma pedagogia segregadora das diferenças, para esclarecer a importância de uma educação acolhedora e humana Damasceno (2010) afirma que:

Podemos entender o movimento de inclusão escolar como ruptura do ideal totalitário presente na sociedade de classes. O que permitirá a experiência do convívio das diferenças no mesmo espaço escolar, por intermédio da educação inclusiva. Se contrapondo à manutenção da segregação que sistematizou escolas diferentes para pessoas diferentes. Portanto, caracterizando-se como oposição à manutenção da segregação, configurada até então como estratégia de manutenção do controle social instituído pelo sistema capitalista. (DAMASCENO, 2010, p. 25)

O autor nos convida então, a nos contrapor a manutenção de uma instituição escolar que, a exemplo da sociedade, segrega e marginaliza os sujeitos que possuem diferenças. Recordando Libâneo (1984) a democratização da escola deveria transcender o acesso das camadas mais pobres da população sendo necessário democratizar o conhecimento. Para o autor:

A democratização da escola pública, portanto, deve ser entendida aqui como ampliação das oportunidades educacionais, difusão dos conhecimentos e sua reelaboração crítica, aprimoramento da prática educativa escolar visando à elevação cultural e científica das camadas populares, contribuindo, ao mesmo tempo, para responder às suas necessidades e aspirações mais imediatas (melhoria de vida) e à sua inserção num projeto coletivo de mudança da sociedade. (LIBÂNEO, 1984, p. 12)

Passados quase 40 anos, o entendimento de democratização da escola apontado por Libâneo faz total sentido ainda hoje, quando a pedagogia moderna não se configura democrática, fundamentalmente para a educação especial porque, se a instituição escolar ainda hoje não é democratizada, tampouco a sociedade é. O tema democracia não é uma questão nova, esse debate está presente no cenário político e educacional há muito tempo, também não é uma questão simples, pois cada período histórico e seus pesquisadores destacaram aspectos diferentes dessa temática. Para Freire (2000), nós estamos ainda no processo de aprender como fazer democracia. E a luta por ela passa pela luta contra todo tipo de autoritarismo. Gasparello (2017) sobre Freire nos revela que:

Freire percebe que a democracia não acontece de uma hora para outra, por decreto, por uma concessão de uma autoridade que se autointitula democrática, ou apenas quando a sociedade deixar de ser capitalista. (GASPARELLO, 2017, p.1)

Compreendemos então que, a escola acolhedora, humana e plural é a escola democrática que almejamos. Enquanto direito social, a garantia da educação é uma das conquistas de históricas lutas da sociedade civil organizada, tendo, como um de seus marcos, a promulgação da CF de 1988, já citada anteriormente. Nela, a gestão

democrática do ensino público tornou-se o caminho a ser seguido, pois é parte do projeto de aprimoramento da democratização da sociedade brasileira (CURY, 2007).

Antes da CF de 1988 era possível que gestores dos sistemas de ensino pudessem optar por desenvolver um tipo de gestão que não se baseasse em relações democráticas. A gestão democrática da educação é um direito da sociedade e um dever do poder público. A CF estabelece no artigo 211 que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão seus sistemas de ensino, em regime de colaboração. A orientação de regime de colaboração indica a necessidade de esses três níveis da Administração Pública estabelecerem articulação colaborativa para alcançar os objetivos e metas estabelecidos para a educação. Não é objeto deste estudo a gestão democrática, mas não nos parece possível falar em democratização da educação sem vincular esse processo à uma gestão democrática.

No entanto, esta articulação entre gestores, na prática, ainda é muito nebulosa, na medida em que são estabelecidas somente as grandes atribuições de cada sistema de ensino que acabam por delimitar a atuação de cada um. Vale ressaltar que, na organização de seus sistemas de ensino, os estados e os municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

Percebe-se que há muito que se caminhar na organização do regime de colaboração, primeiro, ampliando seu aspecto ainda muito restritivo e, segundo, estabelecendo medidas operacionais que indiquem formas de colaboração claras e eficientes. Apoiados em Damasceno (2015, p. 57) quando diz que:

Assim, pensar as causas que permitiram a segregação na escola, tão presentes nas tramas histórico-políticas da educação especial, nos permite afirmar que se não elaboradas podem estar presentes ainda hoje, embora mimetizadas, como obstáculos e impedimentos para democratização da escola pública.

Reconhecemos serem muitas as ações que precisam ser desenvolvidas na busca de garantir uma educação democrática e de qualidade, no entanto, consideramos serem fundamentais as políticas de financiamento, que darão as condições concretas sobre as quais se sustentarão as demais políticas; políticas de universalização da educação básica, que oportunizam acesso, permanência e sucesso escolar com qualidade social para todos; políticas de valorização e formação dos profissionais da educação, que propiciarão salários, planos de carreira, condições de trabalho, formação inicial e em serviço para os

educadores; e políticas educacionais democráticas, que delimitam o caminho pelo qual o processo de democratização da educação poderá ser alcançado.

Para Gadotti existem obstáculos que nos impõem limitações no processo democrático, destacamos:

- a) A nossa pouca experiência democrática;
- b) A mentalidade que atribui aos técnicos e apenas a eles a capacidade de planejar e governar e que considera o povo incapaz de exercer o governo ou de participar de um planejamento coletivo em todas as suas fases;
- c) A própria estrutura de nosso sistema educacional que é vertical;
- d) O autoritarismo que impregnou a nossa prática educacional;
- e) O tipo de liderança que tradicionalmente domina nossa atividade política no campo educacional (GADOTTI, 2001, p. 36).

Sem oportunidade de nos aprofundarmos nesses destaques, mas considerando a relevância do registro, com esse estudo espera-se que a experiência colaborativa entre as redes participantes a ser vivenciada pelas coordenações de educação especial seja um caminho para a conscientização de coletividade a respeito da importância da educação para o desenvolvimento global¹⁰ dos estudantes podendo resultar em políticas públicas com ações estabelecidas para a transformação da realidade, abrindo caminhos para a construção de uma sociedade justa e igualitária, em que a educação seja, necessariamente, democrática e de qualidade para todos.

Ser colaborativo significa trabalhar “com” e não “sobre” os sujeitos (LIEBERMAN, 1986). Compartilhar recursos, empregar vertentes de formação e conhecimento é o que se pretende com este estudo. Na proposta de ações colaborativas estão embutidas relações de poder, dominação e alienação, sendo foco da pesquisa, com a autorreflexão crítica, revelar essas relações, criando um conjunto de possibilidades de trabalho coletivo/interinstitucional.

A luta pela democratização da educação, de forma geral, e para a educação especial, em particular, tem sido uma bandeira dos movimentos sociais no Brasil, e de longa data. O Estado, de sua parte, vem atendendo a essas reivindicações de forma muito tímida, longe da universalização esperada. Importante destacar que a democratização da educação não se limita ao acesso à escola. A democratização da educação faz-se com o

¹⁰ Compreendendo como desenvolvimento global o alcance de habilidades que possam dar autonomia e experiências de sucesso aos estudantes público-alvo da educação especial.

acesso, a permanência e o sucesso escolar dentro do processo educativo. De acordo com Costa e Damasceno (2012) o movimento inclusivo na contemporaneidade tem como objetivo a democratização tanto do ensino quanto da sociedade.

Essa perspectiva de democratização da educação indica a necessidade que o processo educativo tem de ser um espaço para o exercício da democracia. Nesse sentido, uma nova forma de gestão deve ser revelada, compartilhada num processo contínuo e plural que garanta a participação, autonomia, transparência e responsabilidades. Nessa vertente de democratização da educação busca-se ir além de acesso e permanência, mas configura-se numa mudança de postura assumida por gestores educacionais e pelos diversos interlocutores que participam do processo da inclusão dos alunos PAEE. Para Andrade (2016) a democratização da escola contemporânea pela orientação inclusiva é concebida como um progresso no sistema educacional, pois considera a demanda singular de cada estudante.

Sobre esse tema, Damasceno (2006, p.64) discorre que:

[...] é possível afirmar que a nossa Constituição Federal adota princípios consentâneos com o movimento de inclusão escolar, pois além de garantir o direito à igualdade, a não discriminação, elege como seus objetivos fundamentais “(...) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; reduzir as desigualdades sociais; promover o bem de todos, sem preconceitos.

Assim, compreendemos que a democratização da educação é um objetivo e um percurso. É um objetivo porque se trata de meta a ser sempre alcançada e aprimorada e é um percurso, porque se revela como um processo que se avalia e se reorganiza, onde o poder público, por meio dos seus gestores, estarão sintonizados para garantir mudanças necessárias ao alcance de qualidade do processo educativo. Dialogando com o pensamento adorniano, inferimos que a educação deve ser pautada na perspectiva de formar sujeitos autônomos e emancipados, livres e pensantes, capazes de refletir sobre suas ações e sobre o ato de educar a todos os estudantes considerando suas subjetividades.

“Tudo que alguma vez foi pensado pode ser suprimido; pode ser esquecido e até desaparecer, mas não pode ser negado que algo dele permanece sempre. O que foi fortemente e pensado será pensado em algum outro lugar e por outras pessoas”.
Theodor Adorno

II- APORTE METODOLÓGICO: CONCEPÇÕES, PERCEPÇÕES E TRAJETÓRIAS

Na perspectiva adorniana, esta pesquisa tem como questão central a possibilidade de democratização da escola através da implantação do Programa Inclusão em Redes: formação humana e afirmação da diversidade na Região da Costa Verde/RJ com a caracterização das redes participantes e a troca de experiências no atendimento à educação especial.

Dever-se-ia formar uma consciência de teoria e práxis que não separasse ambas de modo que a teoria fosse impotente e a práxis arbitrária, nem destruísse a teoria mediante o primado da razão prática, próprio dos primeiros tempos da burguesia e proclamado por Kant e Fichte. Pensar é um agir, teoria é uma forma de práxis; somente a ideologia da pureza do pensamento mistifica este ponto. O pensar tem um duplo caráter: é imanentemente determinado, estridente e obrigatório em si mesmo, mas, ao mesmo tempo, é um modo de comportamento irrecusavelmente real em meio à realidade (ADORNO, 1995, pp. 204-205)

A coleta dos dados que constituem parte deste estudo ocorreu entre os meses de julho e dezembro do ano de 2020, durante a execução do “Programa Inclusão em Redes: formação humana e afirmação da diversidade”, projeto organizado para aproximar as coordenações de educação especial das redes de ensino dos municípios da Costa Verde/RJ. O Programa aconteceu virtualmente, com sete encontros através do Skype, em caráter interinstitucional por coordenadoras e diretora das seguintes Instituições: Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia (SECT) de Angra dos Reis – Assistência de Educação Especial; Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer (SMEEL) de Mangaratiba – Diretoria de Educação Especial e Diversidade (DEED); Secretaria Municipal de Educação (SME) de Paraty – Coordenação de Educação Especial.

O Programa Inclusão em Redes foi coordenado pelo Professor Dr. Allan Rocha Damasceno, professor da UFRRJ, e teve como articuladora a Profa. Mestranda Alessandra Andrade Cardoso que, sob orientação do Professor Allan, realizou as

pesquisas e análises deste estudo. Adotando a Teoria Crítica como lente na análise dos dados pesquisa, entendemos a própria teoria como método desse estudo. Deste modo:

[...] não há sentido em qualificar esta pesquisa como quantitativa ou qualitativa, o que segundo a própria Teoria Crítica significaria enclausurar o objeto de estudo. Mas, para além dessa dimensão exclusiva, entender em que dimensão um diálogo entre a Teoria e a Práxis não oportuniza uma (re)significação de olhares para a pesquisa em si. (DAMASCENO, 2010, 125-126)

A opção pela Teoria Crítica neste estudo se dá porque acreditamos que ela se confirma na prática. É nesse movimento do estudo da Teoria Crítica da Sociedade que refletimos sobre a importância de vivenciarmos as experiências colaborativas como processo formativo, pois acreditamos ser o mesmo que libertar o ser humano de sua condição de alienação, isto é, emancipar-se. Horkheimer (1991, p. 69-70), esclarece que:

A teoria em sentido tradicional, cartesiano, como a que se encontra em vigor em todas as ciências especializadas, organiza as experiências à base da formulação de questões que surgem em conexão com a reprodução da vida dentro da sociedade atual [...] a teoria crítica não almeja de forma alguma apenas uma mera ampliação do saber, ela intenciona emancipar o homem de uma situação escravizadora.

Em tempos em que é preciso resistir bravamente aos ataques do atual governo brasileiro à ciência, às universidades federais, ao servidor público e à inclusão da pessoa com deficiência, é de suma importância a contribuição que Adorno nos traz no sentido de que educar é muito além do que emoldurar pessoas, é levá-las à busca crítica e reflexiva de uma sociedade democrática, humanizada e que inclui, passando a ser esse o papel mais importante da Educação.

2.1 – Objetivos e questões do estudo

Os objetivos desta pesquisa são:

- Identificar, através dos ‘Webinários Intermunicipais de Inclusão Escolar e Educacional’, as políticas das redes municipais direcionadas ao atendimento de estudantes PAEE e a formação dos profissionais que atuam na modalidade;
- Instituir rede territorial de estudos, pesquisas, trocas de experiências e realização de ações colaborativas;
- Analisar os documentos oficiais que regulamentam a modalidade Educação Especial na Região da Costa Verde/RJ;

- Caracterizar a organização político-pedagógica das Redes Municipais de Ensino participantes do Programa no que tange a modalidade Educação Especial.

Elencamos, a partir dos objetivos, as seguintes questões:

- Como estão organizadas político-pedagógicamente as redes municipais de ensino da Região da Costa Verde/RJ?
- As redes de ensino municipais da região da Costa Verde, com características econômicas, geográficas e sociais semelhantes, trabalham de maneira colaborativa na busca de soluções/avanços na Educação Especial?
- Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas das redes municipais de ensino, os Planos Municipais de Educação e demais documentos oficiais contemplam diretrizes e ações políticas para a modalidade Educação Especial?
- Quais são as experiências educativas constituídas para a inclusão nas escolas comuns do PAEE da Educação Especial nas escolas das redes municipais na Região da Costa Verde/RJ?
- Como acontece a atuação institucional nas diferentes Secretarias de Educação em relação às demandas educacionais do PAEE?
- Existem espaços colegiados que promovam estudos e debates com representantes das Secretarias e de escolas sobre as Políticas Públicas de Educação Especial e as demandas para a inclusão no âmbito das redes de ensino?
- Existem programas de formação em serviço para os professores das redes de ensino sobre as demandas de aprendizagem do PAEE?

2.2- Participantes do estudo

Os participantes do Estudo são profissionais responsáveis pela Educação Especial nas secretarias de educação das redes municipais de ensino dos municípios da Região da Costa Verde/RJ no ano letivo de 2020.

Considerando a caracterização dos participantes, apresentamos o quadro nº 1 com município de atuação, a função desempenhada, o setor que trabalha e a formação acadêmica. Pretendendo preservar a identidade dos participantes, foram adotados pseudônimos.

Quadro 1- Caracterização participantes

| Município | Nome | Função | Setor | Formação Acadêmica |
|------------------|-------------|---|---|---|
| Angra dos Reis | Vermelha | Coordenadora de Educação Especial | Departamento de Diversidade e Inclusão (DEDIN) | Pedagogia Psicopedagogia Pedagogia Empresarial |
| Mangaratiba | Rosa | Diretora de Educação Especial e Diversidade | Diretoria de Educação Especial e Diversidade (DEED) | Psicologia Psicomotricidade Aplicada à Educação Gestão Escolar: Orientação e Supervisão |
| Paraty | Azul | Coordenadora de Educação Especial | Setor Pedagógico | Pedagogia Psicopedagogia Clínica e Institucional |

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

O município de Angra dos Reis foi representado neste estudo pela coordenadora de educação especial Professora Vermelha, que atua em Angra dos Reis desde 2005. Tem sua área de formação inicial em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

É habilitada em supervisão e orientação escolar. Pós-graduada em Psicopedagogia e Pedagogia Empresarial. É professora da Rede Municipal de Ensino de Angra dos Reis no AEE. Atua como coordenadora de Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis. Possui experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Especial/Inclusiva.

O município de Mangaratiba foi representado neste estudo pela diretora de educação especial Professora Rosa, que atua em Mangaratiba desde 1998. Tem sua área de formação inicial em Psicologia pela Universidade Estácio de Sá – 2008. Pós-graduada em Psicomotricidade Aplicada à Educação pela FIJ – 2011 e em Gestão Escolar: Orientação e Supervisão pela Universidade São Luiz – 2021; Licenciatura em Psicologia pela Universidade Cândido Mendes – 2011. É professora concursada da Rede Municipal de Ensino de Mangaratiba. Atuou como diretora de Educação Especial na SMEEL. Importante ressaltar que a Professora Rosa não atua mais com diretora de educação especial em Mangaratiba desde março de 2021 época em que pediu desligamento da função por motivos particulares.

O município de Paraty foi representado neste estudo pela coordenadora de educação especial Professora Azul, que atua em Paraty desde 1992. Tem sua área de formação inicial em Graduação em Pedagogia com extensão em Educação Especial - Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO - 2005. Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional-Centro Universitário Internacional UNINTER – EAD – 2018. Está cursando Pós-graduação em ABA-Análise do Comportamento Aplicada e Neuropsicologia - EAD Atua como coordenadora de Educação Especial na SME e Coordenadora do Projeto de Equoterapia -AME.

2.3- Caracterização dos municípios *lócus* do estudo: Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty da Região da Costa Verde/RJ

Região da Costa Verde/RJ

Mapa 1- Mapa da Região da Costa Verde/RJ



FONTE: FUNDAÇÃO CIDE (2021)

Os municípios participantes deste estudo, foram escolhidos considerando a atuação profissional da pesquisadora no município de Mangaratiba. Costa Verde é uma faixa de terra que vai do litoral sul do estado brasileiro do Rio de Janeiro até o norte do litoral do estado de São Paulo. No Rio de Janeiro engloba os municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty. O nome é dado devido à expressiva presença de Mata Atlântica que ainda existe nesse trecho do litoral brasileiro. Apresentamos a seguir, dados que os caracterizam de maneira global e em especial que representam o campo da educação.

ANGRA DOS REIS

Mapa 2- Mapa do município Angra dos Reis



Fonte: Google (2021)

Angra dos Reis é um município brasileiro situado no sul do estado do Rio de Janeiro. Localiza-se a uma altitude média de seis metros e possui, em seu litoral, 365 ilhas. Possui uma área de 816,3 km² e sua população, conforme estimativas do IBGE de 2020, é de 207 044 habitantes. Os municípios limítrofes são Paraty, Rio Claro e Mangaratiba, no território fluminense e Bananal e São José do Barreiro, no lado paulista.

Angra dos Reis possui 75 escolas públicas municipais e de acordo com os dados do QEdu¹¹ as matrículas no ano letivo de 2020 foram assim distribuídas:

¹¹ QEdu é um portal cujo objetivo é permitir que a sociedade possa acompanhar como está a qualidade do aprendizado dos estudantes nas escolas públicas e cidades brasileiras.

Tabela 1- Número de matrículas na rede de ensino de Angra dos Reis

| Matrículas na Rede de Ensino de Angra dos Reis em 2020 | |
|---|------------|
| Creches | 1.591 |
| Pré-escolas | 3.534 |
| Anos iniciais | 9.866 |
| Anos finais | 5.121 |
| EJA | 1.138 |
| Educação Especial | 678 |
| Total | 21.928 |

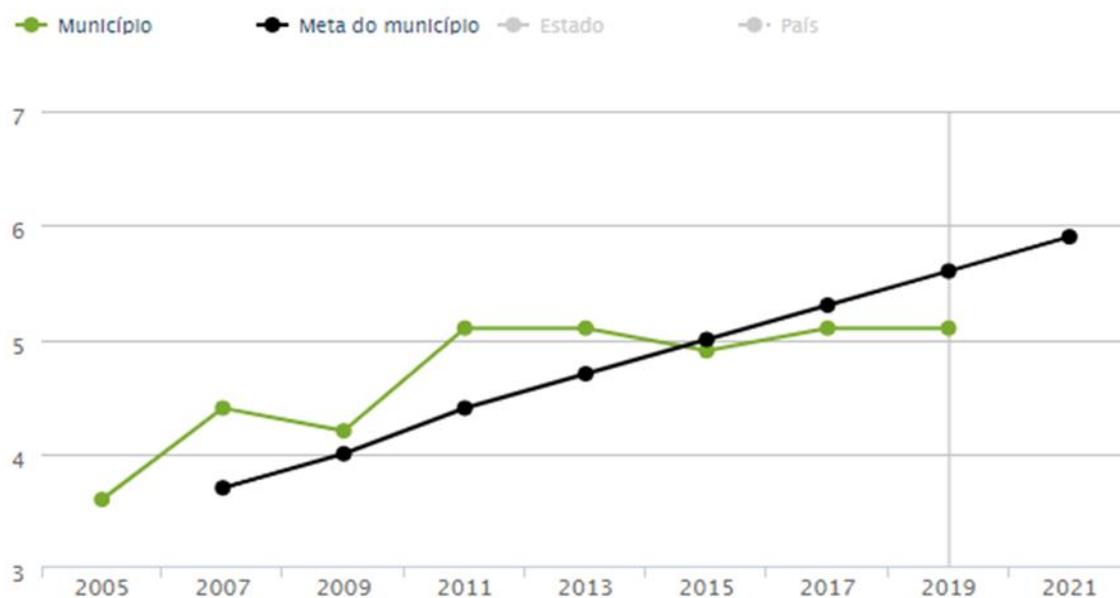
Fonte: QEdu (2021)

Como podemos observar na tabela anterior, o percentual de número de estudantes matriculados na educação especial representa 3,09% do total de matrículas do município. Em comparação com os municípios participantes esse é o maior percentual. Observamos ainda que a maior concentração de matrículas está nos anos iniciais do ensino fundamental que compreende do primeiro ao quinto ano.

Destacamos também a evolução do IDEB¹² das escolas municipais de Angra dos Reis nos Anos Iniciais:

¹² Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

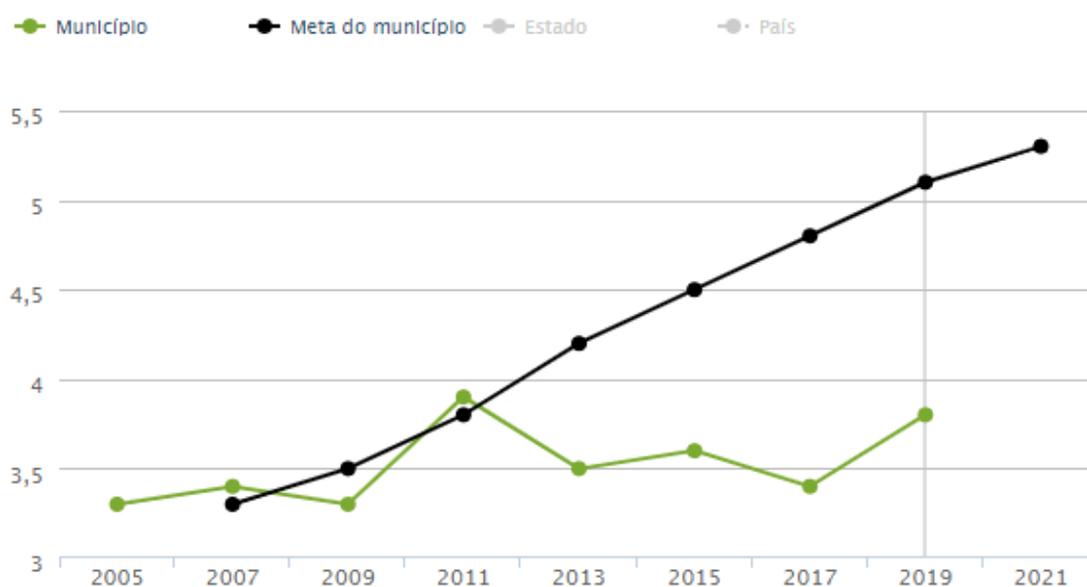
Gráfico 1- Evolução do IDEB da rede de ensino de Angra dos Reis (Fundamental I)



Fonte: QEdU.org.br. Dados do Ideb/Inep (2019).

A evolução do IDEB das escolas municipais de Angra dos Reis nos Anos Finais:

Gráfico 2- Evolução do IDEB da rede de ensino de Angra dos Reis (Fundamental II)



Fonte: QEdU.org.br. Dados do Ideb/Inep (2019).

O IDEB 2019 nos anos iniciais da rede pública não atingiu a meta, teve queda e não alcançou 6,0. Em aprendizado teve 5,74, o fluxo foi de 0,89 e obtiveram Ideb igual a

5,1. Nos anos finais, não atingiu a meta, a rede cresceu, mas não alcançou 5,1. Em aprendizado teve 4,66, o fluxo foi de 0,81 e obtiveram Ideb igual a 3,8.

MANGARATIBA

Mapa 3- Mapa de Mangaratiba



Fonte: Google (2021)

Mangaratiba é um município da Microrregião de Itaguaí, contíguo à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, no Brasil. Localiza-se a 85 quilômetros da capital do estado. Ocupa uma área de 353 408 km² e sua população, conforme estimativas do IBGE de 2019, era de 44 468 habitantes, sendo, então, o 44º mais populoso do estado e o menos populoso de sua microrregião.

Mangaratiba possui 40 escolas públicas municipais e de acordo com os dados do QEDu as matrículas no ano letivo de 2020 foram assim distribuídas:

Tabela 2- Número de matrículas da rede de ensino de Mangaratiba

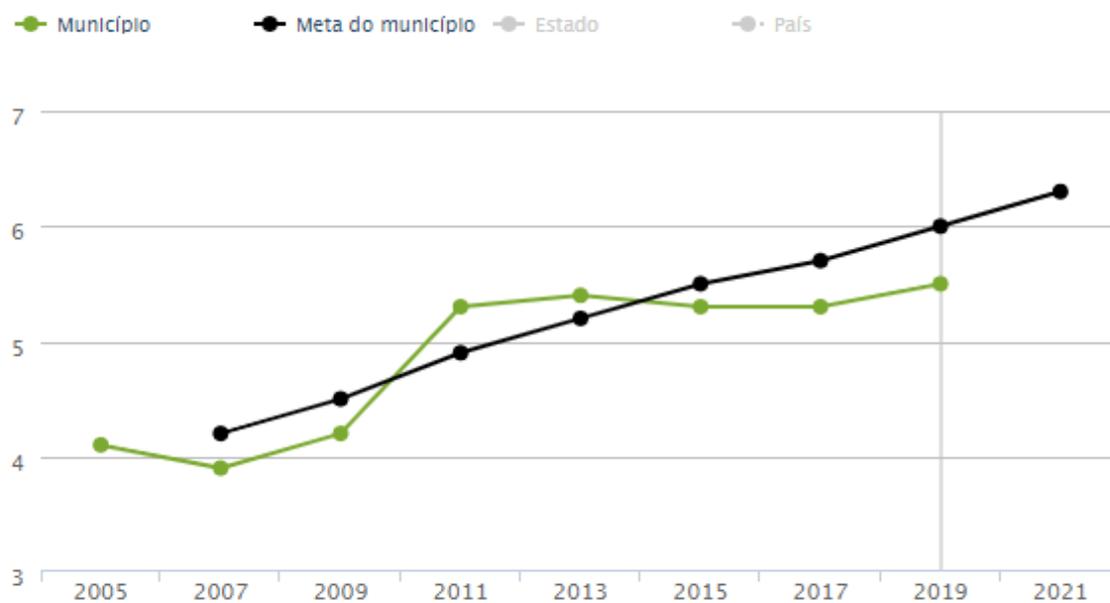
| Matrículas na Rede de Ensino de Mangaratiba em 2020 | |
|--|------------|
| Creches | 1.052 |
| Pré-escolas | 1.110 |
| Anos iniciais | 2.819 |
| Anos finais | 2.064 |
| EJA | 662 |
| Educação Especial | 197 |
| Total | 7.904 |

Fonte: QEdU (2021)

Como podemos observar na tabela anterior, o percentual de número de estudantes matriculados na educação especial representa 2,49 % do total de matrículas do município. Observamos que a maior concentração de matrículas, assim como em Angra dos Reis, está nos anos iniciais do ensino fundamental que compreende do primeiro ao quinto ano.

Foi observada também a evolução do IDEB das escolas municipais de Mangaratiba nos Anos Iniciais:

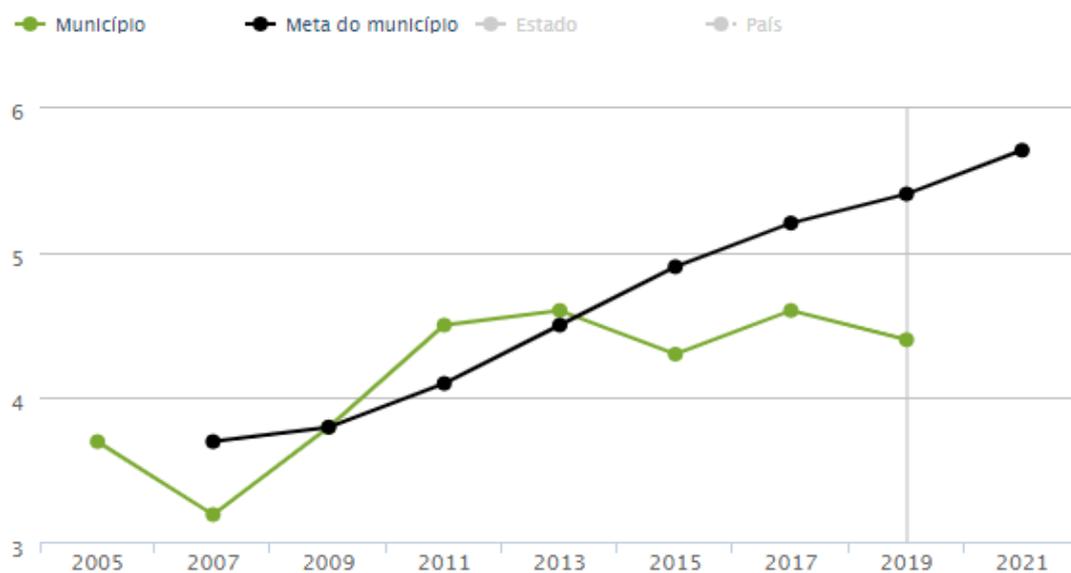
Gráfico 3- Evolução do IDEB da rede de ensino de Mangaratiba (Fundamental I)



Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2019).

A evolução do IDEB das escolas municipais de Mangaratiba nos Anos Finais:

Gráfico 4- Evolução do IDEB da rede de ensino de Mangaratiba (Fundamental II)



Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2019).

O IDEB 2019 nos anos iniciais da rede pública não atingiu a meta, teve queda e não alcançou 6,0. Em aprendizado teve 6,01, o fluxo foi de 0,92 e obtiveram Ideb igual a 5,5. Nos anos finais, não atingiu a meta, teve queda e não alcançou 5,3. Em aprendizado teve 5,36, o fluxo foi de 0,81 e obtiveram Ideb igual a 4,4.

Paraty

Mapa 4- Mapa do Município de Paraty



Fonte: Google (2021)

Paraty é um município brasileiro localizado no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, distante 258 quilômetros da capital estadual, a cidade do Rio de Janeiro. Junto ao oceano Atlântico, o território municipal está a uma altitude média de apenas cinco metros do nível do mar. Atualmente, possui 930,7 quilômetros quadrados, com uma população de 39.965 habitantes, representando uma densidade demográfica de 35,6 habitantes por quilômetro quadrado. Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2014, ele ocupa a 43ª posição entre os municípios do estado do Rio por população.

Paraty possui 34 escolas públicas municipais e de acordo com os dados do QEdu as matrículas no ano letivo de 2020 foram assim distribuídas:

Tabela 3- Número de matrículas da rede de ensino de Paraty

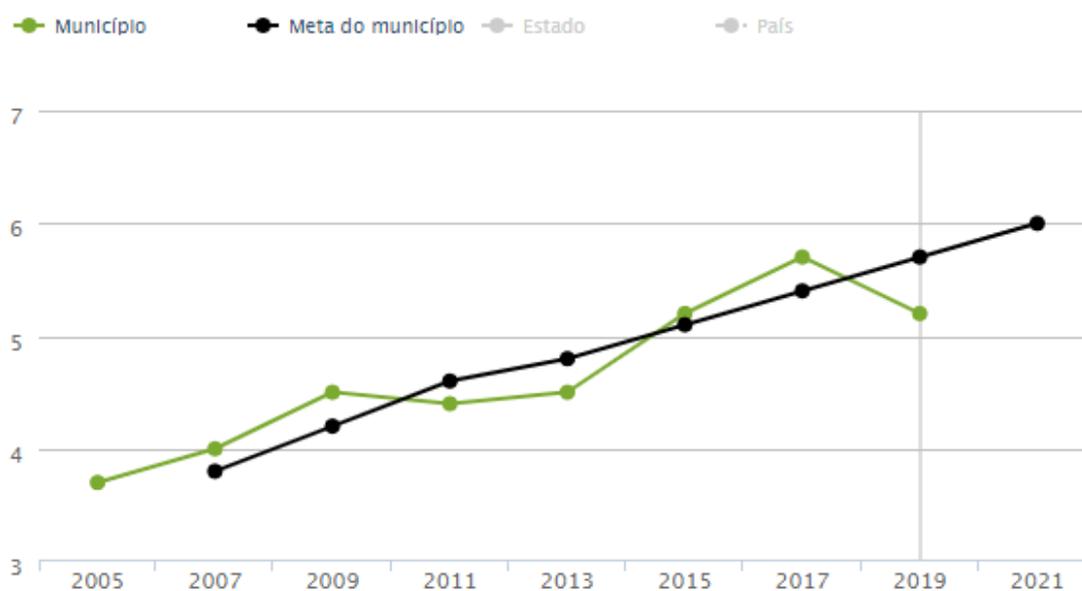
| Matrículas na Rede de Ensino de Paraty em 2020 | |
|---|------------|
| Creches | 384 |
| Pré-escolas | 1.023 |
| Anos iniciais | 2.671 |
| Anos finais | 1.502 |
| EJA | 222 |
| Educação Especial | 132 |
| Total | 5.934 |

Fonte: QEdu (2021)

Como podemos observar na tabela 3, o percentual de número de estudantes matriculados na educação especial representa 2,22 % do total de matrículas do município. Observamos que a maior concentração de matrículas, assim como em Angra dos Reis e Mangaratiba, está nos anos iniciais do ensino fundamental que compreende do primeiro ao quinto ano.

Na observação da evolução do IDEB das escolas municipais de Paraty nos Anos Iniciais:

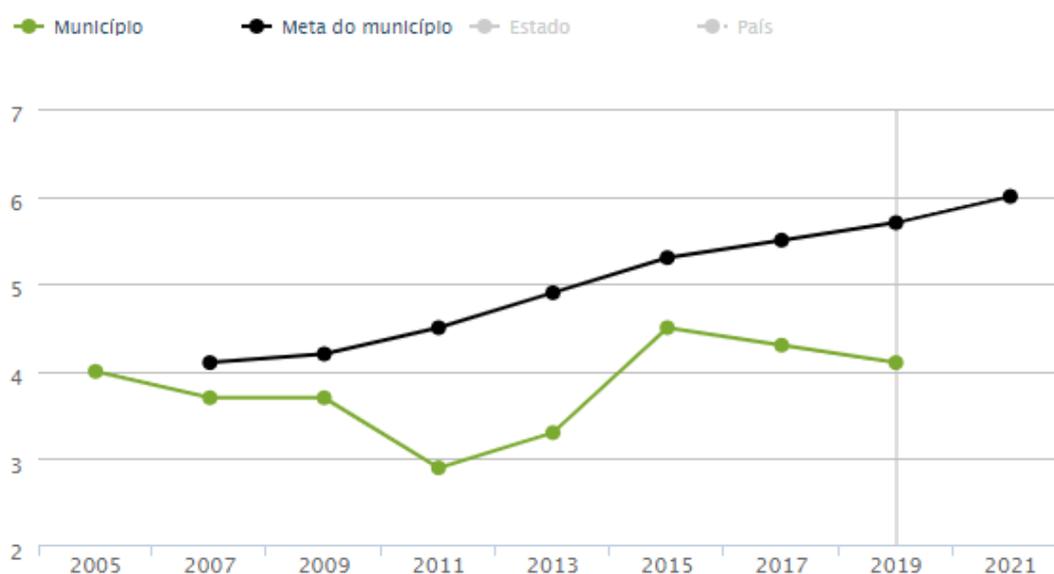
Gráfico 5- Evolução do IDEB da rede de ensino de Paraty (Fundamental I)



Fonte: QEdU.org.br. Dados do Ideb/Inep (2019).

A evolução do IDEB das escolas municipais de Paraty nos Anos Finais:

Gráfico 6- Evolução do IDEB da rede de ensino de Paraty (Fundamental II)



Fonte: QEdU.org.br. Dados do Ideb/Inep (2019).

O IDEB 2019 nos anos iniciais da rede pública não atingiu a meta, teve queda e não alcançou 5,7. Em aprendizado teve 5,59, o fluxo foi de 0,93 e obtiveram Ideb igual a 5,2. Nos anos finais, não atingiu a meta, teve queda e não alcançou 5,7. Em aprendizado teve 5,29, o fluxo foi de 0,77 e obtiveram Ideb igual a 4,41.

Comparando a evolução do IDEB nos três municípios podemos observar que nenhum dos municípios alcançou as metas estabelecidas e que a diferença entre as pontuações alcançadas são poucas, exceto nos Anos Finais, onde Angra dos Reis está mais distante de alcançar a meta. Longe de, em nossa análise, almejarmos o ranking entre municípios, mas apontamos para possibilidades no entrelaçamento de ações colaborativas que possam fortalecer e levar suas coordenações a contribuir no alcance de metas. Para Pacheco:

Enquanto a comunicação social faz eco de discurso de políticos, que nos falam de desenvolvimento sustentável e dos saberes e competências para fazer face a um mundo incerto e em mudança acelerada, os profissionais da educação reproduzem práticas fossilizadas. Assistimos à perpetuação de uma gestão centralizada no sistema, impedindo que as escolas assumam a dignidade da autonomia e se constituam em elementos orgânicos de comunidades de aprendizagem. Num tempo em que se proclama o reconhecimento das diferenças, o ato pedagógico mantém-se cativo de um fordismo tardio, ainda que se enfeite a sala de aula com novas tecnologias. (Pacheco, 2014, p. 12).

O autor nos faz refletir sobre como queremos resultados diferentes mantendo a velha prática quando é chegado o tempo de novas construções sociais de uma outra instituição escolar. Se a escola se abriu para receber um novo público, ela ainda não se redefiniu internamente, não se reestruturou a ponto de criar pontos de diálogo com os sujeitos e sua realidade. (Dayrell, 2007, p. 1117)

2.4- Procedimentos de coleta de dados

A pesquisa foi realizada em fontes primárias e secundárias, bibliográficas, audiovisuais e documentais. Foram realizados webinários com as representantes das secretarias municipais de educação e responsáveis pela educação especial nos municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty acerca do tema, para se obter conhecimentos sobre as realidades municipais e análise documental.

Os procedimentos utilizados foram:

- Webinários gravados e transcritos.

- Análise documental: Projetos Políticos Pedagógicos, Planos Municipais de Educação, slides de apresentação, documentos oriundos das secretarias de educação (portarias, resoluções de matrícula, diretrizes). Os documentos que mais nos chamaram a atenção foram os Planos Municipais de Educação, pois foi possível verificar através da autorreflexão-crítica das participantes sobre quais estratégias e metas haviam sido alcançadas e quais ainda precisam de um maior esforço para alcançarem, proporcionando uma reflexão-ação sobre os pontos abordados.

Analizamos os PPP que foram apresentados pelas equipes gestoras de Mangaratiba e Angra dos Reis no que tange à educação especial de unidades escolares consideradas destaques tanto favoráveis quanto desfavoráveis ao processo de inclusão dos estudantes com deficiência e no atendimento à modalidade; a equipe de Paraty não apresentou documentos por sua defasagem nas atualizações. Os PPP foram analisados dada sua importância, enfatizada por Pereira:

O PPP pode ser para a escola uma via de emancipação em relação à educação, quando assumido como um movimento político e pedagógico. Assim, o PPP é uma possibilidade construída para e pelo coletivo da escola, haja visto que é preciso ter claro onde se pretende chegar em relação à educação oferecida aos estudantes, por intermédio da organização do trabalho escolar como um todo, considerando a transformação da realidade social, econômica, política, consentaneamente às mudanças internas da organização escolar e suas relações com as transformações mais abertas. (PEREIRA, 2013, p. 44)

Os PME foram analisados por sua relevância na instituição de diretrizes da educação dos sistemas de ensino no que tange a educação especial. Foram esses os documentos que balizaram a construção de um Plano Intermunicipal de Educação Especial da Região da Costa Verde, fruto deste estudo.

- Grupo focal com pautas para debate, previamente acordadas com as representantes, onde se direcionava para os dados que nos importava conhecer e refletir, permitindo, porém, certa flexibilidade, com o registro de temas relevantes, ainda que não previstos.

O grupo focal, nas palavras de Kitzinger (2000) é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e interação. Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico.

*“Toda instituição é, ao mesmo tempo,
tanto inclusiva quanto excludente.”*

Mônica Pereira dos Santos

III- O PROGRAMA INCLUSÃO EM REDES: POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, FORMAÇÃO HUMANA E AFIRMAÇÃO DA DIVERSIDADE

O pensamento de Santos nos leva a querer mergulhar nos caminhos que levam as instituições educacionais a serem ao mesmo tempo fontes de inclusão e exclusão, o que nos moveu até a construção do “Programa Inclusão em Redes: políticas de educação especial, formação humana e afirmação da diversidade” como fonte de pesquisa, tendo como ponto de partida a experiência da pesquisadora como técnica da Secretaria Municipal de Educação de Mangaratiba somada à participação no Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI) que, imbuída de questionamentos acerca dos avanços e retrocessos da educação especial e em consonância com debates realizados no laboratório considera de muita relevância ultrapassar as barreiras limítrofes dos municípios da Região da Costa Verde em busca de respostas que possam fazer avançar, de forma colaborativa, políticas públicas para a educação especial sob a perspectiva da inclusão pautadas nas demandas oriundas de suas coordenações municipais. Logo, Adorno nos esclarece que:

Aquele que quer transformar provavelmente só poderá fazê-lo na medida em que converter esta impotência, ela mesma, juntamente com a sua própria impotência, em um momento daquilo que ele pensa e talvez também daquilo que ele faz. (ADORNO,1995, p.185)

Buscando transformar a realidade que nos provoca o pensamento de Adorno projetamos e executamos o Programa Inclusão em Redes que foi estabelecido por Acordo de Cooperação Técnica¹³, tornando possível a investigação das normativas educacionais da região; o estudo dos padrões da qualidade do ensino, a cooperação administrativa; o compartilhamento de responsabilidades e possibilidades de formular políticas visando obter resultados positivos no atendimento aos estudantes PAEE, rompendo com barreiras culturais e territoriais. “A cultura, ao dificultar ou obstar a experiência entre diferentes indivíduos no trabalho ou em outras dimensões sociais, embrutece cada vez mais a

¹³ Importa saber que neste estudo os participantes, representantes das Secretarias Municipais de Educação assinaram Acordo de Cooperação Técnica visando a realização da Cooperação Técnico-Científica entre o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI/UFRRJ) e os sistemas municipais de ensino.

sociedade, afirmando a homogeneização dos indivíduos pela fragilidade de identificação [...]” (DAMASCENO, 2012, p.15).

A pesquisa está delimitada no período que compreende de maio a dezembro do ano de 2020, com o grupo focal que, a princípio, envolveria além das coordenações de educação especial das secretarias municipais de ensino dos municípios da Costa Verde/RJ (Angra, Mangaratiba e Paraty) a coordenação de educação especial do município vizinho Itaguaí com características semelhantes geográficas, sociais e econômica, e que está localizado entre a UFRRJ e os municípios objeto do estudo.

Importante registrar que foram muitas as tentativas de inserir representantes da Educação Especial do município de Itaguaí no Programa Inclusão em Redes. No ano de 2020 houve interrupção no mandato do Chefe do Executivo¹⁴ ocasionando troca nos membros da equipe da secretaria de educação do município. Esse período de transição entre equipes tornou instável as decisões e inviabilizou a participação de alguém que pudesse representar o município.

Descobrir as pessoas ocupantes da função de coordenação de educação especial, estabelecer contato com elas, enviar folder do “Programa Inclusão em Redes” e os Termos de Cooperação Técnica para consentimento e adesão dos secretários municipais de educação foram os primeiros passos da pesquisa, dificultados pelo período pandêmico com Decretos Federais, Estaduais e Municipais determinando distanciamento social e até barreiras intermunicipais. Sobre as dificuldades impostas pela pandemia Cardoso *et al* esclarece:

Vivemos um tempo de transformação global, a Covid-19 alterou o cotidiano em quase todos os lugares, mexeu profundamente com a economia e com o modo de vida das pessoas. Serão necessárias adaptações nos espaços e nos recursos, mas principalmente uma mudança de atitude, que reflita a concepção de convivência universal, não só na infraestrutura das escolas, mas também e fundamentalmente no desenvolvimento de práticas de ensino-aprendizagem e nas relações humanas. (CARDOSO *et al*, 2021, p. 516)

Todos os contatos com os coordenadores se deram por meio de telefone, aplicativo do WhatsApp e e-mails. Em 05 de junho de 2020 criou-se um grupo de WhatsApp intitulado “Inclusão em Redes”, contendo a participação do Prof. Orientador desse estudo, da pesquisadora orientanda e articuladora do Programa, da coordenadora de educação

¹⁴ A descontinuidade administrativa, que aparece com frequência como fator de interrupção do trabalho pedagógico, é materializada no impedimento da participação de um representante de Itaguaí durante o período de execução do Programa.

especial da SECT de Angra dos Reis, da diretora de educação especial e diversidade da SMEEL de Mangaratiba, da coordenadora de educação especial da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) de Itaguaí, e da coordenadora de educação especial da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Paraty. Através do grupo agendou-se a primeira reunião de trabalho do Programa Inclusão em Redes.

Optamos por fazer a narração¹⁵ dos webinários, a fim de promover mais fácil leitura e compreensão dos assuntos abordados, sendo fiéis aos posicionamentos dos participantes. Todavia, destacamos que as transcrições das gravações dos webinários encontram-se disponíveis para consulta, caso seja necessário, não sendo indicado anexá-las por ultrapassarem 100 páginas.

3.1 – 1º Webinário: “Alinhamento e elaboração das normativas dos Seminários Municipais”

A primeira reunião (1º webinário) aconteceu de maneira virtual através da Plataforma Zoom, escolhida democraticamente pelos participantes, no dia 24 de junho de 2020 às 14 horas. Esta reunião teve como pauta a acolhida e apresentação dos participantes, confirmação da nomenclatura das secretarias de educação e departamentos, apresentação da proposta de trabalho colaborativo do Programa, seus objetivos e metas, definição dos temas dos webinários¹⁶ e informes sobre os Termos de Cooperação Técnica e o agendamento do 1º webinário. Contando com a participação parcial da coordenação do município de Itaguaí que, por um impedimento de última hora, acessou a plataforma já no meio da reunião.

Apresentando como sugestão os seguintes temas para os webinários:

1º Webinário – “Alinhamento e elaboração das normativas dos Seminários Municipais” (periodicidade, divisão de tarefas, sugestão/manutenção ou alteração dos temas);

¹⁵ Narração ou texto narrativo é o relato feito por alguém de algo, de uma sequência de acontecimentos. Essa sucessão de acontecimentos é chamada de enredo, e considera um período e de espaço (quando e onde acontece). Quem assume o papel de narrar, contar ou relatar algo é chamado de narrador.

¹⁶ Inicialmente pensados e planejados como Seminários e posteriormente, pela condição de distanciamento social imposta pela pandemia do coronavírus, passando a caracterizar-se de webinários.

2º Webinar – “Diálogos Iniciais sobre/com a Educação Especial” (como estão divididas as redes? Quantitativo de escolas, número de estudantes contemplados com Atendimento Educacional Especializado e a formação dos mediadores¹⁷;

3º Webinar – “Conhecendo as Redes – Normativas Municipais da Educação Especial” (Projetos Políticos Pedagógicos das escolas contemplam a inclusão do público-alvo da educação especial (PAEE)? Os Planos Municipais de Educação estão alcançando as metas previstas para a Educação Especial? As normativas municipais direcionadas à educação especial atendem às especificidades da modalidade e estão em consonância com as políticas nacionais?

4º Webinar – “Integração x Inclusão do Público-alvo da Educação Especial” (realizar autorreflexão crítica sobre como estamos atendendo nas redes a partir de palestra com a Professora Doutora Mônica Pereira dos Santos convidada pelo Professor Orientador desse estudo para falar sobre o tema a partir da perspectiva omnilética¹⁸.

5º Webinar - “Práticas Educativas Exitosas com o Público-Alvo da Educação Especial” (apresentação por rede das práticas educativas que se destacam como aquelas que obtiveram ou que obtém resultados exitosos na educação especial);

6º Webinar - “Potencialidades com foco no processo de ensino-aprendizagem do público-alvo da educação especial” (realização do trabalho para alcançar avanços na aprendizagem dos estudantes; práxis e teoria; importância do trabalho coletivo);

7º Webinar- “Protagonismo do (a) Professor (a)” (autoria do professor (a); autonomia do professor (a); professor (a) pesquisador (a); brilhantismo do professor (a);

¹⁷ Chamados pela Lei Nº 13.146- Lei Brasileira de Inclusão- de Profissional de Apoio Escolar.

¹⁸ Base teórico-metodológica denominada por Santos (2013) de *perspectiva omnilética*, por meio da qual analisamos os fenômenos educacionais de uma maneira totalizante, compreendendo as diferenças como partes de um todo, caracterizado por suas relações dialéticas, complexas, culturais, políticas e práticas.

1. 8º Webinário – “Seminário Inclusão em Redes” (apresentação do relatório anual das ações).

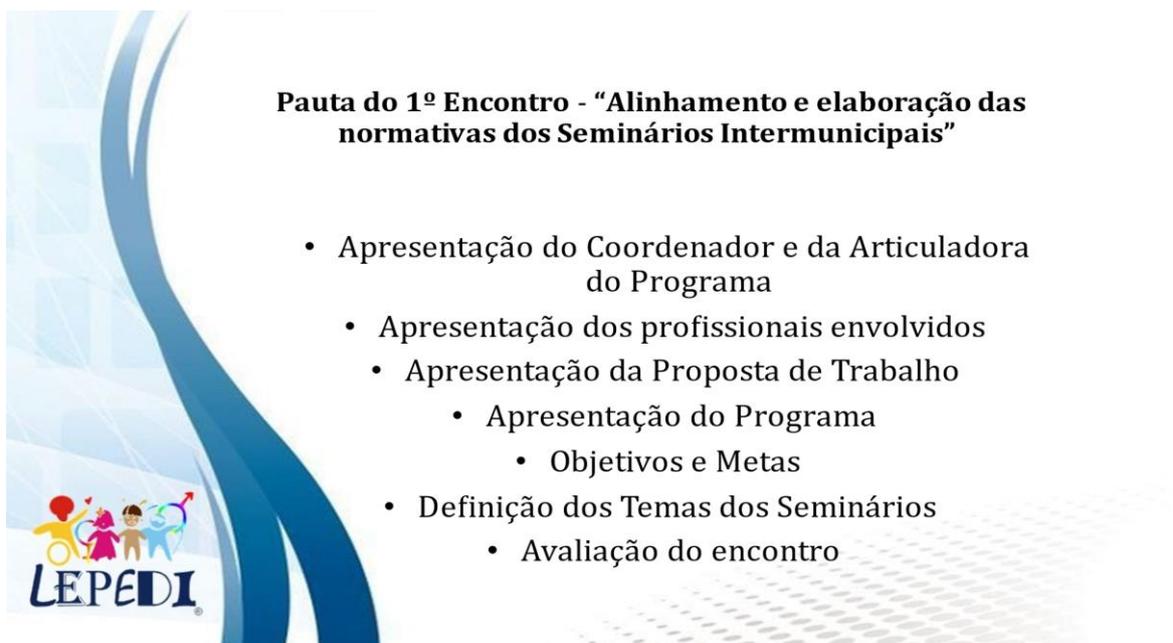
Os temas sugeridos foram aprovados por unanimidade entre os participantes. Sendo solicitado aos participantes avaliação do encontro, concluiu-se que a plataforma Zoom, escolhida por todos, não favorece o encontro, pois ocorrem inúmeras quedas de conexão, e de maneira geral os pontos de vista são muito positivos tanto para o formato de reunião como para apresentação de slides e o diálogo direcionado entre as coordenações. Destaque para o aspecto positivo e unânime da aproximação entre as coordenações municipais para discutirem juntos os caminhos percorridos pela educação especial na Costa Verde/RJ. Cabral nos atenta para o fato de que:

A Teoria Crítica nos permite pensar uma educação para a provocação, onde busca criar espaços para a colaboração de todos, tendo o professor como mediador do processo ensino-aprendizagem, transformando em uma educação emancipatória, sem alienar a autonomia do outro, libertando-se de uma auto inculpável menoridade, ou seja, a incapacidade de se perceber potente. (CABRAL, 2018, p. 80)

Criando esse espaço para colaboração ficou acordado que os webinários aconteceriam mensalmente na terceira terça-feira dos meses de julho a dezembro de 2020, todos pela plataforma Skype proporcionando a gravação dos encontros. Todavia, é de suma importância registrar que problemas tecnológicos comprometeram a gravação do 4º webinário, fator de muita frustração, não apenas para o registro da pesquisadora, mas pelo teor histórico e de imensurável ampliação de conhecimento, assumidamente reconhecido pelos participantes, pois perde-se um momento importante do relato das vivências da Professora Doutora Mônica Pereira dos Santos em sua trajetória profissional riquíssima que se entrelaça com a história da educação especial brasileira. Uma perda irreparável, mas que não retira a grande reflexão, sobre as políticas públicas municipais, dos participantes do Programa.

Antes do segundo webinário, no dia 17 de julho de 2020, a coordenação de educação especial do município de Itaguaí desligou-se do Programa, pois mais uma mudança no poder executivo municipal acarretou reestruturação da equipe da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a representante no programa deixou de integrar a equipe de educação especial. Problema recorrente na estrutura das secretarias de educação participantes do Programa, mas não causa a desistência, por parte da pesquisadora e seu orientador, da participação do município de Itaguaí por considerarem de grande contribuição para o estudo.

Figura 1- Pauta do 1º Webinário do Programa Inclusão em Redes



Fonte: Slides do Programa Inclusão em Redes (2020)

3.2 – 2º Webinário - “Diálogos Iniciais sobre/com a Educação Especial”

O segundo webinário ocorreu em 20 de julho de 2020 com a presença das coordenações de educação especial de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty e da Doutoranda do LEPEDI Carina Alves que, nesse período, estabeleceu parceria com o município de Mangaratiba com o Projeto Literatura Acessível. O webinário tem como tema; “Diálogos Iniciais sobre/com a Educação Especial”, onde cada coordenadora apresentou dados da educação especial sobre a rede de ensino que representa. Começando neste momento a caracterização das redes de ensino naquilo que tange à educação especial.

Figura 2- Pauta do 2º Webinário do Programa Inclusão em Redes



“Diálogos Iniciais sobre/com a Educação Especial”

Pauta do 2º Webinar

- Palavra do Coordenador e da Articuladora do Programa;
- Apresentação dos dados da Rede Municipal de Ensino de Angra dos Reis;
- Apresentação dos dados da Rede Municipal de Ensino de Itaguaí;
- Apresentação dos dados da Rede Municipal de Ensino de Mangaratiba;
- Apresentação dos dados da Rede Municipal de Ensino de Paraty;
- 3º webinar;
- Acordo de Cooperação Técnica
- Avaliação do 2º Webinar (sugestões, críticas).

Fonte: Slides do Programa Inclusão em Redes (2020)

Nesse webinar chegamos aos seguintes dados em Angra dos Reis. A educação especial no município de Angra dos Reis está sob a gerência do DEDIN, onde tem assistência de Educação de Jovens e Adultos (EJA); assistência de diversidade e assistência de apoio à família. A assistência de apoio à família trabalha com busca ativa dos estudantes em situação de violência, com questões sociais e familiares. Existe a assistência da saúde do escolar que realiza um trabalho nas escolas com estudantes adolescentes que apresentem problemática de saúde. A equipe da diversidade trabalha com a escola do campo, quilombola, indígena, caçara, sertão e ilha. E a educação especial.

Angra dos Reis contava com 22.000 estudantes. O município tinha 72 unidades escolares das quais 70 unidades são de ensino regular e 2 especiais que são a Escola Municipal para Estudantes Surdos e a Escola Municipal para Deficientes Visuais (EMVD). O total de estudantes na inclusão eram 635 estudantes com deficiência, matriculados na rede regular de ensino. Número que, segundo a coordenação, é atualizado mensalmente. A rede contava com 17 salas de recursos funcionando por polos, atendendo a estudantes da escola onde está inserida e do seu entorno. De acordo com a coordenação de educação especial, os autistas têm atendimento educacional especializado separado, em um quase Centro de Atendimento, onde tem psicólogo, tem fonoaudiólogo, assistente

social, e equipe especializada no atendimento ao autista sendo atendidos 128 autistas da rede considerados de grau severo.

O município tem AEE para altas habilidades e superdotação, e dentro da escola de surdos, o AEE só para surdos, e o mesmo acontece com a Escola para Deficiente Visual. Então, o estudante com TEA, o estudante com surdez, o estudante com deficiência visual e o estudante com altas habilidades/superdotação (que segundo a coordenação eram aproximadamente 82 estudantes), não são atendidos nas salas de recursos multifuncionais dos polos, eles têm o AEE próprio para eles.

Neste webinar um dado importante é revelado, que os estudantes surdos não são inseridos nas escolas de ensino regular, como os demais estudantes, o estudante surdo ingressa na escola especial para surdos na educação infantil e ali permanece até o 9º ano do Ensino Fundamental. A escola também oferece a modalidade de Educação para Jovens e Adultos (EJA). A escola para os estudantes surdos oferta libras e língua portuguesa.

Nesse ponto é necessário analisarmos que as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado - AEE, definiu que:

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços que orienta quanto a sua utilização no processo ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. [...] tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Considerando o Decreto, compreendemos que as atividades ofertadas nos Centros de Atendimento não se configuram como AEE porque deveriam complementar/suplementar as atividades do ensino regular sendo realizadas prioritariamente em Sala de Recursos. Todavia, os Centros de Atendimento seriam as escolas especializadas para não as chamar de escolas especiais. Não fazemos aqui qualquer julgamento, mas esclarecemos a diferença entre aquilo que preconiza as Diretrizes para o AEE e o trabalho especializado. Ao observarmos a reflexão de Adorno que nos diz que:

A educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo de adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo. Porém ela seria igualmente questionável se ficasse nisto, produzindo nada além de *well adjusted people*, pessoas bem ajustadas, em consequência do que a situação existente se impõe precisamente no que tem de pior. Nestes termos, desde o início existe no conceito de educação para a consciência e para a racionalidade uma ambiguidade. Talvez não seja possível superá-la no existente, mas certamente não podemos desviar dela. (Adorno, 2012, p.142-143)

É válido pensar se não seria esse o ajuste encontrado no sistema de ensino para a criação dos Centros de Atendimento. Ainda em Angra dos Reis sobre o monitor de educação especial, sua coordenadora relatou:

“Então, aí como o professor Allan falou, cada município tem seu calcanhar de Aquiles, né?! O meu aqui em Angra, justamente, são os monitores, tá?! Porque, o que acontece, foi um cargo criado lá em 2011, quando eu também estava na Secretaria de Educação, na gerência de Educação Especial, eu fazia parte, eu era coordenadora. O que acontece, o aluno ia para a inclusão, né, e como eu já te falei, os alunos são severos: precisa trocar fralda, precisa de apoio na hora da alimentação, banheiro, tudo isso, né?! Então, assim, o professor não queria fazer por que ele não poderia largar os alunos na sala, para fazer esta questão...”

A carência era de 23 monitores de educação especial, e o concurso abriu vagas para 46 monitores. Os 46 monitores foram convocados e empossados em 2013. De 2013 para 2020, esses 46 se transformaram em 20, (com exonerações e aposentadorias) sendo que desse quantitativo 5 estão readaptados definitivamente. Todos os funcionários efetivos da rede municipal de ensino.

Relatou-se um grande desafio para as gestões escolares que com frequência indicam problemas no exercício das funções com esses profissionais que não aceitam as atribuições inerentes ao cargo, o que também ocorre por parte deles em relação aos gestores com reclamações constantes de exigências que, segundo eles, não seriam suas atribuições.

Em 2019 foi realizado novo concurso para suprir as vagas que caíram em vacância, mas a real necessidade é de um quantitativo bem maior. O salário no período do estudo está em torno de R\$1.500,00 (mil e quinhentos Reais) e a carga horária era de 7 horas diárias em efetivo exercício com o estudante. A função do monitor de educação em Angra dos Reis é auxiliar na alimentação, locomoção, higiene pessoal e ajudar nas atividades elaboradas pelo professor. O professor orienta e eles auxiliam o estudante. Não tendo direito ao recesso, eles têm direito aos 30 dias de férias no ano, o que sempre foi muito questionado por eles, mesmo a Secretaria de Educação tendo passado a ofertar o recesso, os conflitos com os profissionais não cessaram, pois querem o mesmo status que o professor.

Destaca-se que nem todos os estudantes têm direito ao acompanhamento pelo monitor de educação especial, como relatado:

E nem todo aluno também tem direito ao monitor, tá?! Aqui a gente segue o critério para ter monitor. Ele tem que ser autista, múltiplas deficiências ou casos de deficiência intelectual com graves comprometimentos mentais.

A avaliação do estudante para que possa ter direito ao monitor é realizada pela equipe da Secretaria Municipal de Educação. A escola envia memorando, laudo médico e a equipe multiprofissional que é composta de fonoaudiólogo, psicólogo e assistente social avalia a necessidade.

Já nos dados apresentados da educação especial em Mangaratiba foi observado que a educação especial de Mangaratiba está sob a responsabilidade da DEED e a diretora apresentou slides para ilustrar como está estruturada a rede que contava com 40 unidades de ensino, (seria 41, mas uma não havia sido aberta por conta da pandemia) sendo 39 unidades de ensino regular e 1 de educação especial. Com 27 escolas com estudantes de inclusão. A escola de educação especial atendia a 32 estudantes, a maioria com múltiplas deficiências. Foi enfatizada a dificuldade de apresentar dados exatos, com a justificativa da dificuldade de obter respostas corretas dos diretores ao questionário de atualização de dados.

Registramos ainda que, alguns estudantes não chegaram a realizar renovação de matrícula, pois a pandemia trouxe o distanciamento social e o fechamento das unidades escolares bem no início de março.

Mangaratiba, no período do webinar, tinha 76 estudantes no atendimento educacional especializado. Aproximadamente, 170 estudantes com laudo de deficiência. Ainda estavam no processo de convite de professores para a sala de recursos, porque muitas mudaram de função ao final do ano de 2019, outras levaram sua matrícula para outro município. Então, havia renovação no quadro de professores de SRM. Contavam com 14 professores atuantes em SRM, que estavam trabalhando no período pandêmico com a elaboração de atividades para a confecção de apostilas por deficiência que foram ofertadas de maneira virtual e impressa aos estudantes PAEE.

Contando com 20 escolas com SRM, as escolas apresentaram 26 estudantes que estavam neste processo de investigação para fechamento de laudo ou aguardando avaliação da equipe multiprofissional (com avaliações suspensas por causa da pandemia), para verificar se esses estudantes seriam atendidos futuramente na sala de recursos.

Mangaratiba contava com mediadores, de acordo com a diretora:

Nós temos os mediadores, nenhum efetivo. Nós não temos concurso ainda no município. O município está num trâmite de aprovação para um futuro concurso com esse cargo e no momento eles são comissionados, são

contratados. A gente tem um público até razoável de mediadores. A maioria com ensino médio, alguns com graduação ou pós-graduação e outros com fundamental completo e incompleto. Como a Vermelha disse, né, é um público difícil, né, a gente tem aí um misto de escolaridade, né, não tem um padrão. E aí, dificulta alguns, né, que não tem realmente uma graduação, que não tem o conhecimento da pedagogia, que não tem o conhecimento da educação em si.

Diferente do município de Angra dos Reis, em Mangaratiba nenhum mediador é do quadro de funcionários efetivos. O município nunca abriu concurso para o cargo, está tramitando a aprovação para um futuro concurso com esse cargo, mas a realidade é que são comissionados ou contratados através de processo seletivo. Nesse aspecto, Adorno reforça que:

No fundo, tudo dependerá do modo pelo qual o passado será referido no presente; se permanecemos no simples remorso ou se resistimos ao horror com base na força de compreender até mesmo o incompreensível. (ADORNO, 1995, p.46)

Tentamos aqui compreender, sem sucesso, a falta do concurso para contemplar esse profissional uma vez que de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão N° 13.146 de 06 de julho de 2015 no Art. 28 que incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar; garante em seu inciso XVII a oferta de profissionais de apoio escolar.

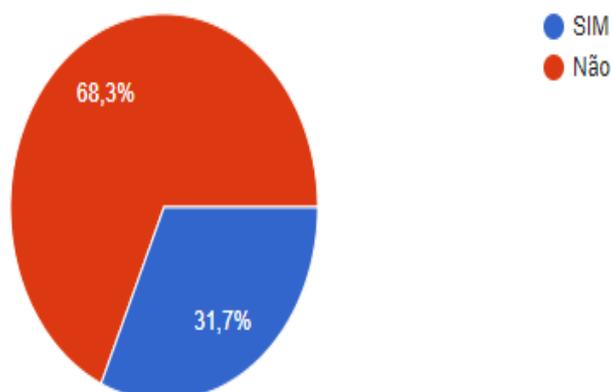
No entanto, até julho de 2020 não tinham mediadores para todos os estudantes com deficiência porque a contratação se dá à medida da necessidade e não se tem um perfil específico que defina essa necessidade.

Foi apresentado gráfico que aponta que 68% dos estudantes com deficiência eram matriculados no Atendimento Educacional Especializado, esse número é variável.

Gráfico 7- Atendimento Educacional Especializado – Mangaratiba

Realiza Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Sala de Recursos Multifuncionais?

41 respostas



Fonte: Slide apresentado pela Direção da DEED/ Mangaratiba (2020)

Apresentado ainda, gráfico por deficiência, onde observa-se que o maior público atendido é o de autistas, seguido pelos estudantes com deficiência intelectual. Observa-se ainda que o maior número de estudantes com deficiência está matriculado no segmento da Educação Infantil se comparado ao quantitativo dos anos finais do ensino fundamental e da EJA numa perspectiva de que ou há um aumento no número de estudantes com deficiências, ou estes saem das escolas durante o percurso do ensino fundamental.

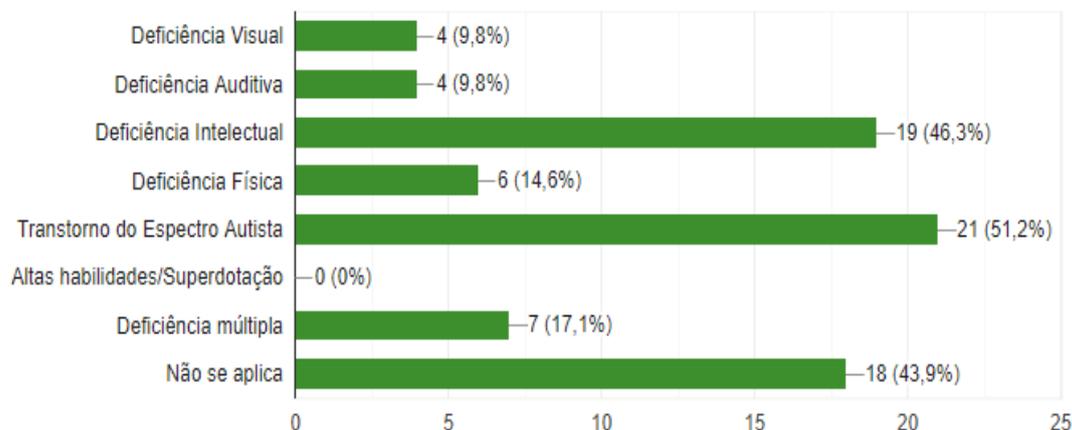
A diretora explicou que:

Aqui, a gente colocou para questão de informação e esses são os dados que a gente tirou da plataforma do QEdu, né, com dados de 2018, a rede de ensino de Mangaratiba. Aqui a gente vê o número de alunos em creches, pré-escolas, anos iniciais, anos finais e aqui, totalizando a nossa matrícula de Educação Especial com 161 estudantes em 2018. Então, a gente ainda está nesta faixa, né, está tendo como base esta faixa de matrículas na Educação Especial e o quantitativo de alunos também em 2020, está dentro deste quantitativo apresentado em 2018. Então, os dados de 2018 estão valendo para 2020, com algumas oscilações, um pouco mais, um pouco menos, mas ainda estamos neste padrão de 7.800 alunos e nesta faixa de 170 alunos na Educação Especial.

Gráfico 8- Deficiências atendidas nas unidades escolares de Mangaratiba

Quais deficiências são atendidas na Unidade Escolar?

41 respostas



Fonte: Slide apresentado pela Direção da DEED/ Mangaratiba (2020)

Houve uma reflexão sobre o impacto da pandemia no trabalho realizado pela DEED¹⁹, que acabava de ser criada pela SMEEL destacando o grande passo de importância que o município dera a educação especial, criando diretoria específica. Revelando ainda a importância de trocar experiências com os municípios vizinhos, destacando Angra dos Reis como um município com muito potencial de trabalho, podendo contribuir para mudanças no trabalho realizado em Mangaratiba.

As trocas oriundas do 2º webinar foram inúmeras, falou-se sobre a dificuldade encontrada em atender a uma demanda com poucos membros na equipe; da dificuldade com a formação (ou falta de) dos monitores em Angra e mediadores em Mangaratiba; das avaliações da equipe multiprofissional com os estudantes com dificuldade na aprendizagem; procurou-se saber sobre legislações no âmbito municipal que reduzissem a quantidade de estudantes nas turmas com inclusão; sobre as dificuldades encontradas para o cumprimento das metas dos Planos Municipais de Educação no que tange a educação especial. Adorno corrobora para essas reflexões quando nos diz que:

No instante em que indagamos: ‘Educação - para quê?’, onde este ‘para quê’ não é mais compreensível por si mesmo ingenuamente presente, tudo se torna inseguro requer reflexões complicadas. E, sobretudo, uma vez perdido este ‘para quê’, ele não pode ser simplesmente restituído por um ato de vontade,

¹⁹ A Diretoria de Educação Especial e Diversidade (DEED) foi criada pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer em agosto de 2019.

erigindo um objetivo educacional a partir do seu exterior. (ADORNO, 1995, 141)

Já na apresentação pela coordenação de Paraty foi observado que há muita dificuldade com a conexão de internet, pois a coordenadora é residente da ilha e o sinal de internet não chega com a frequência estável o que dificulta consideravelmente a sua fala.

Todavia, a educação especial revelada pela fala da coordenadora é que em Paraty o trabalho com educação especial acontece dentro do setor pedagógico (que ora é referendado pela coordenadora como setor de orientação educacional e ora setor de orientação pedagógica).

O município tinha 33 unidades escolares em toda rede, sendo que algumas grandes são escolas polos que contemplam primeiro e segundo segmentos do Ensino Fundamental. Tendo cerca de 6.000 estudantes sendo a zona costeira a de lugares mais distantes e de difícil acesso. E todo trabalho é concentrado na própria Secretaria, segundo a coordenadora, no setor pedagógico que não é diferenciado por localização (zona costeira, rural e urbana), o que relata, já havia acontecido.

E todo nosso trabalho é concentrado na própria Secretaria, né, no setor pedagógico. Ele não é diferenciado por localização, por exemplo: há alguns anos, quando eu comecei a trabalhar, nós tínhamos departamento de zona rural e costeira, tínhamos as zonas urbana e as escolas polos separadas. De 2013 para cá, concentrou-se todo o trabalho dentro da Secretaria de Educação, dentro de um departamento de orientação educacional. E eu venho acompanhando desde 2010, né, este trabalho da rede, acho que até mais, desde 2009, mais ou menos 2008, 2009.

Percebeu-se que são citadas as diversas alterações na divisão de trabalho e de equipe do setor pedagógico e as dificuldades encontradas por ela para a realização do trabalho.

Paraty tem parceria com a Organização não governamental (ONG) Associação de Mães e Equoterapia (AME) para onde eram encaminhados cerca de 70 estudantes com deficiência que necessitam de algum tipo de atendimento. A rede municipal de ensino tinha aproximadamente 120 estudantes com deficiência e a ONG assistia mais de 50% desses estudantes. Fator importante de registro é que a coordenadora de educação especial é também mãe de estudante com deficiência na rede de ensino e fundadora da ONG, como revelado em seu relato:

Eu, na verdade, Azul, a pessoa; a cidadã, eu acabei fundando uma ONG por conta do meu filho, que hoje já tem mais de 10 anos, que faz um trabalho

multidisciplinar. Foi a única forma que eu achei de atender as crianças do município. Então, o que eu fiz com esta fono? A gente tinha um setor, a gente tem, né, um setor que oferece, essa ONG que oferece terapias, né, porque na rede a gente não tem especificamente e a nossa APAE não funcionava e não funciona até hoje.

Em Paraty existiam 31 agentes/auxiliares como apoio dos estudantes PAEE, e ainda não tinham conseguido contemplar todos os estudantes que necessitavam do profissional, apenas aqueles considerados casos mais severos tinham o auxiliar, que em alguns casos trabalhavam em forma de rodízio.

[...] hoje a gente chama de agentes, mas a gente chama de auxiliares, e hoje eu tenho 31 auxiliares na rede para essas crianças, não consigo contemplar todos, a gente faz um processo que os mais severos, os casos mais severos... Às vezes, dependendo da necessidade, algumas unidades escolares conseguem fazer um sistema de rodízio.

O trabalho na coordenação de educação especial teve início no ano de 2020 e ainda não teve tempo hábil para se organizar por causa da interrupção de atividades presenciais por causa da pandemia da Covid-19.

Os auxiliares de Paraty não eram efetivos, sendo contratados por dois anos, através de processo seletivo. O TEA, assim como em Angra dos Reis e Mangaratiba, é a deficiência mais recorrente entre os estudantes de Paraty, seguida por deficiência intelectual. Havia um projeto da secretaria de educação prevendo o cargo de agentes, mas ainda dependia de aprovação da Câmara. Também havia uma cobrança do Ministério Público, mas nada de concreto sobre concurso público para o suprimento das vagas de agentes que, segundo a coordenadora, seriam 30.

Nas considerações finais do 2º webinar constatou-se que a partir da experiência de Angra dos Reis com o concurso público de monitores exigindo apenas o ensino fundamental como escolaridade mínima, as coordenações dos municípios de Mangaratiba e Paraty ganharam possibilidades de argumentar e tentar interferir nos concursos, ainda não realizados, para que não tivessem os mesmos problemas já identificados e vivenciados por Angra dos Reis.

Citou-se ainda que em outros municípios se trabalha com a bidocência e o (profissional de apoio/ mediador/ agente/ monitor) e que consideram ser bom exemplo a ser seguido, embora reconheçam inviável nos municípios participantes por questões de folhas de pagamento. Falou-se ainda na legislação que não especifica quem é esse profissional deixando que cada município aja livremente na escolha e oferta do profissional.

Em Mangaratiba existe o CEMAP, que é um Centro de Atendimento Pedagógico, para onde encaminham os estudantes. Em sua maioria, depois de triados, ao invés deles serem encaminhados para a saúde, que geralmente apresenta uma dificuldade de vaga para atendimento, são encaminhados para o CEMAP com atendimento técnico: psicológico, fonoaudiológico, fisioterapêutico e psicopedagógico. Então, este Centro estava com dois polos. Um localizado na Praia do Saco e o outro em Itacuruçá, e conseguiam atender, segundo a diretora, da melhor maneira possível. Existia ainda uma fila de espera, porque eram muitos estudantes encaminhados. Atendendo somente aos estudantes da rede municipal de ensino e encaminhados pela equipe técnica da Secretaria. Houve muita reflexão sobre os diferentes “modelos” de trabalho que são realizados nos municípios.

Ante as reflexões realizadas pelos participantes sobre todos os aspectos debatidos no webinar e considerando a Teoria Crítica, elencamos os pensamentos de Adorno sobre:

A insuficiência do sujeito que pretende, em sua contingência e limitação, julgar a violência do existente – uma insuficiência tantas vezes denunciada por Hegel, com vistas a uma apologia do *status quo* – torna-se insuportável quando o próprio sujeito é mediado até a sua composição mais íntima pelo conceito ao qual se contrapõe como se fosse independente e soberano. (Adorno, 2002, p.81)

Conhecedores de tantas insuficiências que nos impedem de avançar como gostaríamos no trabalho com a educação especial nos municípios chegamos ao final do webinar lembrando que para o próximo o tema “Conhecendo as redes – Normativas municipais da Educação Especial”, seriam abordados os projetos políticos pedagógicos das escolas, e se contemplavam a inclusão do PAEE, os planos municipais de educação, se estavam alcançando as metas previstas para a Educação Especial e outras normativas municipais direcionadas à Educação Especial e se estavam em consonância com as políticas nacionais. Sendo pedida sugestão de uma data para um segundo encontro marcado para julho, mas que a coordenação de Mangaratiba pediu que fosse alterada, no intuito de serem mantidos os oito encontros, planejados inicialmente.

Na avaliação do encontro citou-se a diversidade no trabalho, apesar da proximidade dos municípios, e a semelhança dos desafios e que as trocas oportunizadas pelo Programa estavam auxiliando a enriquecer o trabalho, tornando as coordenações de educação especial mais próximas. As dificuldades com a educação por causa da pandemia também foram lembradas. A situação política do município de Itaguaí que causou o

impedimento da participação da coordenação de educação especial também foi fator de debate e incorporada pelas participantes como algo possível de acontecer com qualquer uma representante presente ali, encerrando assim o segundo webinar.

Antes da realização do 3º webinar e após inúmeras tentativas conseguimos incluir a nova coordenadora de educação especial do município de Itaguaí no grupo de WhatsApp, que demonstrou real interesse na participação do Programa, entrando em contato com a pesquisadora a fim de tomar ciência das ações desenvolvidas até então, faltando a essa altura a assinatura do Termo de Cooperação Técnica da atual Secretária de Educação.

3.3 - 3º Webinar – “Conhecendo as Redes – Normativas Municipais da Educação Especial”

O 3º webinar foi realizado em 17 de agosto de 2020 e contou com a presença do Professor Orientador dessa pesquisa Allan Damasceno, a pesquisadora e articuladora do Programa e as coordenações de Angra dos Reis e Paraty. A diretora de Mangaratiba justificou sua ausência por motivos de doença, enviou os dados necessários para apresentação que ficaram a cargo da pesquisadora e diretora de educação especial do município de Mangaratiba apresentar (ocupando então duplo lugar), e a coordenadora de Itaguaí não participou da reunião porque ainda não havia conseguido a autorização de sua secretaria de educação. Dessa forma, seguiu-se com o Programa sem que houvesse uma conquista definitiva na participação de alguém que representasse Itaguaí, deixando essa lacuna na pesquisa, e a reflexão sobre qual seria na verdade o impedimento. Para Adorno:

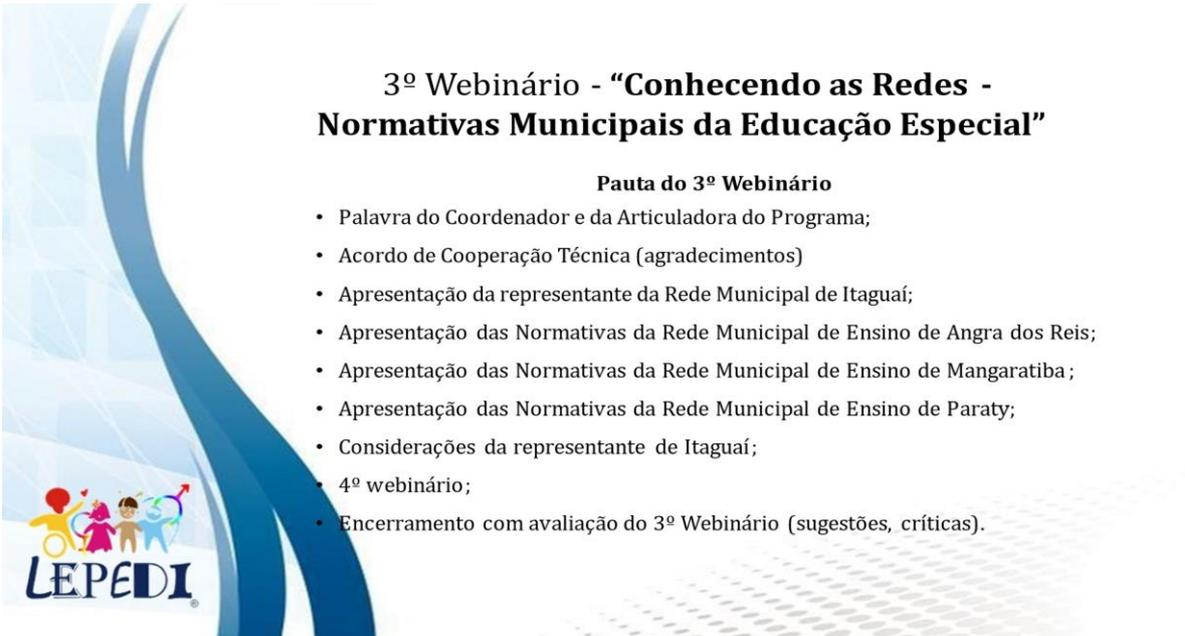
[...] a única concretização efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nessa direção orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contradição e para a resistência. (ADORNO, 1995, p. 182-183)

Como resistência às fragilidades dos sistemas de ensino e toda a burocracia atrelada à política realizamos o webinar que teve a acolhida inicial feita pelo professor orientador que fez também a solicitação do envio, via e-mail, de todas as normativas municipais destacando a importância desses materiais para o estudo em andamento.

O webinar teve como direcionamento três perguntas:

1. Os projetos políticos pedagógicos (PPP) das escolas contemplam a inclusão do público-alvo da Educação Especial?
2. Os planos municipais de educação (PME) estão alcançando as metas previstas para a Educação Especial?
3. As normativas direcionadas à Educação Especial atendem as especificidades da modalidade e estão em consonância com as políticas nacionais?

Figura 3- Pauta do 3º Webinário do Programa Inclusão em Redes



3º Webinário - “Conhecendo as Redes - Normativas Municipais da Educação Especial”

Pauta do 3º Webinário

- Palavra do Coordenador e da Articuladora do Programa;
- Acordo de Cooperação Técnica (agradecimentos)
- Apresentação da representante da Rede Municipal de Itaguaí;
- Apresentação das Normativas da Rede Municipal de Ensino de Angra dos Reis;
- Apresentação das Normativas da Rede Municipal de Ensino de Mangaratiba;
- Apresentação das Normativas da Rede Municipal de Ensino de Paraty;
- Considerações da representante de Itaguaí;
- 4º webinário;
- Encerramento com avaliação do 3º Webinário (sugestões, críticas).

FONTE: Slides do Programa Inclusão em Redes (2020)

Para responder à primeira pergunta “Os projetos políticos pedagógicos (PPP) das escolas contemplam a inclusão do PAEE?”, as coordenações/direção fizeram apresentações que nos levaram a dados importantes.

Em Angra dos Reis os Projetos Políticos pedagógicos foram elaborados aproximadamente em 2010, e não fizeram a revisão desses PPP em muitas escolas, como observamos no relato:

Falando em PPP das escolas, olha é bem difícil, tá?! Porque aqui em Angra a gente... A escola lá, sei lá em 2010, fizeram o PPP da escola e eles não fazem a revisão deste PPP em muitas escolas. A gente tem este entrave, né, e aí muitas vezes a sala de recursos não está nem colocada neste PPP, ainda, por que a sala de recursos é antiga, mas como o PPP também é antigo, né... Então, assim, eu

vejo que contempla mais ou menos, né?! Não é o ideal, mas, assim, poderia estar melhor. A gente tem que rever isso, ainda está complicado isso.

Reconhecendo que os PPP devem ser atualizados e revistos a cada início de ano letivo por toda a comunidade escolar porque “a educação, que é um processo, está em constante movimento e o professor é a gente na afirmação de uma educação crítica, criando condições para emancipação de cada estudante.” (Cabral *et al.*, 2020, p. 40)

O processo de elaboração dos PPP de Angra dos Reis aconteceu de maneira ordenada em algumas escolas, mas não em todas; a secretaria de educação enviou documento norteador para as unidades e que elas elaboraram seus PPP a partir desse documento, e durante suas trocas de escolas, pode perceber que havia discussão sobre uma releitura em uma ou outra e em muitas não havia essa discussão. Relatou:

Nós fomos na comunidade, fizemos todo levantamento e a comunidade participou, né, todo bairro ali da localidade da escola. Foi um trabalho bem legal. Mas, assim, nem todos procederam assim, né, a gente sabe. Mas foi um trabalho muito bacana, muito legal, né, com embasamento teórico e tal. Só que de lá para cá, olha, se não me engano, isso aconteceu em 2008 nesta escola que eu trabalhei. E aí, depois eu voltei para esta escola em 2015 e era o mesmo PPP. É, não se assuste. Então, estava tendo uma discussão nas coordenações para, né, retomar a questão do PPP, mas depois eu saí dessa escola e fui para outra, lá não tinha a discussão ainda, ainda ia começar, e aí em 2017 eu voltei para a Secretaria de Educação novamente. Então, assim, eu não sei muito bem que pé, né, ficou esta questão. Para vocês terem ideia, só para complementar também, nosso regimento interno, né, que rege todas as escolas, é de 2008. Pasmem, mas é verdade, de 2008.

Já em Mangaratiba os PPP podem ser acessados pelas técnicas da secretaria de educação através da Plataforma do Conviva²⁰, e é uma ferramenta que poderia ser utilizada em Angra dos Reis e Paraty. Mangaratiba apresentou recortes de alguns PPP que consideraram como positiva a referência à educação especial, e relataram que estes referenciam o Plano Municipal de Educação (PME) considerando que estão em consonância com a legislação, porém registraram que perceberam distanciamento entre aquilo que está registrado no PPP e a prática desenvolvida por algumas escolas. Conforme relato:

E aí, a gente fez um recorte daqueles que a gente considerou positivo, mas a gente... E eles fazem referência ao nosso plano municipal de educação, então a gente percebeu que está bem elaborado, que houve cuidado na elaboração em relação à Educação Especial, em relação à educação inclusiva, mas a gente

²⁰ Ambiente virtual gratuito idealizado para apoiar a gestão das secretarias municipais de educação de todo o país. A plataforma une ferramentas de gestão, formação e troca de experiências fundamentais para o êxito nas redes públicas de ensino. Por meio do Conviva Educação, os participantes podem promover debates e contar com um espaço para divulgação de práticas bem-sucedidas e compartilhamento de experiências.

percebeu também que há um distanciamento entre aquilo que está previsto no PPP e o que a gente conhece da prática.

Prosseguiu a diretora:

[...]tem escolas que não contemplaram da maneira que deveriam no PPP a Educação Especial, mas que a gente sabe que realizam um trabalho muito legal, e a gente também encontrou escola que considerou a Educação Especial no PPP, está muito bonito no papel, mas que também a gente conhece a prática e isso não acontece na realidade. Mas a gente considerou que aqui em Mangaratiba os PPP estão muito bem elaborados em sua grande maioria, contemplam a Educação Especial, estão atualizados e aí fica uma dica para vocês: aqui a gente tem uma coordenação de projeto político pedagógico. Então, ela acompanha a elaboração, ela direciona, ela corrige, ela devolve, ela faz apontamentos daquilo que está faltando, mas a gente fez a leitura de que há uma falha anterior e que a gente acabou assumindo, que a gente perpetuou porque ainda tem essa falha, a gente não orienta em relação ao PPP, a gente vai lá, a gente orienta sobre a sala de recursos, a gente faz formação, a gente faz visita técnica, mas a gente, enquanto Diretoria de Educação Especial, a gente não se envolve na elaboração do PPP. E aí, nesta pesquisa a gente descobriu onde a gente precisa melhorar.

Houve então uma reflexão do grupo da impossibilidade de a coordenação de educação especial, além de todas as suas demandas, abarcar também as orientações sobre o PPP das escolas, devendo haver mesmo uma coordenação específica para tal trabalho.

Figura 4- Apresentação da Diretora de Educação Especial de Mangaratiba

Os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas contemplam a inclusão do PAEE?

Em parte...

Escola de Educação Infantil

A Unidade Escolar vê inclusão como oportunidades iguais para todos e estratégias diferenciadas para cada um desenvolver suas potencialidades tanto individual como em grupo e buscando através dos professores atividades e mecanismos para que todos possam aprender e construir juntos como também permitir seu contato com os demais funcionários da unidade proporcionando interação e socialização entre todos.

Regime: Parcial.

Sala de Recursos: A sala de recurso é uma sala que foi criada para atender os alunos de inclusão em contra turno. E no espaço da sala de recurso temos uma mesa com duas cadeiras e com dois computadores, uma mesa com uma impressora, um armário onde estão guardados os jogos pedagógicos, um DVD, um ventilador e um notebook. A sala não é utilizada por estarmos aguardando profissional.

Como os Projetos estão voltados para leitura, um setor de extrema importância em nossa Unidade Escolar e a Sala de Leitura. Com objetivo de proporcionar uma prática de ensino que venha estimular o aluno na construção do seu conhecimento, despertando no mesmo o interesse pela leitura e escrita de forma espontânea e prazerosa.

FONTE: Slide apresentado pela Direção da DEED/ Mangaratiba (2020)

Na apresentação de Paraty a coordenadora relembrou os anos de 2008, 2009 e 2010 e relatou que:

[...] há alguns anos, tipo 2008, 2009, 2010, eu não me recordo a data, a gente fez uma proposta de estudo no projeto político pedagógico na rede. É, não houve; não tinha. Então, foi num momento em que a gente tinha uma equipe boa, como eu falei que muda, né, a cada gestão. Então, naquele período a gente pegou uma equipe muito boa. E aí pensou-se no projeto político pedagógico e começou um estudo. É, foi feito todo um trabalho, mas na época a gente não tinha muita liberdade de ter uma assessoria; a equipe não tinha muito isso. Aí foi falado, foi orientado, né, foi estudado; cada um na sua curiosidade aí a equipe foi estudando. Quando chegou em 2013, 2014, se não me engano, foi contratada uma assessoria para fazer o estudo do PPP por unidades escolares no município. É, foi feito, né, todo um estudo e cada unidade escolar fez o seu, zona rural, costeira e urbana, de acordo com sua realidade. Foi até bem pensado nestas questões. Óbvio que eu estava na rede, então entrou a proposta da educação inclusiva também, só que isso, assim, não foi concretizado dentro das unidades.

Continuou seu relato sobre o PPP das escolas:

[...] cada unidade escolar fez o seu; ela tem o seu, só que não executaram. Como a nossa colega de Angra falou, algumas escolas dela ainda fazem, as nossas ninguém... Nenhuma, sabe. Nenhuma contempla. Tem, está lá como eu falei, foi orientado, foi feito uma assessoria de construção do projeto político pedagógico, só que hoje não tem. Está arquivado. Não existe um documento, assim, de obrigatoriedade da unidade escolar executar o projeto político pedagógico na escola. Entendeu? Não existe.

Observou-se que não há consenso, em Paraty, sobre os PPP dentro da secretaria de educação e que estão lá em algum lugar das escolas, guardados, sem serem executados ou revistos.

Foi solicitado à coordenadora que enviasse, via e-mail, alguns desses PPP, caso fossem encontrados, porém não recebemos os documentos. A coordenadora reafirmou a fala de que as interrupções administrativas, com mudanças constantes nas equipes pedagógicas, atrapalham demasiadamente a continuidade do trabalho, das ações:

É, como eu falei para vocês, essas mudanças, né, elas se perdem, muitas coisas se perdem no caminho. Esse encaminhamento, por exemplo, do PPP, né, ele começou a ser feito, mas aí de repente muda a equipe que não atina para isso. Às vezes, até por falta de conhecimento mesmo, sabe, de saber que tem que ser trabalhado, né, eu diria até de cobrar a própria instituição, cada uma. Você tem o seu projeto político pedagógico, vocês têm que estudar. Na coordenação tem que ser feito um estudo, né, vocês têm que fazer pelo menos o mínimo do que está ali; serem direcionados através daquilo ali. Porque foi pensado, porque foi estudado por equipes, escolas e tal, mas infelizmente a gente não... não... O nosso formato de educação, né, a nível aqui de rede, ele não faz muito esse olhar assim direcionado especificamente. É, falou-se muito de projeto político pedagógico quando a gente fez o Plano Municipal de Educação em 2010, para vocês terem uma ideia. Então, a gente tem aí dez anos onde foi pensado e pouco executado. É isso!

Para responder à segunda pergunta: "Os planos municipais de educação (PME) estão alcançando as metas previstas para a Educação Especial?" As coordenações/direção fizeram apresentações.

Sobre o PME observou-se que as redes estavam em fase de alinhamento ao PNE para atender recomendação do Ministério Público. Em Angra dos Reis o documento estava em andamento desde 2015, e com a pandemia, deu uma parada. Porém o Fórum Municipal de Educação teve retomada e estava veemente em cima do PME.

Então, aqui em Angra a gente está com o PME em andamento desde 2015, né, e agora veio a pandemia, deu uma parada, e agora, semana passada, o fórum começou novamente e a gente está a todo vapor em cima do PME. É, ele teve que voltar, né, ele foi para a procuradoria, mas ele voltou por que tinha algumas inconsistências e aí tem que acionar o fórum, mudar uma coisa aqui e outra ali, mas, enfim, a Educação Especial que é a meta 4 lá no PME, e aqui em Angra ficou extenso. Acho que são 25 metas, se não me engano. Foi uma coisa assim... Não faz essa cara não, Allan... É assim, que tem o Plano Nacional de Educação, né, que tem umas diretrizes lá, e dali você vai fazendo o Plano Municipal de Educação. Quando eu cheguei, eu falei assim: "Ué, esse negócio aqui não está batendo, né?!" E assim teve que ficar, porque foi o grupo que decidiu assim... Assim, achei um pouco estranho, mas, enfim, vamos tocar o barco. E algumas coisas a gente tem.

A diretora e pesquisadora de Mangaratiba participou da comissão técnica da construção do Plano Municipal em 2015 e relatou que:

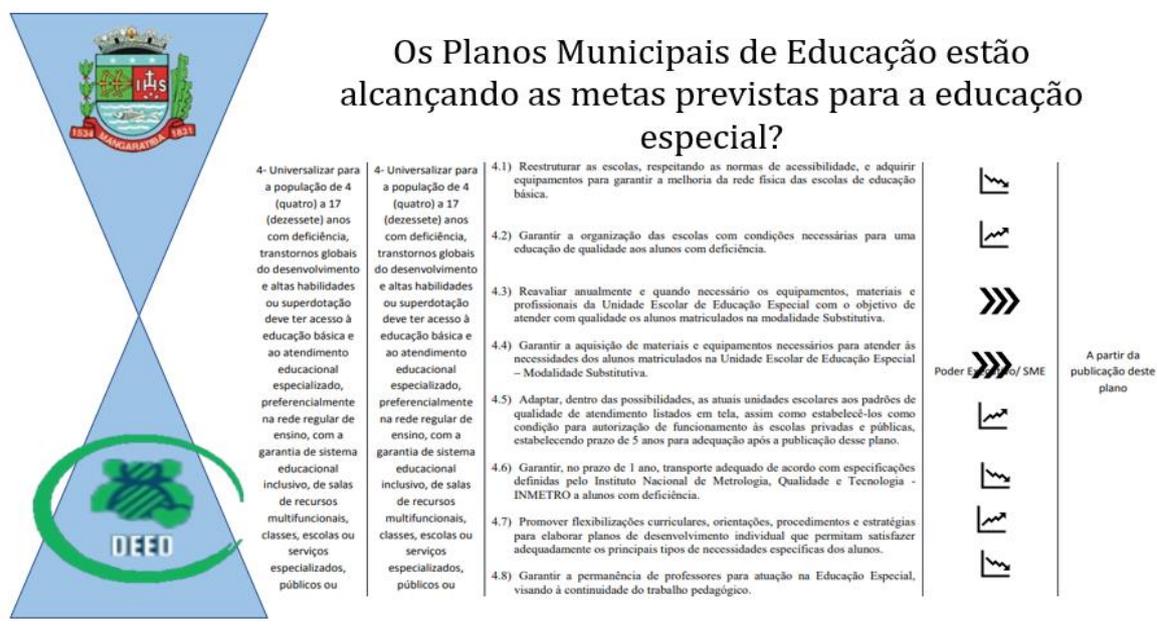
Então, eu vou falar de Mangaratiba, porque eu tive a felicidade de participar. Eu fui da comissão técnica da construção do Plano Municipal em 2015. E aí, nós debatemos muito com a Rita Melo que era a coordenadora e representante do MEC aqui no estado do Rio de Janeiro, e a gente fez o Plano Municipal de Mangaratiba, muito discutido, muito debatido mesmo com representantes da sociedade, com representantes das escolas, de outros setores, mas, para minha surpresa, nós concluímos o Plano Municipal de Educação, ele foi aprovado e eu pedi exoneração em 2015.

Relatou ainda que:

Em 2018, quando eu retorno à Secretaria de Educação e volto a fazer parte da comissão técnica, eu descubro que a gente precisava fazer um alinhamento, que foi o que a Vermelha falou, o Ministério Público apontou também inconsistências, e aí eu descobri que o que o Ministério Público queria e quer, é que a gente faça um copie e cole do Plano Nacional de Educação. Pelo menos são os apontamentos que chegam aqui para a gente. E aí, eu saí de novo desta comissão técnica, porque eu falei: Gente, se fosse para copiar e colocar, a gente teria tido muito menos trabalho e faria um 'copia e cola'. Só que aí, agora, com o Fórum Municipal de Educação que também foi uma exigência do MP, a gente voltou a discutir as estratégias, mas elas não foram aprovadas ainda.

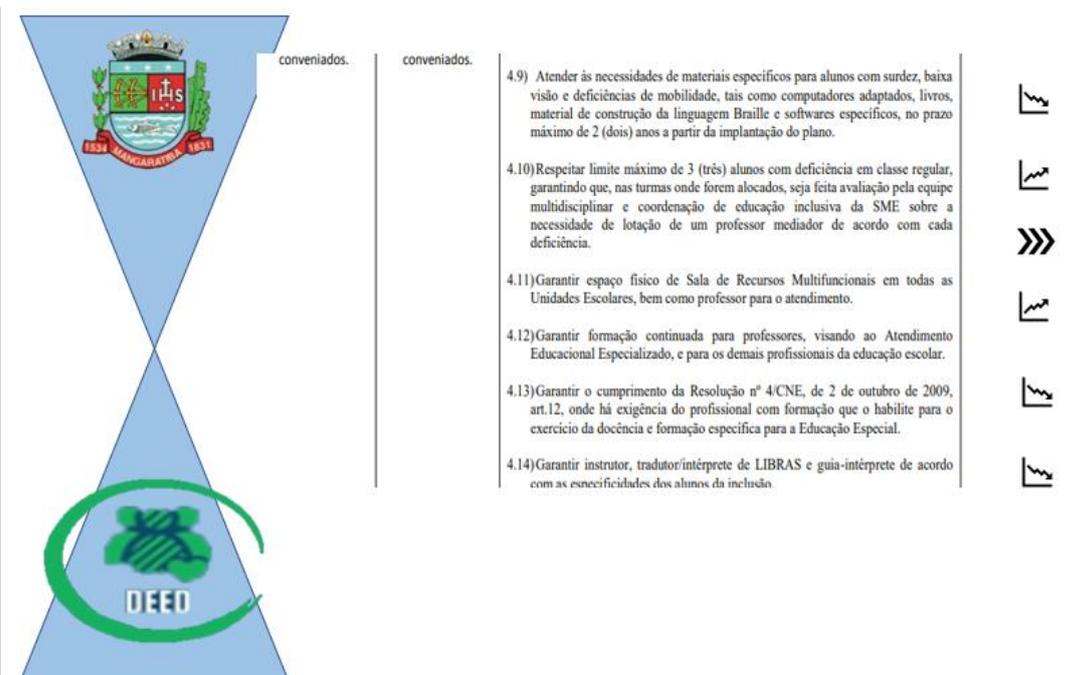
Apresentou slides com as estratégias para a educação especial e avaliou com setas o que considerava ter sido alcançado, onde houve estagnação e onde considerava que havia retrocesso.

Figura 5- Metas para a Educação Especial no PME Mangaratiba



Slide apresentado pela Direção da DEED/ Mangaratiba (2020)

Figura 6- Metas para a Educação Especial no PME Mangaratiba



Slide apresentado pela Direção da DEED/ Mangaratiba (2020)

Foram elencadas as dificuldades no financiamento, na execução e na mudança atitudinal para o alcance das estratégias elaboradas para a educação do município. Chegando à observação do grupo de participantes que as ações que dependem do fazer da equipe pedagógica, são as que avançam, mas aquelas que dependem de recursos financeiros, de investimento, são as que ficam estagnadas. Adorno, reafirma a necessidade de pensar a educação de forma crítica:

[...] a organização social em que vivemos continua sendo heterônoma, isto é, nenhuma pessoa pode existir na sociedade atual realmente conforme suas próprias determinações; enquanto isto ocorre, a sociedade forma as pessoas mediante inúmeros canais e instâncias mediadoras, de um modo tal que tudo absorvem e aceitam nos termos desta configuração heterônoma que se desviou de si mesma em sua consciência. É claro que isto chega até às instituições, até à discussão acerca da educação política e outras questões semelhantes. O problema propriamente dito da emancipação hoje é se, e como a gente — e quem é "a gente", eis uma grande questão a mais — pode enfrentá-lo. (1995, pp. 181-182)

O PME de Paraty foi pensado em 2010 e foi aprovado por volta de 2013 de acordo com o relato da coordenadora:

O nosso PME foi pensado em 2010 e foi aprovado por volta de 2013, se não me engano. Onde a gente, inclusive, através do nosso projeto de lei a gente, dentro da proposta do PME, adquiriu os agentes. Obrigatoriedade hoje no município para algumas crianças, como aquelas com dificuldades severas, enfim, para a gente ter o agente na sala de aula como profissional de apoio. O que aconteceu? Quando foi feita a solicitação do nosso projeto de lei, eu acho que até já comentei isso com vocês aqui, eles meio que amarraram. Mandaram para a Câmara para ser aprovado, solicitando 30 agentes e na época o nosso perfil dava uma média de 20, quando eu estava lá.

Refletiu-se que, assim como em Mangaratiba, houve avanços nas estratégias do PME no fazer pedagógico, mas que este tem que ser “cobrado” assim como no PPP. Todavia, em relação às SRM houve retrocesso, porque chegaram a dispor de 5 salas e em 2020, não contavam com nenhuma. De acordo com seu relato:

Então, como eu falei para vocês, a gente em outros momentos... a gente teve. Nós tínhamos 05 salas de recursos, foi logo lá no começo da briga, entendeu? Com o passar do tempo, financeiramente, politicamente, e tudo que é “mente” da vida, é... foram desfeitas. Nós perdemos 04 unidades.

Faz-se necessário registrar que em 2007, com o intuito de ampliar a oferta do AEE nas SRM, foi instituído o Programa de Implementação de Salas de Recursos Multifuncionais, Portaria Normativa do MEC nº 13, de 24 de abril de 2007, cujo objetivo era dar apoio aos sistemas públicos de ensino e organizar o AEE e houve espanto sobre não existirem SRM no município de Paraty.

Indagada se não respondiam ao Ministério Público (MP) por não ofertarem o AEE previsto na Legislação, a coordenadora respondeu:

Então, a gente responde sim, Alessandra. Inclusive, eu fiquei esses dois anos, era a tábua de salvação deles, né, por que como eu fiquei contemplando algumas crianças da rede, do 5º ao 9º ano, de zona rural, enfim, todos aqueles que conseguiam, era onde eles usavam para fazer a resposta ao MP, né?! E aí como eu voltei agora, nesse começo de ano, entrou a pandemia, a gente não teve uma solicitação do MP de novo, mas eu tenho certeza que ele sempre “brota”.

Na reflexão, o grupo participante avaliou que as recomendações e “cobranças” do MP acabam contribuindo para que o trabalho na educação especial avance.

Para responder à terceira pergunta “As normativas direcionadas à Educação Especial atendem às especificidades da modalidade e estão em consonância com as políticas nacionais?” A coordenadora de Angra dos Reis compilou em uma listagem todas as normativas municipais e nacionais que regem a educação especial do município. Seguem alguns recortes:

Figura 7- Normativas Municipais de Angra dos Reis

Educação Especial



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Educação
Superintendência de Educação

Normativas para Educação Especial em Angra dos Reis

- 1989- Início da Educação Especial no município de Angra dos Reis;
- 1990- Serviço de Educação Especial na Secretaria de Educação;
- 2001- Criação do Centro de Apoio Pedagógico para Deficientes Visuais-CAP Costa Verde;



FONTE: Slide apresentado pela Coordenadora da DEDIN/ Angra dos Reis (2020)

Sobre as legislações apresentadas relatou:

Então, em 89 a gente começa a Educação Especial em Angra e aí vai sendo implementada na Secretaria, e depois você pode jogar lá no grupo, se você quiser Alessandra, que aí... para a gente não ficar perdendo muito tempo. Então, de lá para cá, assim, a gente vem, como você tinha falado, com muito suor, como a Azul coloca, né, era uma coisa que era para ser mais suave, mas sempre acaba sendo mais sofrida. Então, assim, os pais sempre são muito participativos; sempre cobrando. Porque como começa a Educação Especial em Angra em 89, com um grupo de alunos surdos que os pais vão, né, até a Secretaria e começa, a gente quer, a gente quer uma educação para os nossos filhos e tal.

Figura 7 - Normativas Municipais de Angra dos Reis

Educação Especial



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Educação
Superintendência de Educação

Normativas para Educação Especial em Angra dos Reis

- 2015- Resolução SECT 02 de 15/01/2014 - Dispõe sobre as normas de institucionalização e funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado nas Salas de Recursos Multifuncionais;
- 2019-Realização do concurso público para Monitor de Educação Especial- Edital nº001/2019.



FONTE: Slide apresentado pela Coordenadora da DEDIN/ Angra dos Reis (2020)

Continuou dizendo que:

Quando a gente vai fazer uma resolução, você tem que pensar muito lá na frente. Não é no hoje, no aqui e no agora, né?! Então, essa resolução de 2015, ela delimita um número mínimo de alunos numa sala de recurso. Ela fala, ah tem que ter 10 alunos no turno da manhã e 10 no turno da tarde. E a gente sabe que quem trabalha com alunos com deficiência, a maioria deles precisa de um trabalho individualizado, né, mais aquele ‘tete a tete’ que a gente fala, né?! E aí, um monte ele já tem na sala regular, ele precisa do quê? De um atendimento individualizado. E aí a gente, às vezes, vamos supor, você consegue atender 04, no máximo 05 em cada turno.

Afirmou que tudo está em consonância com a legislação federal:

[...] tudo é de acordo com a legislação federal, com a Política da Educação Especial na Perspectiva da política de 2008 e todas as notas técnicas do MEC, né, a política da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, como eu já falei. Então, assim, é tudo pautado na legislação federal.

Angra dos Reis é o município que se destaca na regulamentação da educação especial em nível municipal porque demonstra ser mais autônomo na manutenção de seu sistema de ensino, olhando para sua realidade e buscando atender às suas especificidades. Segundo Adorno, “aquilo que é relativo à escola, que justamente agora merece de novo tanta atenção, se impõe no lugar da realidade, que é mantida meticulosamente a distância por intermédio de dispositivos organizatórios.” (ADORNO, 1995, p.108)

Na apresentação da diretora de Mangaratiba sua fala inicial foi de elogio ao município de Angra dos Reis por terem muitas normativas e conseguirem elaborar uma linha de evolução da educação especial, e relatou que:

[...] aqui a gente se assustou quando a gente pediu ao setor de legislação tudo que envolvesse a Educação Especial e aí a gente recebeu uma deliberação do Conselho Municipal de 25 de maio de 2016, que fez a Educação Especial em todas as etapas da modalidade básica, mas não contribui. Ela repete muitas das coisas federais. Tem um parecer que autoriza a Escola Municipal Paraíso Verde, que não é mais Paraíso Verde, que agora é Emanuela.

Em Mangaratiba também seguem a legislação federal, sem regulamentação a nível municipal para a educação especial, continuou seu relato dizendo que:

[...] a gente segue, ou tenta seguir, as normativas do Conselho Nacional de Educação, mas a gente enquanto sistema de ensino não se articulou; a gente não se mexeu, a verdade é essa. E aí, a gente ficou desesperado quando a gente foi buscar essas normativas e a gente descobriu que a gente não tem.

Avaliaram que o que foi recebido do setor de legislação foi muito pouco, mas foi destacado que o regimento municipal de 2015, fala da Educação Especial. A não repetição de Auschwitz, para Adorno, depende de um reconhecimento do que levou a sociedade àquela situação e que ainda estão vivas, o que pode nos levar ao estado de barbárie. Nesta conjuntura, elaborar o passado é o que permite identificar situações e não se conformar com um esquecimento passivo ou com uma culpa estéril.

A diretora refletiu com o grupo que nessa busca de normativas municipais, acendeu um alerta de “como funciona a Educação Especial no município?”, uma vez que não se tem regulamentação da Educação Especial a nível municipal. Então se segue ou se

tenta seguir as normativas do Conselho Nacional de Educação, porém enquanto sistema de ensino não está articulado para esse atendimento dentro das necessidades locais.

O grupo refletiu que apesar de existirem ações muito voltadas para a educação especial do município de Mangaratiba, não estão garantidas, ou seja, faltam políticas públicas municipais. E que de uma maneira muito concreta, o Programa Inclusão em Redes, proporciona esse olhar para dentro das redes permitindo apontar direções de trabalho e revisão de suas políticas, e a grande possibilidade de aprender com o outro. “Mas não se deve esquecer que a chave da transformação decisiva reside na sociedade e em sua relação com a escola.” (ADORNO, 1995, p. 115)

Já na apresentação de Paraty sobre as normativas municipais, a coordenadora de Paraty falou que:

Tem, tem. Justamente a do agente que a gente tem, projeto de lei, na própria proposta da Secretaria de Educação já existe, né, a pessoa voltada para isso que é o meu caso e da fono, a gente tem uma equipe multidisciplinar direcionada. Mas, assim, documentado, não precisamente. Eu vou dar uma olhada, porque foi feito o estudo do Plano Municipal de Educação e logo em seguida eu saí. Então... Inclusive, essa lei do agente de apoio, eu já estava fora do sistema. Eu não estava mais lá dentro. Eu fui convidada a ir lá para dar um suporte.

O professor orientador e coordenador do Programa solicitou que a coordenadora pudesse encontrar legislações municipais e enfatizou a importância delas para o presente estudo. A coordenadora afirmou não ter certeza do que tem, e disse que saiu da coordenação há um tempo e não sabe o que foi feito no período em que esteve afastada.

Nas considerações finais do webinar a coordenadora de Angra dos Reis diz que esqueceu de registrar, mas que no ano de 2019 fizeram uma resolução municipal para atendimento domiciliar. O que foi prontamente solicitado a ela, pois tal resolução era de interesse da pesquisa, mas também da diretora de Mangaratiba que disse realizar esse tipo de atendimento, porém sem regulamentação para tal, também reforçado pela coordenadora de Paraty. Para Adorno:

A escola possui uma tendência imanente a se estabelecer como esfera da própria vida e dotada de legislação própria. É difícil decidir até que ponto isto é necessário para que ela realize a sua tarefa; certamente não se trata só de ideologia. Uma escola aberta ao exterior sem qualquer restrição provavelmente também abriria mão dos aspectos de formação e de amparo. (ADORNO, 1995, p. 114-115)

O professor coordenador do Programa adiantou que para o próximo webinar contaríamos com a presença de uma pessoa com história na educação especial e muitos

livros sobre a temática e que seria um presente tê-la só para os participantes do Programa. A pesquisadora e articuladora do programa encerrou agradecendo e reforçando o pedido do envio dos documentos citados pelas coordenações.

3.4 – 4º Webinário - “Integração X Inclusão do Público-alvo da Educação Especial”

O 4º webinário foi realizado em 21 de setembro de 2020 e contou com a participação da Professora Doutora Mônica Pereira dos Santos. O objetivo desse webinário foi realizar uma autorreflexão crítica sobre como é o atendimento nas redes, a partir de palestra com a Professora convidada. O webinário tem como reflexão inicial a citação: “É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.” Freire (2003, p. 61).

Neste webinário, apesar das inúmeras tentativas de trazer a coordenação de educação especial do município de Itaguaí, houve consenso entre os participantes de que, a esta altura, não haveria mais possibilidades de participação, uma vez que chegavam a 50% dos webinários planejados. Recorrendo a Santos para explicitarmos a importância da participação ou recusa no Programa, citamos:

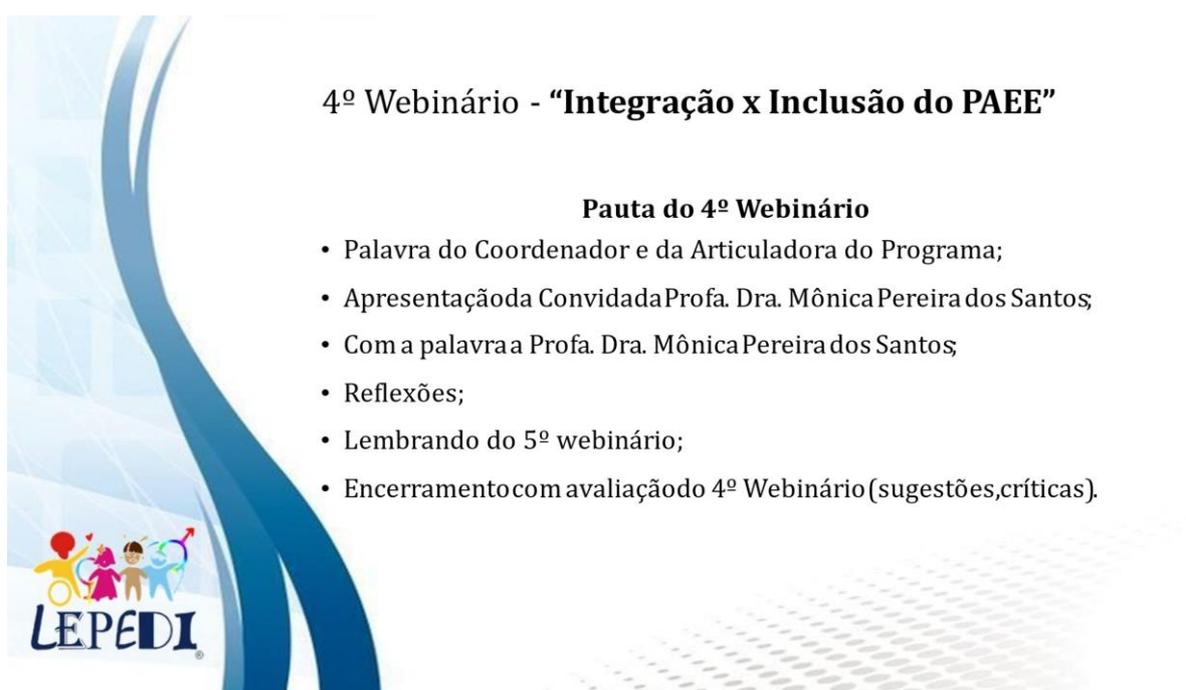
“Políticas” representam tanto o que o senso comum reconhece por políticas públicas (de ordem mais macro, por assim dizer) quanto por políticas institucionais; neste sentido, representam, também, os arranjos administrativos que a instituição precisa organizar para colocar suas (ou de outrem) intenções em ação. (SANTOS; NASCIMENTO, 2016, p.157)

O professor orientador desse estudo teve a fala inicial e discorreu sobre o estudo de mestrado iniciado em fevereiro pela pesquisadora, e considerou que chegamos em setembro com bastante dados coletados, sendo possível por conta da pandemia. Lembrou que tudo estava pensado para o presencial, precisando ser reorganizado rapidamente para o virtual, e com uma configuração bem diferente.

Foi citada a eleição para as prefeituras marcada para novembro e enfatizado que a coleta dos dados foi pensada para a equipe participante, porque estavam há um período trabalhando. Então, se conseguiria identificar um trabalho quadrienal. Podendo ficar mais difícil coletar dados após o período eleitoral, uma vez que não se sabia como ficaria a nova configuração de coordenação. Privilegiando assim, um trabalho com maior período de concretização.

Continuou sua fala sobre o LEPEDI na Rural ter se inspirado no laboratório que a Professora Doutora Mônica Pereira dos Santos fundou na UFRJ, o Laboratório de Pesquisas, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação (LAPEADE), que já tem uma trajetória consolidada. Enfatizou que a Professora Mônica é parte da história do LEPEDI desde a sua criação em 2011. Agradeceu a Professora Mônica dizendo que os participantes desse estudo ficariam muito felizes em poder ouvi-la, porque ela traria lucidez para pensarmos em possibilidades para o mundo e sobretudo para uma educação mais inclusiva.

Figura 8- Pauta do 4º Webinário do Programa Inclusão em Redes



FONTE: Slides do Programa Inclusão em Redes (2020)

A pesquisadora e articuladora do programa apresentou o currículo da Professora Doutora Mônica Pereira dos Santos e passou a palavra para a professora.

A professora Mônica Pereira dos Santos iniciou sua fala afirmando que:

[...]o que nos faz não é o título, eu acho que são, assim, as pessoas com quem a gente cruza na vida. E eu fui muito abençoada, de cruzar com pessoas que me inspiraram e me abriram portas.

E como consequência das mudanças trazidas pela pandemia, o webinário gravado através da Plataforma Skype, com duração de mais de 1 hora e 30 min, apresentou erro,

o arquivo foi corrompido, não sendo possível a sua transcrição. Fator que causou grande perda para este estudo, pois registramos que fora um momento rico em ampliação de conhecimento, troca e que proporcionou autorreflexão para os participantes que, de maneira muito simplificada foi registrado por algumas poucas anotações, visto ser impossível desviar os olhos da tela na condição de ouvintes da Profa. Dra. Mônica.

A Professora registrou importantes relatos desde o modelo clínico adotado para a educação especial após as guerras mundiais; o surgimento da ONU e os mais de 200 países signatários das suas diretrizes e de suas agências; o movimento de normalização para a integração; Declaração Mundial de Educação para Todos; Declaração de Salamanca; e tantos outros assuntos proporcionando ao grupo um enorme entendimento da importância de políticas públicas municipais para a garantia dos direitos de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes PAEE que favoreçam a educação para a inclusão de todos. Becker em diálogo com Adorno alerta-nos que “só podemos viver a democracia e só podemos viver na democracia quando nos damos conta igualmente de seus defeitos e de suas vantagens”. (*apud* Adorno, 1985, p. 143)

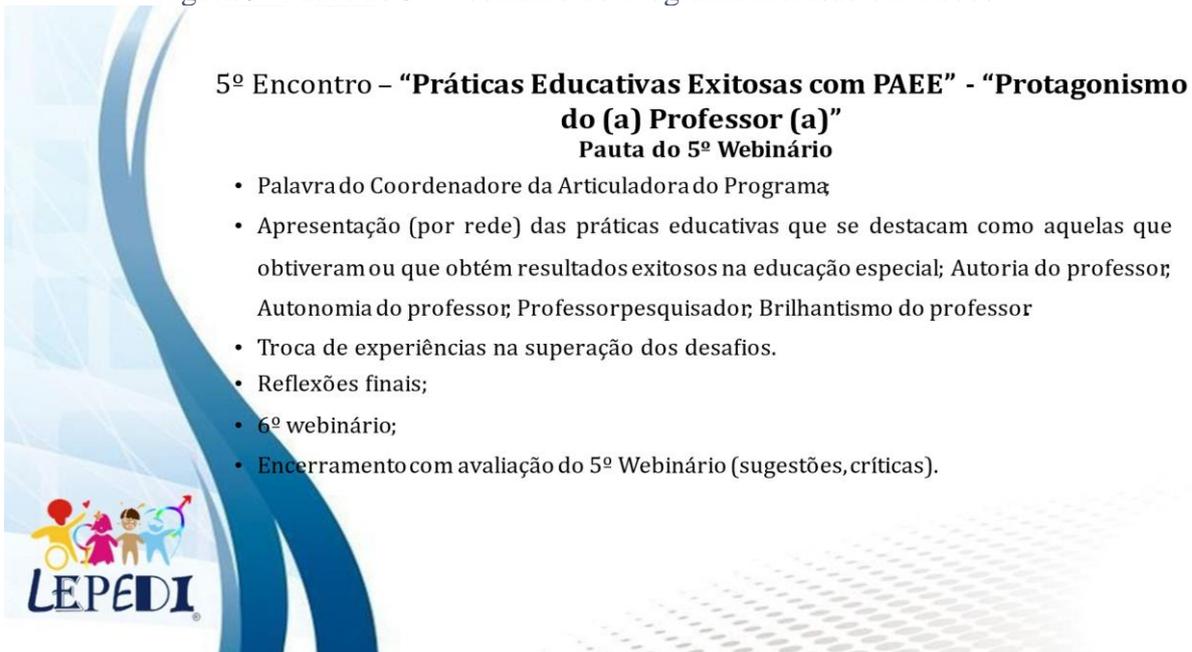
3.5 – 5º Webinário - “Práticas Educativas Exitosas com o Público-Alvo da Educação Especial”.

O 5º webinário aconteceu no dia 19 de outubro de 2020 com a apresentação, por parte das redes, das práticas educativas que se destacaram como aquelas que obtiveram resultados exitosos na educação especial. Presentes as coordenações participantes, a pesquisadora e articuladora do Programa e professora convidada do município de Angra dos Reis.

O webinário tratou da autoria do professor, da autonomia do professor, do professor pesquisador e do brilhantismo do professor. Houve trocas de experiências visando a superação dos desafios e reflexões sobre o trabalho realizado nas redes de ensino. Nas palavras de Cabral *et al.*:

Ressalta-se que devemos ter uma preocupação com o acolhimento dos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE) na escola, pois a inclusão deve considerar um “novo” olhar, (re)significando as relações entre “todos” os envolvidos, com protagonismo dos participantes da comunidade escolar, sejam eles professores, direção, equipe técnico-pedagógica e demais funcionários. (Cabral *et al.*, 2020, p. 40)

Figura 9- Pauta do 5º Webinário do Programa Inclusão em Redes



5º Encontro – “Práticas Educativas Exitosas com PAEE” - “Protagonismo do (a) Professor (a)”
Pauta do 5º Webinário

- Palavra do Coordenador da Articuladora do Programa;
- Apresentação (por rede) das práticas educativas que se destacam como aquelas que obtiveram ou que obtêm resultados exitosos na educação especial; Autoria do professor; Autonomia do professor; Professor-pesquisador; Brilhantismo do professor
- Troca de experiências na superação dos desafios.
- Reflexões finais;
- 6º webinar;
- Encerramento com avaliação do 5º Webinário (sugestões, críticas).

LEPEDI

FONTE: Slides do Programa Inclusão em Redes (2020)

A professora convidada do município de Angra dos Reis levou material em slides para ser compartilhado e ilustrar sua fala. Relatou sobre a parceria entre a sala de recursos, a sala de aula regular. Ela tendo um aluno com autismo, apresentando comprometimentos motores e buscando estratégias conseguiu organizar atividades para que ele pudesse, com autonomia, realizar. Relatou que:

Então, nós começamos a trabalhar atividades com ele neste objetivo, que ele mesmo pudesse receber a atividade e respondê-la porque ele já estava alfabetizado. Eu estava trabalhando com a turma, a linguagem verbal e não verbal, e a linguagem mista.

Na reflexão que faz durante sua apresentação, nos revelou que:

Na verdade, nós estamos fazendo o nosso trabalho. Faz parte das atribuições do AEE o ensino colaborativo e é um trabalho riquíssimo, né, quando o professor regular se dispõe a participar e, assim, mostrar sempre que é uma parceria. Não é porque eu estou no AEE ou porque eu tenho uma formação acadêmica, né, que eu vou saber dizer o que você vai fazer para o seu aluno. Se eu não conheço o aluno, eu posso sugerir, eu posso trazer ideais, mas juntos nós vamos construir algo muito melhor e com mais chances de sucesso, porque quando a gente pensa em adaptação curricular, quando a gente pensa em ensino colaborativo, é promover ações que visem de imediato promover o sucesso, né, para que o aluno goste, para ele participe, para que ele interaja e que ele possa ser sempre o centro, o foco do nosso trabalho.

Exemplificando assim, de maneira simples e prática, como pode ser o ensino colaborativo entre o professor de AEE e o professor do ensino regular.

A professora citou um momento em que buscou para melhor atender seu aluno:

Porque eu sempre pensei o seguinte: “Se eu não sei algo, eu tenho que buscar porque meu trabalho é para o meu aluno. O sucesso do meu aluno é o meu sucesso!”

Ilustrou como o ensino colaborativo pode acontecer:

Então, assim, no ensino fundamental 01 a gente trocava muito, porque eu participava sempre de todas as coordenações, eu estava sempre ali ajudando, às vezes eu ia, na questão do ensino colaborativo, eu ia para dentro da sala de aula de alguma colega.

Concluiu-se que os professores de Angra dos Reis ainda têm a parceria, mesmo pela internet, onde os professores entram em contato com as escolas, dialogam e auxiliam, sempre procurando saber qual é a demanda.

Outro exemplo de prática educativa de sucesso explicitado pela professora sobre a importância dos professores se apoiarem. Disse que:

Quando eu saí da escola especial e fui para a escola regular, eu tive o apoio de uma grande amiga, X²¹, que, assim, ela adaptava tudo porque o foco dela era o aluno, sabe. Adaptava tudo assim, para todo aluno especial tinha um olhar diferente e ela fazia para a turma toda e eu achava isso incrível. E aí, eu comecei a buscar estas práticas para minha vida e a gente foi trocando.

Sua fala prosseguiu no sentido de perseverar apesar das dificuldades e enfatizou que:

É como fazer um trilho e depois você vai ajustando se for preciso, né, e a gente vai participando disso aí. A gente recebe alguns não, né, mas o não todo mundo já tem, então, a gente vai em busca dos sim e vai aproveitar aqueles que aceitam o convite, os desafios e algumas vezes, quando muito necessário, a gente se coloca como um profissional da área, né, para que a gente seja ouvido também.

Nesse momento o grupo refletiu sobre a fala que a professora trouxe com tantos relatos importantes sobre o trabalho colaborativo, afirmando que é nessa direção que o Programa vem se constituindo. O de fazer um trabalho colaborativo entre três redes de ensino. E que a fala da sala de aula regular junto a SRM é importante ainda que pareça simples, mas é um simples que tem muitos ganhos a longo prazo para docentes e discentes.

²¹ Optamos por preservar a identidade da professora citada e alteramos o nome pela letra X.

A professora contou sua trajetória profissional para os participantes, dizendo seu nome, que é concursada da rede municipal de Angra dos Reis, que trabalhava há pouco mais de 15 anos na rede, quando ingressou na rede pela escola de surdos, e que sempre teve seu trabalho migrando da sala regular para a sala de recursos mesmo dentro da escola de surdos. Quando começou, recebeu uma turma na escola de surdos. Era apaixonada, fez letras porque queria ser professora de Língua Portuguesa para surdos, depois que ganhou uma turma da sala de recursos optou por ficar com a turma regular. Após 07 anos na escola de surdos, foi para a rede regular, novamente foi para a sala de recursos. Tem duas matrículas no município e sempre fica com sala de recursos e turma regular. Relatou que se você ficar por um ano na sala de recursos, quando você retorna para a sala regular, a turma com aluno de inclusão é sua. O que levou o grupo à reflexão de como a educação especial se torna um “rótulo” tanto para aluno quanto para o professor.

Deu exemplos claros daquilo que chamou de resistência de alguns professores do ensino regular em relação ao trabalho com o estudante PAEE:

Eu já ouvi de um professor falar assim: Eu não tive formação para isso. Aí eu respondi assim: Eu também não, por isso eu fiz pós. Aí de outra vez, assim, a maior resistência que eu tive o professor falou assim: Eu tenho mestrado, não tenho que ficar me sujeitando a isso! E aí, eu educadamente falei para ele: Sim, que bom que você tem mestrado. Só que o seu aluno tem direito a educação. Não é só matrícula, é acesso e permanência, né?

Nesse ponto recorremos a Adorno (1995, p.64) “A negligência costuma se dar muito bem com o pedantismo professoral.” Não é raro presenciarmos atitudes de professores que negligenciam estudantes com deficiência justificando o não fazer a partir de sua própria incompletude do saber.

Em sua apresentação deixou claro as dificuldades encontradas:

Às vezes bate uma tristeza do tipo, poxa estou sendo punida por buscar fazer o melhor, enquanto tem gente que não faz justamente para não receber. Mas eu me lembro que eu me formei professora de português por causa de uma professora de português, que eu queria ser como ela. E eu tive uma vida muito difícil, socialmente, economicamente, né, e eu fui buscar e ela falou para mim: Você é capaz!

Destacou que é importante buscar ocupar espaço e lembra que quando foi para a Secretaria de Educação de Angra dos Reis, no ano de 2019, já tinha uma boa relação com as professoras do segundo segmento e que havia uma resistência um pouco menor, mas ainda existe essa resistência de fazer adaptação. Reafirma o quanto é apaixonada pelo trabalho que realiza, apesar das dificuldades. Diante dessa resistência citada pela

professora Adorno (2012, p. 69) reitera que “A autorreflexão e o esforço crítico são dotados por isso de uma possibilidade real, a qual seria precisamente o contrário daquela dedicação férrea pela qual a maioria se decidiu”. Esse pensamento nos leva à reflexão de que atitudes assim demonstram que alguns professores não têm aprofundamento teórico e legal no que se refere às políticas públicas para a educação especial, talvez até pela “semiformação” que segundo Adorno (1995) obscurece, mas ao mesmo tempo convence e nos leva ao conformismo.

Continuou seu relato discorrendo por inúmeras falas excludentes, resistências de muitos colegas professores em se especializarem, em buscarem meios para atender aos estudantes com deficiência. E finalizou sua participação reconhecendo que falou muito, mas que não consegue se calar quando a assunto é inclusão.

A coordenadora de Angra dos Reis ratificou a fala da professora, dizendo que é exatamente assim que o trabalho acontece. Que a educação especial é para além da educação, uma causa.

Os participantes parabenizaram a professora e agradeceram sua participação dividindo suas experiências e contribuindo sobremaneira para a troca do grupo. Relataram que se reconheceram na fala da professora. Nesse sentido Damasceno (2015, p.138) acrescenta que “é possível, pela educação, se assumir uma postura libertadora das amarras ideológicas de um sistema que nos impele continuamente para o estado de auto inculpável menoridade”.

Passando a apresentação para a diretora de Mangaratiba. A diretora disse que trouxe relato de uma professora por meio de vídeo que retrata um pouquinho do caminhar dela na Educação Especial. Lembrou que o trabalho da diretoria é recente, que o início mesmo foi em 2020 e que ainda estava conhecendo os profissionais. Que conhecia alguns pela carreira, pelos encontros em rede, mas agora estava tendo um contato muito maior, conhecendo de perto o trabalho e muito desse trabalho no período de pandemia.

Afirmou que a professora do vídeo estava há um tempo na Educação Especial e que ela tinha prática como profissional, mas também como mãe de pessoa com deficiência. Disse que:

Ela vai falar no vídeo o tempo que ela está na Educação Especial e ela tem uma prática como profissional e como mãe, por que ela tem uma filha que tem PC. Então, ela buscou muito para poder ajudar a filha e aí ela também começou a atuar profissionalmente. Então, ela foi buscar com pós, com qualificações, estudando sempre para aprimorar este trabalho na sala de recursos e no

atendimento à filha em casa. Dando continuidade ao que a filha tem na escola, ela também atua em casa.

No vídeo apresentado pela direção de Mangaratiba, a professora inicia dizendo:

Olá, eu sou a Y. Sou professora há 23 anos no município, 11 anos em sala de recursos. A minha decisão em estar na sala de recursos se deu... é... eu estava no 5º período de pedagogia, né, na minha graduação. E aí, fui convidada, aceitei o desafio, mas quando eu comecei, a muito tempo atrás, há 11 anos atrás, o nosso público era amplo, né?! Nós atendíamos TDAH, dislexia, então, hoje, nós não atendemos mais, mas naquela época sim. E a sala de recursos, ela não tinha muito material para desenvolver um trabalho adequado com todos esses alunos, com o público que existia naquela época. Nossa sala de recursos, ela foi cadastrada como deficiência visual. Então, todo material que nós recebíamos e ainda recebemos, eles vêm em Braille, né, a maioria. Então, mas esses materiais não atendiam a demanda da escola, né, a clientela, os alunos, a especificidade daqueles alunos. Então, eu comecei a perceber que precisava mudar, que precisava fazer alguma coisa. Alguns jogos eu conseguia adaptar ali, aqueles jogos prontos. Usava muito jogo no tablet, internet, computador, mas eu fui percebendo que eu não estava conseguindo alcançar o objetivo dos alunos especificamente. É lógico, trabalhando as habilidades e competência desses alunos, né, para que eles pudessem desenvolver na sala de aula o trabalho que a professora da turma fosse realizar com eles. Em tudo, vida diária, em tudo. Então, eu comecei a perceber que não estava atendendo as necessidades deles e aí eu comecei, não tenho habilidades manuais para fazer, mas eu comecei a tentar.

Na fala da professora foi possível perceber que apesar de ser uma SRM e atender a diferentes deficiências, por ser “cadastrada” para atender a deficiência visual recebia a maioria de seus materiais em braile, o que nos aponta para mais uma fragilidade do sistema. A professora seguiu discorrendo sobre como estava contribuindo com jogos para complementar os kits construídos coletivamente para os estudantes PAEE no período pandêmico.

A diretora, após o vídeo, disse que é fundamental destacar, que a professora não se limitou aos materiais enviados pelo MEC, que a professora buscou mais e que ela pode estar sempre aprimorando dentro da sala dela e que, no contexto de home office, a professora acrescentava às apostilas elaboradas para os estudantes, jogos, como adaptação a mais dos conteúdos, pensando no aluno dela, pensando no contexto em que ele está inserido em casa, facilitando a vida do familiar; do responsável. Então, por isso, analisou que é uma profissional que merecia esse destaque pelo trabalho que ela realizou ao longo dos anos.

O grupo refletiu ainda sobre a apresentação da professora de Mangaratiba, na fala da pesquisadora e diretora de educação especial que sublinha que a professora olha para o aluno individualmente na sua particularidade, na sua singularidade e trabalha, e que

acredita numa educação feita assim: para o coletivo, mas respeitando as especificidades, as singularidades. Lembrou que a fala da professora sobre adaptação do material é com foco na potencialidade, que a professora é bem realista, que traz para o grupo a reflexão de planejar para aquilo que o aluno consegue fazer e não aquilo que alguém diz que ele precisa fazer. Ainda em relação à adaptação, Becker em diálogo com Adorno nos alerta que:

A adaptação não deve conduzir à perda da individualidade em um conformismo uniformizador. Essa tarefa é tão complicada porque precisamos nos libertar de um sistema educacional referido apenas ao indivíduo. Mas por outro lado, não devemos permitir uma educação sustentada na crença de poder eliminar o indivíduo. (*apud* Adorno, 1995, p.144)

Refletimos que tanto a professora de Mangaratiba quanto a de Angra dos Reis evidenciaram a criatividade do professor, a autonomia, a autoria e o quanto de responsabilidade tem o profissional que trabalha com a Educação Especial. Que não fogem a essa realidade e fazem isso de maneira muito brilhante. Trazem também a disponibilidade para troca, disponíveis para dividir. Lembraram que o lugar de fala da professora de Mangaratiba é o mesmo da coordenadora de Paraty, que além de profissionais, são mães de pessoas com deficiência. Presença marcada fortemente pelas duas que fazem desta sobreposição ações que obtêm resultados positivos. Se por um lado as políticas públicas apresentam um caráter generalista e homogeneizante, por outro, é fundamental que levem em conta a diferença como elemento constituinte da sociedade. (CARDOSO *et al*, 2021, p. 1599)

Outro destaque que foi apresentado, por meio de vídeo, de Mangaratiba é sobre a equipe pedagógica do Colégio Hermínia de Oliveira Mattos. A equipe e não somente um profissional, porque são coordenadores, gestores e professor de AEE e os professores regentes, mobilizados para o trabalho de inclusão. E na pandemia, principalmente, o que se viu foi o trabalho acontecer.

A diretora de Mangaratiba disse que:

Nós destacamos essa equipe e não somente um profissional, porque nós temos coordenadores, gestores e professor de AEE regente, muito unificado neste trabalho de inclusão. E na pandemia, principalmente, a gente está vendo um trabalho acontecer. Eles têm um trabalho através da apostila adaptada. Eles têm um trabalho semanal com os familiares, com os responsáveis, onde eles têm este retorno dos alunos; onde eles recebem vídeos e fotos deste material que está sendo enviado. E aí, tem essas trocas dos profissionais da escola. Se está atendendo, se não está atendendo, para fazer a adaptação adequada. E ali, a gente tem uma equipe toda voltada para a inclusão, muito participativa e ativa neste processo. Então, neste caso, a gente destacou a equipe e aí a gente vai

fazer a apresentação de um vídeo que a gente até tem na nossa página, que a gente fez questão de destacar esse trabalho que foi o retorno do responsável, né, do que a gente está desenvolvendo, quanto educação, e o resultado que está vindo e o resultado que está vindo, que a gente realmente está conseguindo atingir o nosso objetivo.

A pesquisadora reforça que:

Acrescentando, que quando a Rosa fala, né, e aparece no vídeo as apostilas que são disponibilizadas pela Secretaria de Educação, em meio digital e impresso, é muito importante a gente registrar que não é um trabalho da Secretaria de Educação. É um trabalho que a gente tem feito neste período de pandemia a muitas mãos. São os professores de AEE junto com os professores do ensino regular e as coordenações da Secretaria de Educação, elaborando atividades para a gente disponibilizar. Então, o todo já é um trabalho em equipe, né?

Essa narrativa é reforçada por Ferreira e Nogueira (2016, p. 110) que nos atentam para o fato de que:

A participação de todos redonda do modelo democrático assumido pelo País e previsto constitucionalmente. Mas, esta participação tem outro efeito, o princípio do pertencimento da coisa pública, ou seja, “as pessoas tendem a se comprometer com o que lhes pertence, o que lhes diz respeito”.

Figura 10- Apresentação da Diretora de Educação Especial de Mangaratiba



Equipe Pedagógica

- A equipe Pedagógica do Colégio Hermínia de Oliveira Mattos ganhou destaque nesse período de pandemia, onde Coordenadores, Gestores, Professora de AEE e Professor Regente vem desenvolvendo em parceria com a família um trabalho de excelência aos alunos incluso matriculados na Unidade.
- Tendo um olhar específico para cada aluno e feedback semanal com os responsáveis.



FONTE: Slide apresentado pela Direção da DEED/Mangaratiba (2020)

Passando à apresentação da coordenadora de Paraty, ela iniciou sua fala se desculpando pela demora e disse que não preparou nada, mas que poderia falar o que tem vivenciado ao longo dos anos:

É... Eu nem preparei nada, né, acabei não preparando mesmo por causa de habilidades, talvez, mas, a gente tem... posso falar que nós vivemos ao longo destes anos muita coisa boa., sabe, com muito êxito. Apesar de muitas dificuldades, né, que a gente vem tendo, a gente tem alunos com paralisia cerebral que foram alfabetizados, que hoje estão no 7º, 8º ano, com bastante limitação, mas com cuidados da escola. Então, como a gente ouviu a colega falando ali, né, o diferencial é a escola, a equipe pedagógica, é aquela que abraça. A gente tem aquelas que abraçam de fato e tem aquelas que camuflam, né, que às vezes é “Ah, eu to fazendo, to fazendo...”, mas não faz do jeito que é para se fazer. Então, assim, Paraty eu posso destacar alguns êxitos, a começar pelo meu próprio filho. Além de profissional, eu também sou mãe. Meu filho ficou até o 7º na escola e eu costumo dizer que de todos que passaram pela rede o meu caso foi muito grave, né, porque ele foi um bastante grave dentro da rede e do desconhecido.

Prosseguiu contando a trajetória escolar de seu filho, as dificuldades, os avanços e a importância de a família estar em parceria com a escola, citou outros exemplos de progresso e adaptação de estudantes na rede municipal de Paraty e que por isso finalizou sua fala assim:

Então, eu acredito muito no processo de inclusão. Acredito mesmo. Eu não consigo enxergar outro formato de educação, que não a educação com respeito à inclusão; não consigo ver. Enquanto educadora, eu não consigo. Eu devo estar me aposentando, mas eu acho que tem que ficar, tem que permanecer e a gente só vai ter conquistas com as nossas crianças se a gente tiver um processo de inclusão bem-feito e de qualidade. Acho que é isso!

Fez, em sua apresentação, um panorama da educação especial de Paraty dizendo os números dos agentes escolares que fazem o acompanhamento dos alunos, falando sobre o início das atividades remotas, e da proposta para os agentes entrarem em parceria com as suas respectivas unidades e confeccionarem jogos pedagógicos, onde cada agente confeccionaria um jogo, específico para o aluno que acompanha. Todos os jogos seriam direcionados especificamente para cada aluno.

Lembrou o porquê criou uma ONG dizendo que:

[...] nós ‘triávamos’ e agora, para onde vamos mandar essa criança? A rede não tem, o município não contemplava. A nossa APAE estava falida literalmente porque foi fraudada. Então, sem condições de contratar ninguém, até hoje está, aí o que eu fiz? Eu criei uma ONG porque eu vi que o problema estava ali. A gente tinha escola que estava atendendo a criança, mas o professor não tinha uma formação suficiente e não tinha orientação. Então a gente precisava, além da escola, a gente precisava da família e de um terceiro amparo, que seria uma equipe para poder fazer a orientação. Então, a gente fundou na época, até o meu marido. Hoje eu atendo grande parte da educação, ela está nesta ONG que eu trabalho. É um trabalho voluntário. Então, a gente tem um trabalho que é a terapia e uma equipe multidisciplinar com fono e psicóloga fazendo atendimento e orientando a escola. Então, eu faço esse leque, né, a gente faz esse vínculo com a escola. E lá, neste espaço terapêutico, a gente oferece apoio familiar. Então, como eu sou responsável pela ONG, eu faço esse leque. Eu levo a família até a ONG e trago para a escola. Então, isso é uma coisa que tem

dado muito certo, assim, principalmente nesses casos graves que eu falei para vocês, que eu citei. Entendeu?

Ao cotejarmos algumas falas percebemos que o processo de inclusão escolar provoca uma crise de identidade institucional que, por vezes, abala a estruturas e modelos considerados anteriormente como ideais, ou seja, o processo de inclusão desconstrói os sistemas de ensino e nos faz refletir sobre uma estrutura de ensino baseada no enfrentamento de circunstâncias e adversidades com muitos desafios a serem superados, ainda que seja buscar apoio em outras instituições fora do sistema educacional ou público.

O grupo passou para o que seria necessário para o 6º encontro, que aconteceria em outubro, e que visou as potencialidades com foco no processo de aprendizagem do PAEE. Partindo do trabalho do professor em busca de alcançar avanços na aprendizagem dos estudantes; práxis e teoria; a importância do trabalho coletivo, mas com foco nas coordenações de Secretaria de Educação. Como é que funcionam essas coordenações? Quais são as estruturas que a gente pode contar dentro das Secretarias? Qual é a função de cada um? Qual é o papel de cada um voltado para a questão do ensino-aprendizagem?

Nas palavras de Palazón:

A práxis é, pois, subjetiva e coletiva; revela conhecimentos teóricos e práticos (supera unilateralidades). Além do mais, e isto é básico, o trabalho de cada ser humano entra nas relações de produção relativas a um âmbito sócio-histórico. (Palazón, 2006, p. 332)

Então, refletiram que partiram do professor e agora seguem para as coordenações, buscando compreender como é que esses municípios estão trabalhando dentro da Educação Especial.

A professora convidada de Angra dos Reis avaliou sua participação no encontro dizendo que:

“Eu gostei muito da proposta, né, achei, assim, muito interessante, principalmente essa parte desta troca, né, quando que eu vou estar aprendendo com as professoras que foram falando, né, com as mães e, assim, seria muito legal se algum dia nós pudéssemos fazer uma troca entre as professoras de AEE de Angra, por exemplo, ou alguns, e os professores de AEE de outro município, né, que a gente fizesse uma troca... que fosse, assim, por representação, não sei, mas uma troca deste trabalho, para a gente ter outros multiplicadores. Para que a gente pudesse ver outros trabalhos que estão dando certo, né, porque ninguém trabalha igual a ninguém e a gente tem muito o que aprender com o outro, né, com a prática do outro. E parabéns pelo trabalho, né, achei super enriquecedor, gostei muito de participar, né, e Educação Especial é isso, é tapa, mordidas, né Azul? Azul estava falando e eu lembrei de uma aluna que eu recebi que o diagnóstico dela era uma lista extensa, inclusive comia lixo no pátio e quando chegou, “Olha, toma que é sua.” Mas é assim,

alguém que vai cuidar desse estudante e vai fazer a diferença na vida dele. Muito obrigada pela oportunidade de participar com vocês.”

O grupo refletiu sobre a luta histórica por uma educação para a inclusão e destacaram sobre a importância dessa pesquisa-intervenção para as coordenações dos municípios e o quanto puderam se apoiar nesse trabalho, falaram da política que se desenha para a educação especial com o governo atual e que se fortalecem e se alimentam para poder resistir e fazerem a diferença em seus locais de atuação por um mundo melhor e inclusivo. O quanto é prazeroso ouvir outras realidades, no intuito de aprimorar o trabalho, sendo essa troca muito válida, principalmente na educação especial porque enfrentam lutas diárias. Então, perceber que em Angra tem desafios, que Angra tem conquistas, que Paraty tem desafios, e tem conquistas, assim como em Mangaratiba, e que isso fortifica as coordenações. Ficando a sugestão que o trabalho colaborativo não acabe.

Finalizando com reflexão sobre uma citação de Theodor Adorno sintetizam que no Programa não competem, mas convergem para um mesmo objetivo, para uma mesma direção. Refletindo sobre as eleições que se aproximam e que a única certeza é a dos encontros até dezembro daquele ano. Que poderiam ou não estar reunidas no próximo ano, mas desejando que não se perdesse a abertura criada pelo Programa para dialogar com colegas dos municípios ao lado, de trocar, de buscar um pouco mais de conhecimento para fazer a coisa certa, para fazer melhor.

3.6 - 6º Webinário – “Potencialidades com foco no processo de ensino-aprendizagem do público-alvo da educação especial”

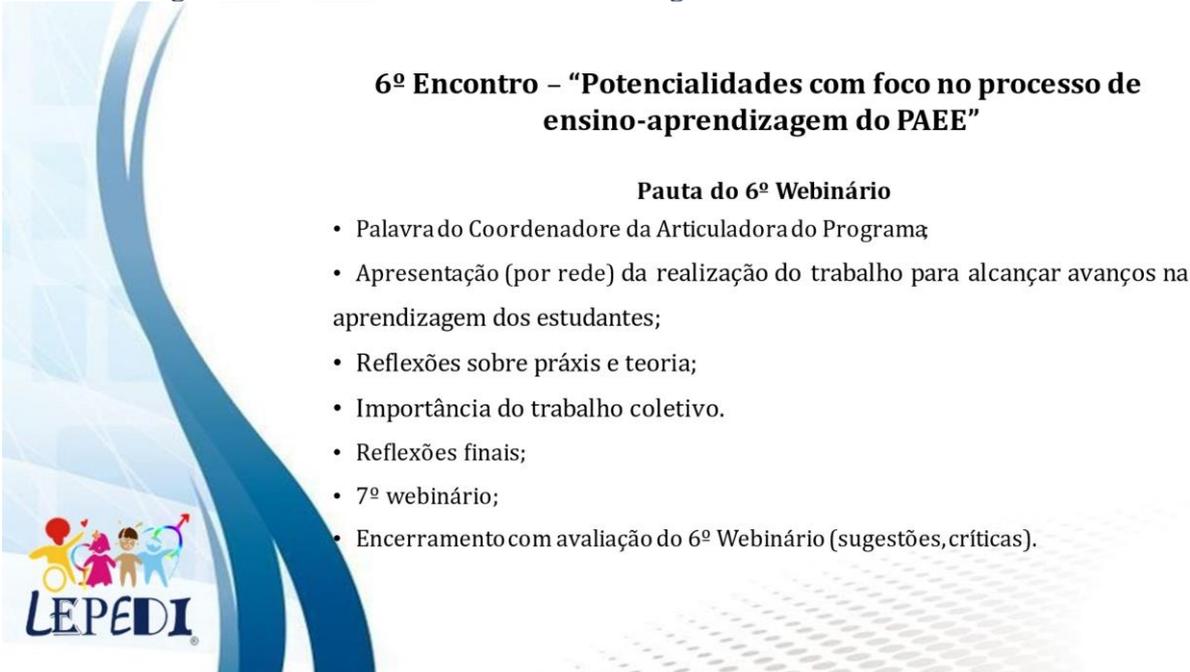
Realizado em 18 de novembro de 2020, pela Plataforma Skype, o webinário com o tema Potencialidades com foco no processo ensino-aprendizagem do PAEE e início às 14 horas, contou com a presença da coordenadora de educação especial de Angra dos Reis, com a diretora de educação especial e diversidade de Mangaratiba, com a coordenadora de educação especial de Paraty e a pesquisadora e articuladora do Programa Inclusão em Redes.

Agradecendo a presença e o compromisso das participantes com o Programa, a articuladora fez a leitura da apresentação dos slides com pauta, objetivos e lembrou que o foco do 6º webinário era sobre o trabalho desenvolvido nas redes para alcançar avanços na aprendizagem dos estudantes da educação especial; reflexões sobre práxis e teoria; a

importância do trabalho coletivo; encerrando com considerações finais, apresentou uma foto de Angra dos Reis e passou a palavra para a coordenadora de Angra. Corroborando com o tema do 6º webinar trazemos Damasceno (2006, p. 45):

O que nos é trazido à reflexão por Adorno é que a democracia constitui-se no desejo de libertar a consciência dos domínios ideológicos sociais, ou seja, significa reconhecer que só através da reflexão e autorreflexão crítica, da luta pela libertação do pensar é que nos tornaremos “iluministas” de nossa própria consciência. E, posso acrescentar que aquele que consegue vencer as suas próprias amarras do pensamento, é capaz de se tornar um libertador de outras consciências, sobretudo na relação entre professores e estudantes.

Figura 11- Pauta do 6º Webinar do Programa Inclusão em Redes



6º Encontro – “Potencialidades com foco no processo de ensino-aprendizagem do PAEE”

Pauta do 6º Webinar

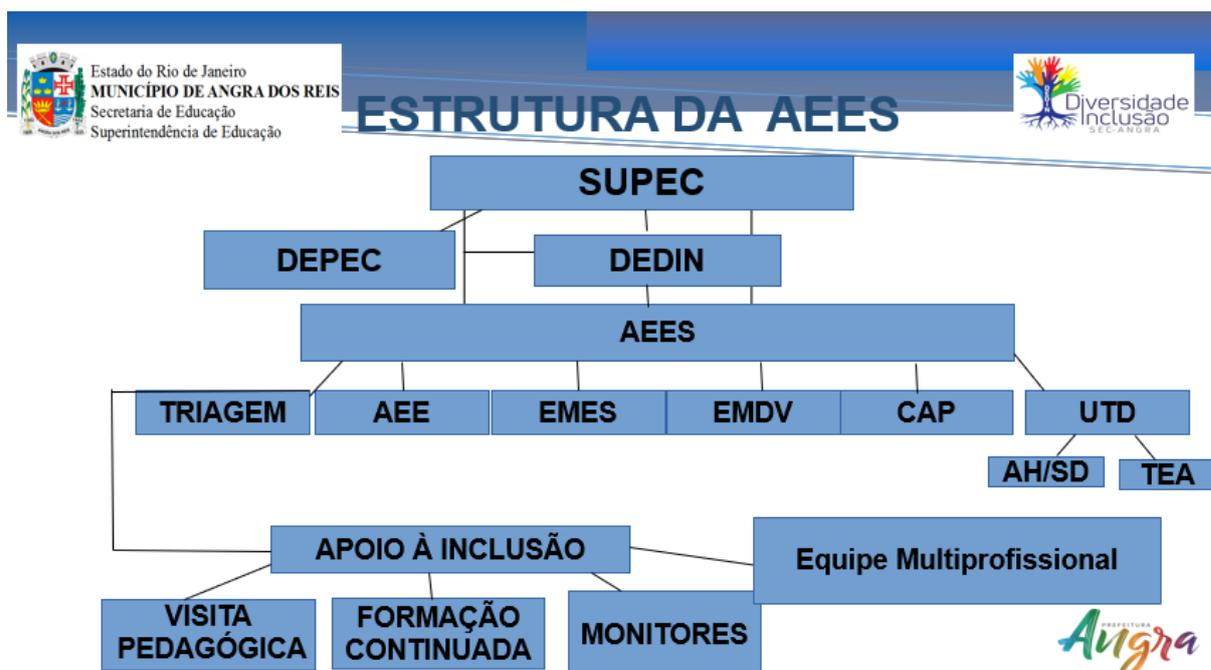
- Palavra do Coordenador da Articuladora do Programa
- Apresentação (por rede) da realização do trabalho para alcançar avanços na aprendizagem dos estudantes;
- Reflexões sobre práxis e teoria;
- Importância do trabalho coletivo.
- Reflexões finais;
- 7º webinar;
- Encerramento com avaliação do 6º Webinar (sugestões, críticas).

LEPEDI

FONTE: Slides do Programa Inclusão em Redes (2020)

Passados os problemas tecnológicos, a coordenadora iniciou sua apresentação explicando a estrutura, como funcionava a Educação Especial na Secretaria de Educação e começou a explicar as siglas utilizadas. SUPEC é a Superintendência de Educação. Dentro da Superintendência de Educação, existem dois departamentos, o DEPEC - Departamento de Ensino e o DEDIN, do qual faz parte, que é o Departamento de Diversidade e Inclusão. Dentro deste DEPEC fica o ensino básico, a supervisão, orientação, os coordenadores de ciências, de matemática. No DEDIN ficam cinco assistências. Com uma diretora e um coordenador geral. Assistência de Saúde do Escolar, Assistência de Diversidade (ASDIV), Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Assistência de Educação Especial (AEES).

Figura 12- Estrutura da Assistência de Educação Especial de Angra dos Reis



FONTE: Slide apresentado pela Coordenação do DEDIN/ Angra dos Reis (2020)

Dentro desta Assistência de Educação Especial existe uma equipe de triagem que atende aos encaminhamentos feitos pelos professores da rede ao perceberem algum impedimento no desenvolvimento escolar do estudante. Essa equipe de triagem conta com fonoaudióloga, pedagoga e psicóloga. No dia da triagem, o estudante vai acompanhado do responsável, passa pela anamnese e são realizadas atividades pedagógicas. Havendo suspeita de deficiência, é feito encaminhamento para a SRM ou para a rede de saúde.

Sobre o Atendimento Educacional Especializado relatou que:

Depois da triagem, a gente tem o atendimento educacional especializado, né, que é composto pelas 19 salas de recursos e mais os atendimentos aos surdos, tá, é outra sala de recursos separada para os surdos e os deficientes visuais. Tá? Depois nós temos a EMES, que é Escola Municipal de Educação de Surdos.

E aí a gente tem o AEE dentro desta escola que é dos surdos. Nós temos a EMDV, que é a Escola Municipal para Deficientes Visuais. A EMDV já é diferenciada porque o aluno, ele entra, passa pelo processo de alfabetização, tá, ele continua fazendo o AEE lá dentro da EMDV, mas ele é incluído na rede regular. Ele já é incluído, tá.

De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (2008, p.01) reforçou que o AEE:

Tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Sobre o Centro de Apoio Pedagógico a coordenadora relatou que:

Nós temos o CAP, que é o Centro de Apoio Pedagógico. O CAP, ele tem as oficinas que atende a população de um modo geral, de reabilitação, mobilidade, várias coisas. Faz todo o processo para transcrição em braile de toda a Costa Verde. Acho que é Mangaratiba, Paraty, Rio Claro e Angra, que atende. E nós temos a UTD, que é a Unidade de Trabalho Diferenciado.

Interrogada sobre a dimensão territorial de Angra dos Reis e a viabilidade da concentração dos surdos e deficientes visuais em escolas especializadas, pois contam com escolas de ilha e serra, como se consegue atender todo o público-alvo com deficiência visual e surdez em uma única escola, a coordenadora afirmou que:

Sim, porque no continente a gente tem transporte próprio. Então, o transporte vai até a casa desses alunos ou das pessoas que necessitam deste serviço, leva até o CAP e traz novamente para casa. Tá? Agora, na Ilha Grande já fica um pouco mais difícil, porque aí eles têm que vir com barco próprio, aí fica mais complicado.

Sobre as Unidades de Trabalho Diferenciado (UTD) a coordenadora esclareceu que:

[...] Unidade de Trabalho Diferenciado. Porque, na época, não sabia onde colocaria esses... Conforme ia surgindo a necessidade, então, criou-se a UTD. Mas na verdade, ela tem um caráter de centro; centro de atendimento, podemos dizer assim.

[...] Aí nós temos lá dois trabalhos de ponta, que é um de altas habilidades e superdotação. Elas não funcionam juntas, funcionam separadas. A de altas habilidades e superdotação funciona numa casa, e a UTD do Transtorno do Espectro Autista funciona em outra casa. Tá?

Em Angra utilizam recursos como a visita pedagógica, a formação continuada, o monitor para alunos com múltiplas deficiências, autistas e graves comprometimentos mentais. Dentro da Secretaria de Educação contam com uma equipe multiprofissional que articula todo o apoio à inclusão, contando também com assistente social.

A equipe multiprofissional trabalha com ensino colaborativo, faz visita pedagógica nas escolas, realiza formação continuada, articula com palestrantes convidados. Existe bimestralmente formação para monitores. Desde 2017, é utilizado um formato de formação na rede com uma semana em fevereiro e uma semana em agosto,

onde são concentradas todas as formações da rede. Logo, a Educação Especial tem a formação garantida, a Educação Infantil, a EJA.

As formações são feitas em dois blocos grandes durante o ano, nesse período não tem aula e às vezes são trabalhados alguns sábados para poder compensar os dias em que os alunos ficaram sem aula. A coordenadora ressaltou que os professores não ficam muito satisfeitos, mas que se tem ganhos em levar profissionais de excelência para ministrar essas formações. Quanto a formação dos professores, Ainscow (2007, p. 221), enfatizou que: “[...] aprendizagem através da experiência, reflexão crítica e a colaboração pode ajudar os professores na sua tentativa de tornar as suas práticas de sala de aula mais inclusivas.

A coordenadora disse que os resultados são bons e poderiam ser melhores, concluindo que:

Melhora sim, tá. Poderia melhorar mais, porque aqui a gente tem uma resistência muito grande, infelizmente. Mas, assim, a gente tem tido um retorno bom, né, os profissionais têm nos procurado durante... porque tem um momento da avaliação, né. É toda online essa avaliação e eles têm que colocar a importância deste momento de formação, da estrutura eles têm gostado bastante, dos conteúdos que estão sendo abordados... Então, eles estão conseguindo atrelar essa parte teórica que a gente traz com a parte prática de sala de aula.

Avaliou que a parceria entre as redes municipais e as universidades é o ideal de formação sendo feita nos anos de 2017, 2018, 2019 não conseguindo fazer em 2020 por conta da pandemia, mas já estava prevista no calendário de 2021. Sobre a coordenação da DEDIN que é uma equipe composta por 9 pessoas para acompanhar o desenvolvimento de 635 alunos incluídos, mais 40 da EMDV e 40 da EMES.

Como a coordenadora de Angra já trabalhou em Mangaratiba fez uma comparação de que em Mangaratiba existe o coordenador pedagógico dentro da escola e em Angra não. Os coordenadores pedagógicos em Angra dos Reis ficam lotados na Secretaria de Educação e dão suporte às escolas. Nas escolas contam com a direção, auxiliar de direção e os pedagogos, que fazem o papel de supervisão e orientação. Os coordenadores que são lotados na Secretaria de Educação recebem um número “x” de escolas para coordenar, sendo a ponte entre a escola e a Secretaria de Educação. Lembrou que a rede tinha em torno de 22 mil alunos. Sendo complicado não ter esse coordenador pedagógico na escola.

Para as adaptações curriculares são realizadas formações, existe um sistema da Secretaria de Educação onde os professores inserem as adaptações que realizam. Quando

existe dúvida a escola aciona a coordenação da Secretaria de Educação, que faz formação para este grupo fechado da escola solicitante. Atendendo assim a cada necessidade que a escola apresenta, cuidando dos problemas específicos da inclusão. Sobre o ensino colaborativo falou que:

Então, esse ensino colaborativo, essa equipe multiprofissional é recente. A gente conseguiu formar ela no final do ano passado, tá. E aí, esse ensino colaborativo ele se dá como: Elas vão até a escola, conversam com o professor, conversam com o monitor, conversam com o pedagogo da escola, faz toda uma orientação, né. E aí, a escola liga e pede um agendamento com esta equipe. Então, assim, essa questão do ensino colaborativo é mais na questão da orientação à escola e à família também. Porque muitas vezes a família, né... a gente vai conversar com a escola, vai observar o aluno em sala de aula, vai conversar com a família e dar a devolutiva depois. Então, é tudo registrado e é bem trabalhoso.

Pois, segundo Adorno (1995, p.189):

Somente a tomada de consciência do social proporciona ao conhecimento a objetividade que ele perde por descuido enquanto obedece às forças sociais que o governam, sem refletir sobre elas. Crítica da sociedade é crítica do conhecimento, e vice-versa.

Cotejando as palavras de Adorno com as narrativas da coordenadora observamos que o trabalho colaborativo entre profissionais da educação, entre as redes de ensino e as universidades podem caminhar no sentido da tomada de consciência do social, da indissociabilidade da prática e do conhecimento, reconhecendo que não pode haver predomínio de um sobre o outro, mesmo assumindo que, às vezes, a prática nos impõe uma conformidade que nos distancia da busca de novos conhecimentos.

Passando a palavra para a diretora de Mangaratiba ela apresentou slides para explicar a DEED, que é uma diretoria criada recentemente em agosto de 2019. A partir do momento que foi analisada a demanda existente no município. Anteriormente o que se tinha em Mangaratiba era uma Coordenação de Educação Especial que estava dentro da Diretoria de Ensino, contava com apenas três profissionais. A diretora acredita que eram pedagogas e psicopedagogas, mas atuando como pedagogas. E de acordo com a demanda crescente do município, a Superintendência de Ensino em entendimento com a gestão analisou esse crescimento no município e pensou-se em uma diretoria, tendo em vista a importância do trabalho realizado no município.

Na construção da DEED, a equipe que começou a constituir a Diretoria de Educação Especial foi uma junção de equipes que atuavam na coordenação e em outra

diretoria. Porém, como teve seu início no meio do ano de 2019, o trabalho, na verdade, foi apenas a continuidade daquilo que já existia.

Considerou que a diretoria com as suas atribuições começou mesmo em janeiro de 2020 quando com a equipe formada e então construíram um PPP da diretoria, com as atribuições de cada integrante, quais seriam as funções e como seria desenvolvido o trabalho, com planejamento anual. Explicou que dentro da Superintendência de Ensino estão a DEED, a Diretoria de Ensino dos Anos Iniciais e a Diretoria de Ensino dos Anos Finais e EJA. A DEED é constituída por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar formada por psicopedagogos, fonoaudiólogos, pedagogos, psicólogos e assessores de Educação Especial. Ficando dividida assim:

- Duas diretoras que serão responsáveis por obterem conhecimentos sobre a legislação, acerca dos direitos e deveres atribuídos a diretoria, os projetos que devem ser implantados nas escolas, as portarias publicadas e outras questões legais essenciais ao bom funcionamento da diretoria. Irão mediar conversas visando à melhor solução na resolução de conflitos. Esclarece que na verdade tem uma demanda muito maior, mas que destacou apenas algumas.
- Duas fonoaudiólogas cuja função deve ser atuar em pesquisas, prevenções, avaliações e orientações relacionadas à fonoaudiologia, a comunicação oral e escrita, a voz, a audição e a motricidade orofacial.
- Duas psicólogas cuja função é planejar e desenvolver ações que promovam o bem-estar biopsicossocial dos estudantes público-alvo da DEED.
- Duas psicopedagogas.
- E Assessoras de Educação Especial, iniciaram 2020 com três profissionais que eram pedagogas e psicopedagogas e que faziam o trabalho mais direcionado a sala de recursos com as orientações do AEE, porém no meio do ano ficaram sem essas profissionais por conta de algumas intervenções, de algumas situações acabaram ficando sem essas profissionais.

Sobre o desenvolvimento do trabalho da DEED, esclareceu que:

Nós temos também o psicopedagogo, que também são duas. Pode passar. E o assessor de Educação Especial, este ano nós começamos com três profissionais, né, que eram pedagogas e psicopedagogas. Elas que fazem o trabalho mais direcionado a sala de recursos, né, as orientações do AEE. No meio do ano a gente ficou sem estes profissionais, né, de acordo com algumas intervenções, de algumas situações, nós ficamos sem este profissional. E aí as diretoras da equipe, juntamente com as outras profissionais tomaram para si essa demanda que é do assessor de Educação Especial. Mas é um profissional que a gente já está revendo, né, porque é de extrema importância. A gente não tem como estar sem este profissional. Como este ano foi um ano atípico, a gente conseguiu, como não tinha as visitas, né, toda aquela rotina que a gente tem presencial, a gente conseguiu dar conta desta demanda sendo de maneira virtual, mas a gente já está vendo para o próximo ano. É, um dos objetivos da Diretoria de Educação Especial, é “proporcionar aos sujeitos atendidos pela DEED, o desenvolvimento de suas potencialidades, a garantia de seus direitos garantidos na legislação vigente e acompanhamento escolar por meio das práticas pedagógicas que valorizem as diferenças dos sujeitos e do trabalho colaborativo no grupo na qual estão inseridos.” Pode passar. Como missão nós temos: “acolher e servir a todos para promover o acesso e a permanência dos estudantes na rede municipal de ensino, proporcionando bem-estar, inclusão, respeito à diversidade e o desenvolvimento das potencialidades.

A DEED tem como um dos objetivos proporcionar aos sujeitos atendidos pela DEED, o desenvolvimento de suas potencialidades, a garantia de seus direitos garantidos na legislação vigente e acompanhamento escolar por meio das práticas pedagógicas que valorizem as diferenças dos sujeitos e do trabalho colaborativo no grupo na qual estão inseridos. Como missão: “acolher e servir a todos para promover o acesso e a permanência dos estudantes na rede municipal de ensino, proporcionando bem-estar, inclusão, respeito à diversidade e o desenvolvimento das potencialidades.”

Sobre o planejamento de trabalho da equipe a diretora destacou que:

Nós tivemos um planejamento bem legal de trabalho. Como é uma diretoria nova, apesar da coordenação já existir ao longo do tempo, a gente viu a necessidade de reformular este trabalho, né, até porque nós tínhamos uma educação, é, uma Coordenação de Educação Especial, e hoje a gente tem uma Diretoria de Educação Especial e Diversidade, né, então, é um público amplo e a gente precisou sentar, redirecionar este trabalho, para que a gente conseguisse atender toda a rede dentro deste público-alvo. A nossa diretoria atende hoje as 40 unidades escolares do município. E aí, a equipe multiprofissional, ela faz as triagens também, né, que vão avaliar de acordo com a solicitação... a gente tem uma ficha, né, para cada área; para psicologia nós temos uma ficha, para a fonoaudiologia nós temos uma ficha, para a psicopedagogia nós temos outra.

A partir do momento que é feita a avaliação o estudante será encaminhado para a SRM ou será encaminhado ao CEMAP, o Centro para onde se realizam atendimentos, fonoaudiológicos, psicológicos ou psicopedagógicos. A equipe multiprofissional também

realiza visitas juntamente com os assessores, para verificar a necessidade da escola no desenvolvimento do trabalho, para oferecer orientações. É feito um planejamento para que todas as escolas tenham essa visita. As escolas de porte maior têm um número de visita igualmente maior porque tem mais alunos. E mesmo quando a escola não está na agenda de visita, mas faz a solicitação, é atendida.

É feito atendimento aos professores de sala de recursos pela equipe de assessores em 2020 a equipe multidisciplinar está participando desse atendimento, com o objetivo de evitar uma equipe subdividida, apesar de respeitadas as áreas, o que se busca é uma equipe integrada. Avaliou que:

[...] Isso! Bem integrada em todas as áreas. A gente já teve essa experiência dessa subdivisão e a gente viu que não dá muito certo. É importante que todos que fazem parte da equipe tenham conhecimento do trabalho que está sendo desenvolvido pela diretoria e não por cada área. Então, todas elas estão integradas para realizar este trabalho, mas uma é mais direcionada para uma área do que a outra, apesar desta pontuação. Nós também oferecemos formação continuada. A Vermelha colocou uma pontuação importante, né, que é esse encontro no início do ano. A gente vê isso com muito bons olhos, porque a gente realmente conseguiria atender o público em sua totalidade na formação, mas aqui no nosso município ela ocorre durante o ano, né, e a gente conseguiu, mesmo neste ano de pandemia, nem a gente conseguiu manter algumas formações, né, com o nosso público-alvo.

Sobre o período pandêmico enfrentado durante esse estudo e que vez ou outra aparece nas narrativas das participantes cabe registrar que de acordo com Cardoso *et al*:

Diante dessa complexidade, um novo desafio se apresentou ao campo das políticas públicas e do currículo no ano de 2020, a pandemia do coronavírus (causador da Covid-19), ampliando, de modo severo, as desigualdades sociais e a vulnerabilidade social dos sujeitos. (CARDOSO *et al*, 2021, p. 1584)

A diretora continuou sua narrativa afirmando que são oferecidas formação em serviço, conseguindo-se manter, mesmo que virtual, o planejamento e os vínculos facilitando o trabalho com os profissionais da rede. Essas formações são pensadas, ao final do ano, na elaboração do planejamento para o ano seguinte.

Considerando que para o ano de 2021 seria preciso tirar cada vez menos o professor do ambiente escolar para as formações. Disse que:

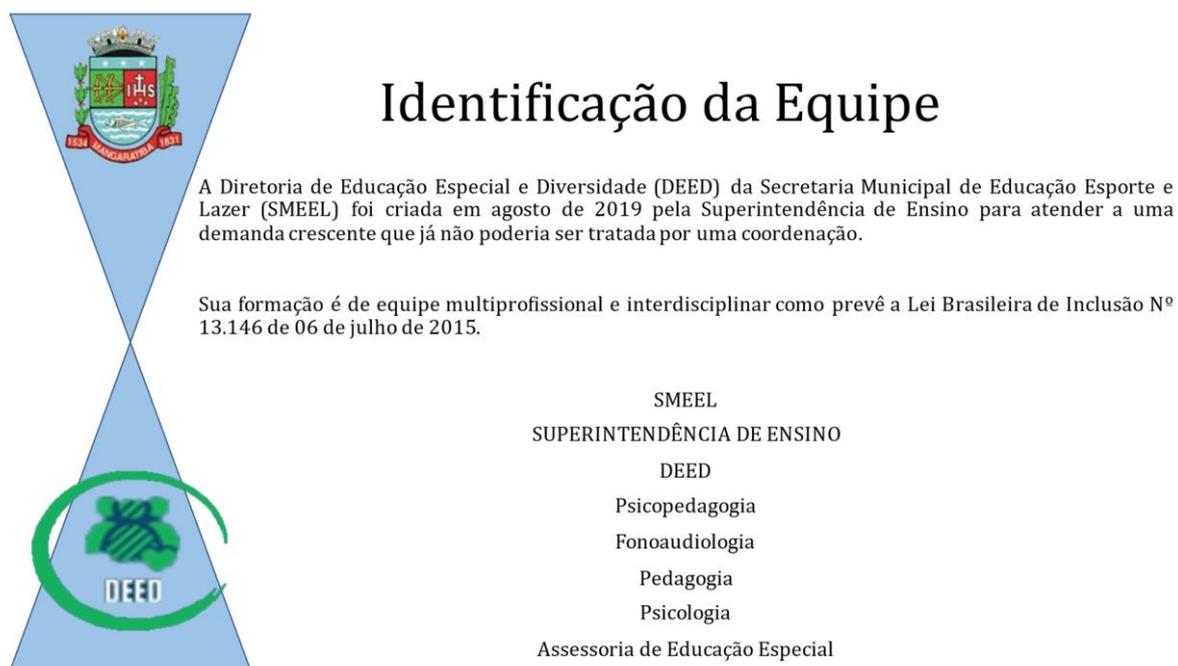
“E no ano que vem a gente tem que pensar também que tirar cada vez menos este professor, né, de maneiras de trabalhar sem estar tirando muito este professor, então, a gente vem organizando desta forma. A gente também, buscando muitas parcerias, né, que isso é importante. A gente tem que aproveitar as universidades, a gente tem que aproveitar os conhecimentos que a gente tem ao redor, e a gente está buscando isso para estar trazendo esta qualidade para o município também, através das formações. Além de tudo, a gente tem os atendimentos diários aos responsáveis.”

A equipe multidisciplinar também orienta a escola de educação especial que está recebendo novo direcionamento de currículo pedagógico, para estar de acordo com o que é apresentado na rede. A equipe tem plantão nesta unidade escolar para estar com os professores verificando e auxiliando na parte curricular, assim como em outros atendimentos, além de atender aos alunos de inclusão da rede.

Finalizou fazendo uma reflexão sobre a importância das trocas entre profissionais e afirmou que:

É assim que eu vejo, né, cada dia que a gente está no nosso trabalho a gente está evoluindo e melhorando, com uma fala, com uma troca como essa do nosso grupo, com uma troca com os nossos profissionais de equipe, com os professores da rede, cada dia a gente está sendo mais do que nós fomos ontem, né. Então, tudo que vem é para somar, para agregar, para acrescentar. E o nosso trabalho nesta parte de inclusão está tendo um crescimento para a gente, hoje, de Mangaratiba, com essa diretoria, a gente viu um crescimento, uma importância desse trabalho muito grande.

Figura 13- Identificação da Equipe de Educação Especial de Mangaratiba



FONTE: Slide apresentado pela Direção da DEED/Mangaratiba (2020)

A análise das narrativas nos faz perceber que, para que a democracia seja efetivada, é preciso que os sujeitos, através da formação para autorreflexão crítica, se libertem dos modelos ideológicos sociais e apostem no diálogo como meio de fomentar uma educação que seja realmente para todos e que não esconda suas fragilidades, ao

contrário, as exponha com o objetivo de buscar soluções conjuntas. Nesse sentido, a autorreflexão crítica é fundamental, sobretudo, para a materialização de uma educação que ressignifique as relações e as práticas educacionais.

Passando a apresentação para a coordenadora de Paraty, ela disse “Eu não fiz nenhum esquema, tem que me cobrar porque eu estou na minha correria. Eu não consigo me atinar”. Sobre a estrutura da secretaria de educação esclareceu que:

Então, nós somos assim, nós temos uma Secretaria de Educação, que nós chamamos SME – Secretaria Municipal de Educação. E nós temos dentro da Secretaria de Educação um setor pedagógico. Esse setor pedagógico a gente tem uma equipe que vai direcionar do 1º ao 9º ano, especificamente um profissional da educação que pode ser um professor, um pedagogo, um professor de qualquer área, de qualquer licenciatura, ele assume mediante a política, né, a gente trabalha neste formato. Ele assume na Secretaria e junto da Secretaria forma uma equipe diretiva. Então, ele passa a ser diretor, por exemplo, do 6º ao 9º ano. Aí tem uma pessoa que fica responsável pelo 3º, 4º, 5º ano, tem da educação infantil e tem a ... aqui que fica com a parte da educação inclusiva, que ao longo destes anos eu venho trabalhando, desde 2009 eu acho. Eu até perdi as contas, são tantas políticas que eu nem me acho mais. Então, o que acontece é que cada setor cuida da sua área. E a Azul fica, no caso eu, fico focada na questão da educação inclusiva, na questão de dificuldades de aprendizagem.

Perguntada pela pesquisadora sobre o tempo atual, a coordenadora respondeu que:

[...] hoje a gente tem esta mesma equipe que funciona dentro da Secretaria e não tem mais essa equipe inclusiva, né, por enquanto só sobrou eu que faz este trabalho. Ah surgiu um problema, como a colega Vermelha estava ali falando... Tem uma criança para encaminhamento; ah está tendo dificuldade de aprendizagem, então passa para a Azul olhar... Então, assim, eu que faço essas observações e mediante a necessidade, eu não sou psicopedagoga da rede, então, eu não faço encaminhamento, a gente sugere, né, que a equipe faça ou às vezes eu até encaminho, mas na conversa com os pais, aí a gente faz este trabalho.

Ponderou dizendo que:

[...] então, as nossas crianças vão diretamente da casa para a sala de aula. Então, a gente não tem aí uma preparação, a gente não trabalha... pode ser severo, pode ser leve, moderado, a deficiência vem do jeito que é, fez a matrícula a escola recebe. Então, mais ou menos neste formato. Hoje a gente tem uma necessidade enorme de estarmos nos reorganizando, e eu continuo batendo na tecla que a gente precisa fazer um setor de inclusão para fazer a nossa equipe multidisciplinar, para fazer o nosso trabalho caminhar bem redondinho.

Questionada pela pesquisadora sobre ter algum centro de apoio, por exemplo, como tem em Angra e em Mangaratiba, a coordenadora respondeu que:

É, não. Então, a gente tem a ONG, a AME, que foi justamente mediante essa necessidade que eu acabei fundando, né, eu fundei uma ONG aqui dentro da

cidade, que essa necessidade surgiu lá de trás quando eu tinha essa equipe que nós trabalhávamos direitinho.

Lembrou que antes eram encaminhadas para a APAE, mas que a APAE não funciona mais, existe, mas, infelizmente, não está funcionando como deveria. Também são encaminhados para o Centro de Reabilitação da Saúde, que tem fonoaudióloga, e fisioterapeuta.

Nesse ambiente percebemos que a rede municipal de ensino de Paraty não criou meios para fazer avanços no que tange o atendimento da educação especial. Para Damasceno e Cruz:

Com base nas palavras de Adorno e a conjuntura educacional contemporânea, sobretudo no Brasil, onde a escola vive, ou melhor, sobrevive a tempos sombrios, constata-se que a educação tem se furtado à ocupação de seu papel como espaço para a formação do pensamento crítico a respeito da sociedade, onde a educação formal tem se contraposto à formação para emancipação, o que em nada contribui para se pensar a inclusão não apenas dos estudantes com deficiência na escola regular, mas em qualquer outra condição de vulnerabilidade. (DAMASCENO E CRUZ, 2021, p. 79)

Sobre formação em serviço para os professores a coordenadora falou que:

Quando há um tempo, é porque nos últimos anos, como eu falei para você, eu não estava, eu não estive presente. Então, eu não sei como que funcionou. Mas nos anos anteriores a gente fez. Fez primeiro o trabalho de sensibilização, depois a gente foi fazendo formação. Essa equipe que a gente tinha fazia as formações, então, assim, não é... como é que eu posso dizer... acabava não ficando dentro do próprio calendário escolar da Secretaria. Eles não dão essa abertura, infelizmente, de formação para a gente. Então, a gente vai fazendo mediante demanda. A gente faz com as coordenações e a gente faz, quando tem algum evento a gente sempre puxa uma ponta para fazer uma capacitação, um seminário, uma palestra na área da inclusão. Mas dentro do calendário não há um espaço específico para a inclusão não, infelizmente.

Sobre a quantidade de estudantes PAEE falou:

Hoje nós temos 100 crianças matriculadas e diagnosticadas, mas tem muito mais, né, porque tem os casos da não aceitação familiar e os casos que não são diagnosticados, que depois quando entra na alfabetização que começa a aparecer. São... Eu acredito que na demanda total, hoje, a gente deva ter umas 120 crianças.

De acordo com a coordenadora Paraty não atende adultos com deficiência nas escolas, só os que vão para os cursos de primeiro segmento, não existe um trabalho da EJA voltado para estudantes com deficiências, como podemos observar:

Não temos adultos, só os que vão para os cursos de primeiro segmento, mas, assim, a gente não faz um trabalho de EJA com as deficiências. Aqui em Paraty ainda não tem este trabalho específico.

Há relatos sobre a dificuldade no trabalho com a equipe:

Eu e uma fono. E nós temos duas psicólogas. Uma concursada e a outra foi contratada como agente educacional, coisa de doido gente, que não faz o trabalho de inclusão, que não entra no grupo. A fono tenta, mas tem resistência. É uma doideira. E a nossa psicóloga que é concursada.

Questionada sobre como considera o funcionamento dessa proporção no atendimento, a coordenadora afirmou que “Funciona porque a gente tem uma parceria com as unidades escolares. Então, assim, eu não vou dizer para você que funciona em todas as escolas.”

Sobre a inclusão analisou que:

[...] a gente fez um trabalho de sensibilização lá atrás, que hoje os professores se adaptam muito mais a Educação Inclusiva do que a própria Secretaria de Educação. Entendeu?

As participantes refletiram sobre os números das equipes, Angra dos Reis tem 9 profissionais na equipe de educação especial para coordenar o trabalho com mais de 600 estudantes com deficiência, mas existe toda uma estrutura com escolas especializadas e centros de atendimentos, Mangaratiba tem 8 profissionais para direcionar o atendimento para aproximadamente 160 estudantes com deficiências e conta com 20 SRM, uma escola de educação especial e o CEMAP e Paraty conta com apenas duas profissionais para aproximadamente 120 estudantes com deficiências e nenhuma SRM ou centros de apoio. E a coordenadora de Paraty lembrou do apoio que a ONG dá aos estudantes.

A coordenadora de Angra dos Reis avaliou o quanto é complicado porque são 74 unidades, são 635 alunos incluídos, distribuídos em sertão, ilha, e que a dificuldade muitas vezes está no transporte, porque não tem facilidade e por vezes é preciso utilizar carro próprio, o que dificulta um pouco mais o trabalho. Lembrou ainda que a equipe já foi bem maior em anos anteriores, sofrendo diminuição em 2017 quando foi feita uma reformulação, diminuindo o quantitativo geral dentro da Secretaria de Educação, não só da Educação Especial, mas de todos os setores.

Refletiram que dentre os municípios há perdas, nesse sentido tanto em Angra dos Reis quanto em Paraty, mas ganhos em Mangaratiba com a constituição de uma diretoria com 8 profissionais no lugar de uma coordenação com 3. Refletiram ainda que tudo depende da vontade política que a cada nova gestão é feita uma reformulação que afeta não só as equipes como, salários dentre outros aspectos, como exemplo recortamos a frase: “É tudo uma questão também política, né?”

De acordo com Pereira e Damasceno:

Este momento é de renovação das ideias, considerando-se a pluralidade na construção do saber entre as diversas culturas na sociedade, com base no respeito pela diferença. Este, por sua vez, concretiza-se no reconhecimento da paridade dos direitos em tempos de educação inclusiva. (PEREIRA E DAMASCENO, 2017, p. 32)

Considerando a pluralidade na construção do saber citada pelos autores, as participantes do Programa Inclusão em Redes avaliaram o encontro como muito bom, citaram o quanto é importante a troca entre os municípios, os diálogos sobre as estruturas das Secretarias de Educação. Avaliaram que são criadas possibilidades para ampliação do trabalho, de estabelecer parcerias, e lamentaram que esse já seria o penúltimo webinar, refletiram que deveriam continuar com as trocas, porque precisam se fortalecer, independentemente de estarem na função de gestora dentro uma Secretaria de Educação ou como professora dentro de uma sala de aula. Combinaram de visitarem os municípios tão logo o estado de pandemia acabe. Destacamos a avaliação:

Olha, Alessandra. Foi muito bom, foi importante essa nossa troca, essa nossa conversa, esse diálogo, né, das estruturas das Secretarias de Educação. Fica uma reflexão, né, eu acho que a questão da equipe mesmo que está montada dentro das Secretarias de Educação. Dessa questão de a gente ampliar mais o trabalho, de estar fazendo mais parcerias, né, neste momento nosso, pena que já é o penúltimo, foi tão bom, né, e está sendo bom, né, e eu acredito, né, que não vai acabar no último encontro. Eu acho que a gente vai continuar porque eu acho que a gente tem que se fortalecer, independente se a gente está na função de gestora dentro uma Secretaria de Educação ou se a gente está como professora dentro de uma sala de aula, né, então, eu acho que o importante é a gente se fortalecer sempre.

A coordenadora de Paraty disse que a ONG foi criada há 9 anos para dar apoio aos estudantes, mas o grupo refletiu que essa necessidade surge a partir de falha no poder público, mas que não deveria ser assim, observe: “É como eu estou falando, como faz o milagre? Criei uma ONG para dar jeito”.

Passaram a decidir sobre o último webinar e a pesquisadora solicitou que de maneira sucinta apresentem no próximo as ações que cada município fez no ano de 2020 para fechar os webinars e, se possível, apresentarem o planejamento para o ano seguinte. Agradeceu a participação e disse que iria colocar um lembrete no grupo contendo dia e hora, e o que seria preciso para o 7º encontro.

3.7 - 7º Webinar - “Seminário Inclusão em Redes”

O sétimo e último webinar foi realizado em 07 de dezembro de 2020, pela Plataforma Skype, teve início às 14 horas e contou com a presença do Professor orientador e coordenador (a partir das 15 horas), da pesquisadora e articuladora do programa, e das coordenações participantes.

A pesquisadora iniciou lamentando ter descoberto que o vídeo do 4º webinar que contou com a participação da Professora Mônica Pereira dos Santos apresentou problemas. Tentou passar um vídeo para iniciarem a conversa, mas não obteve sucesso. Agradeceu a participação de todas e disse que com o 7º webinar o sentimento é de gratidão.

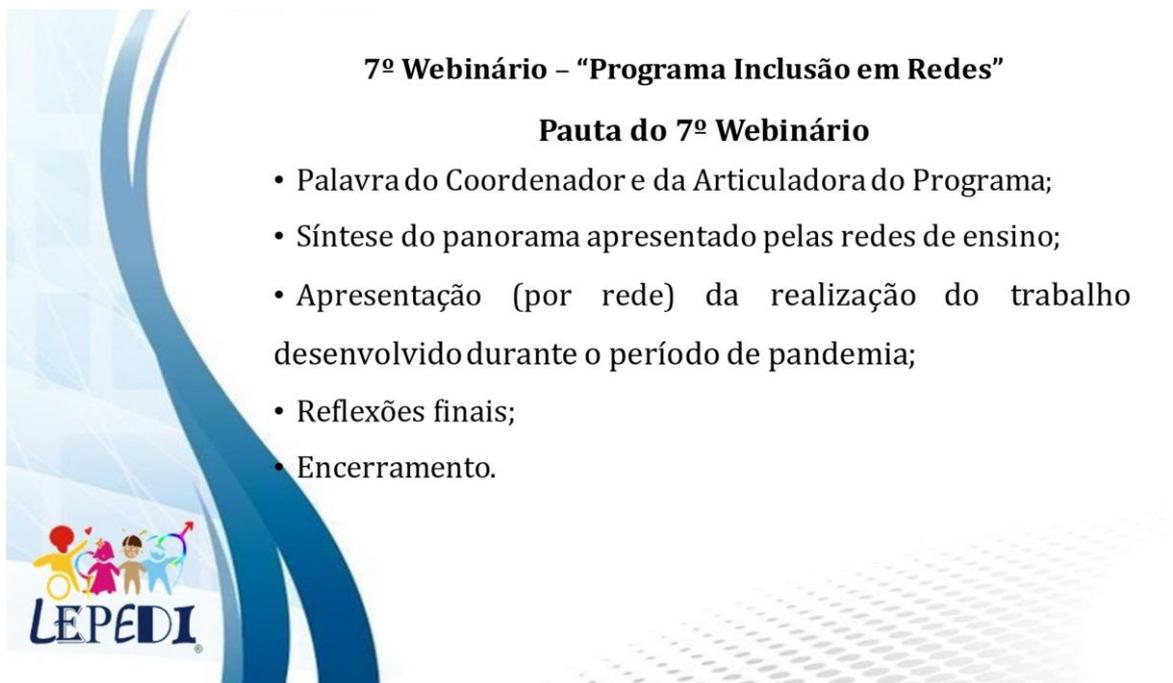
Fez uma síntese do panorama que foi apresentado pelas redes de ensino, e deixou em aberto para interrupções caso fosse preciso corrigir alguma coisa, ou acrescentar, ou ainda retirar. O objetivo era a apresentação do relatório das ações, lembrou que inicialmente tinham pensado, que o último seria um seminário com as coordenações, as equipes reunidas e a que apresentaria para todo o grupo, mas com a pandemia, foi preciso mudar esse formato, sendo necessário dar um retorno de tudo aquilo que foi apresentado durante sete encontros.

A Teoria Crítica, lente utilizada durante todo esse estudo, busca pensar os sujeitos como críticos, políticos, autônomos, protagonistas, e de direitos, que não estejam dominados por uma sociedade capitalista e hegemônica. A educação, para atender à classe dominante, se torna modelagem de pessoas, espaço de tensões, disputa de currículo, gerando segregação e exclusão, enfim, uma barbárie que aliena e marginaliza os sujeitos, fazendo com que deixem de ser sujeitos de direito, para serem sujeitos de riscos, lugar que de maneira abrangente é onde encontramos os estudantes com deficiência. Adorno ressalta que a barbárie deve ser combatida:

Mas não se deve esquecer que a chave da transformação decisiva reside na sociedade e em sua relação com a escola. Contudo, neste plano, a escola não é apenas objeto. A minha geração vivenciou o retrocesso da humanidade à barbárie, em seu sentido literal, indescritível e verdadeiro. Esta é uma situação em que se revela o fracasso de todas aquelas configurações para as quais vale a escola. Enquanto a sociedade gerar a barbárie a partir de si mesma, a escola tem apenas condições mínimas de resistir a isto. (Adorno, 1995, p. 115)

Nesse sentido buscamos debater no último todas as possibilidades de melhorias ao atendimento da educação especial nos municípios da Costa Verde/RJ.

Figura 14- Pauta do 7º e último Webinário do Programa Inclusão em Redes



FONTE: Slides do Programa Inclusão em Redes (2020)

Começando por Angra dos Reis, eram 72 unidades de ensino regulares, 2 unidades de ensino de Educação Especial, a Escola Municipal de Educação de Surdos e a EMVD, atendendo aproximadamente 635 estudantes com deficiência, tem 2 unidades de trabalho diferenciado, que é a UTD para Estudantes com Transtorno de Espectro Autista e a UTD para Estudantes com Altas Habilidades e Superdotação. Contavam com 17 salas de recursos multifuncionais distribuídas em cinco polos, atendendo a 249 estudantes, e 20 monitores de Educação Especial concursados.

Figura 15- Panorama da Educação Especial em Angra dos Reis



FONTE: Slides do Programa Inclusão em Redes (2020)

O concurso para monitores pediu ensino fundamental, realizado recentemente, e a formação dos monitores acontece trimestralmente, oferecida pela Secretaria de Educação. Existem normativas municipais e seguem de âmbito federal que regem toda a Educação Especial de Angra dos Reis. A estrutura da Secretaria de Educação tem a Superintendência de Ensino, o Departamento de Ensino, o DEDIN, onde tem 5 assistências, tem a Assistência de Educação Especial e dentro da a Assistência de Educação Especial tem outras 5 assistências. O CAP, a UTD que é para atendimento às altas habilidades e superdotação e TEA, o apoio a inclusão e a equipe multiprofissional. Nas palavras de Adorno:

[...] um primeiro passo da conscientização de si mesmo é não assumir a estupidez como integridade moral superior; não difamar o esclarecimento, mas resistir sempre em face da perseguição aos intelectuais, seja qual for a forma em que esta se disfarça. (ADORNO, 1995, p.53)

Figura 16- Panorama da Educação Especial em Angra dos Reis



FONTE: Slides do Programa Inclusão em Redes (2020)

A coordenadora de Angra dos Reis concordou com o que foi apresentado da rede de ensino e esclareceu que 635 estudantes são o total e não somente nas duas escolas especiais. Corrigem os números de estudantes que são distribuídos 82 na UTD de superdotação e altas habilidades, 40 alunos na escola para surdos e 40 na para deficientes visuais, além dos 635 de inclusão. A coordenadora de Angra lembrou ainda que:

Tá, só lembrar, não sei se isso tem alguma coisa a ver, a gente tá com 20 monitores agora concursados, mas ano passado nós tínhamos mais 60 contratados, então ano passado nós tínhamos 80.

Recorrendo a Ainscow (1995) que admite, a época da escrita, que o avanço da orientação mais inclusiva estava longe de ser fácil e que há um longo caminho a percorrer no que diz respeito a milhões de crianças, incluindo as com deficiência, a quem o direito à escola ainda é negado, seguimos com o debate para que o processo de inclusão aconteça sem intercorrências nos sistemas de ensino participantes.

Já em Mangaratiba o panorama da Educação Especial era de 76 estudantes no Atendimento Educacional Especializado, 170 estudantes com laudo, 14 professores de Salas de Recursos Multifuncionais, 20 Salas de Recursos Multifuncionais. Existe o

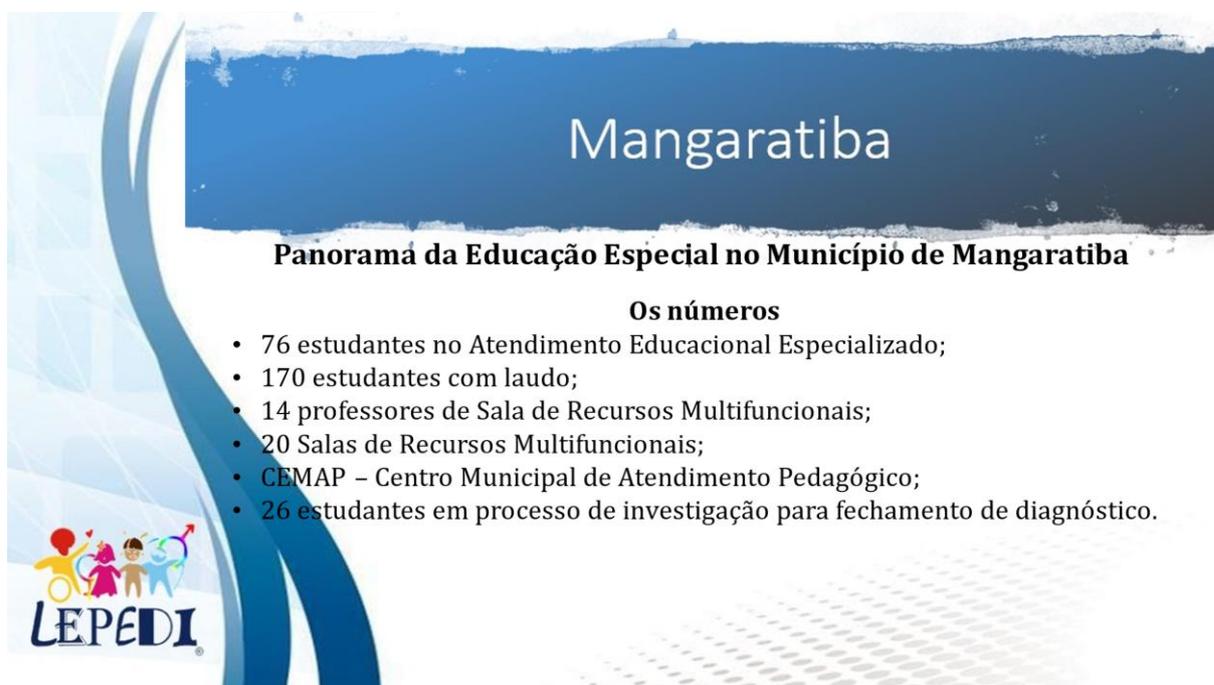
CEMAP que é o Centro Municipal de Atendimento Pedagógico; 26 estudantes estavam em processo de investigação para fechamento de diagnóstico.

A rede contava com mediadores com formação que vai do ensino fundamental à pós-graduação. O maior número de estudantes PAEE tem laudo de transtorno de espectro autista e o maior percentual está matriculado na educação infantil. Os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas contemplam em parte a inclusão do PAEE. Sobre a formação/semiformação Adorno nos adverte que:

A capacidade da aptidão à experiência consistiria essencialmente na conscientização e, dessa forma, na dissolução desses mecanismos de repressão e dessas formações reativas que deformam nas próprias pessoas sua aptidão à experiência. (ADORNO, 1995, p. 150)

Seguindo com o Panorama de Mangaratiba:

Figura 17- Panorama da Educação Especial em Mangaratiba



FONTE: Slides do Programa Inclusão em Redes (2020)

O Plano Municipal da Educação contempla a Educação Especial, na Meta 4, com 14 estratégias com algumas ainda por serem alcançadas. Contando com uma escola de Educação Especial que atende os alunos com maior comprometimento. Existem poucas normativas municipais que tratam da Educação Especial, foram apresentadas à Deliberação do Conselho Municipal de Educação N° 02 de 17 de novembro de 2014 e a Deliberação do Conselho Municipal de Educação N° 01 de 25 de maio de 2015.

A estrutura da equipe de educação especial é da Superintendência de Ensino que tem psicopedagogia, fonoaudiologia, pedagogia, psicologia e assessoria de Educação Especial. O objetivo da DEED é proporcionar aos sujeitos o desenvolvimento de suas potencialidades, a garantia de seus direitos previstos na legislação vigente e o acompanhamento no âmbito escolar por meio de práticas pedagógicas que valorizem as diferenças dos sujeitos e do trabalho colaborativo com o grupo no qual estão inseridos. A diretora de Mangaratiba confirmou a síntese apresentada.

Figura 18- Panorama da Educação Especial de Mangaratiba



A rede:

Mediadores com formação do ensino fundamental a pós-graduação.

O maior número de estudantes público-alvo da educação especial (PAEE) tem laudo de Transtorno do Espectro Autista e o maior percentual está matriculado na Educação Infantil.

Os projetos Políticos Pedagógicos das escolas contemplam em parte a inclusão do PAEE. O Plano Municipal de Educação contempla a Educação /especial na Meta 4 com 14 estratégias com algumas ainda por serem alcançadas.

Conta com uma escola de Educação Especial. (Que atende aos alunos com maior comprometimento e que dificulta a inclusão na rede regular).

Existem poucas normativas municipais que tratam da Educação Especial.

Foram citadas :

- Deliberação do CME Nº 02 de 17 de novembro de 2014.
- Deliberação do CME Nº 01 de 25 de maio de 2015.

FONTE: Slides do Programa Inclusão em Redes (2020)

Adorno (1995) ao fazer uma reflexão que considerou “pequena” afirmou que:

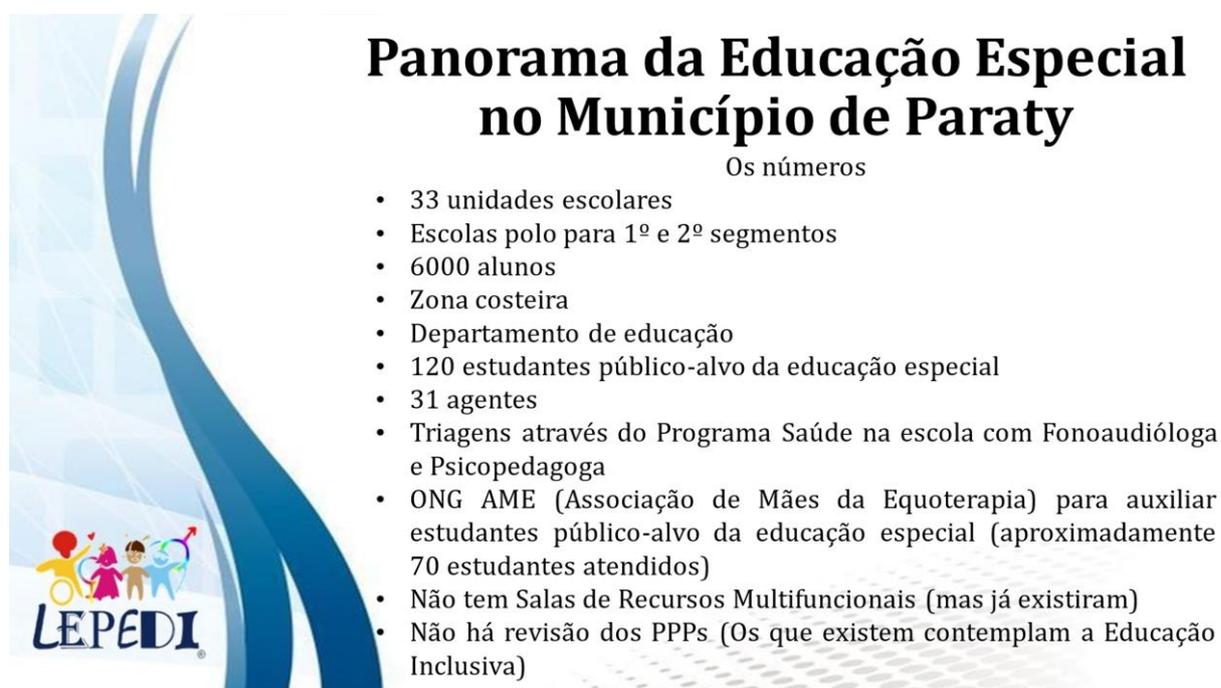
A educação por meio da família, na medida em que é consciente, por meio da escola, da universidade teria neste momento de conformismo onipresente muito mais a tarefa de fortalecer a resistência do que de fortalecer a adaptação. Se posso crer em minhas observações, suporia mesmo que entre os jovens e, sobretudo, entre as crianças encontra-se algo como um realismo supervalorizado — talvez o correto fosse: pseudorealismo — que remete a uma cicatriz. Pelo fato de o processo de adaptação ser tão desmesuradamente forçado por todo o contexto em que os homens vivem, eles precisam impor a adaptação a si mesmos de um modo dolorido, exagerando o realismo em relação a si mesmo, e, nos termos de Freud, identificando-se ao agressor. A crítica deste realismo supervalorizado parece-me ser uma das tarefas educacionais mais decisivas, a ser implementada, entretanto, já na primeira infância.

A fim de evitarmos o empobrecimento e o conformismo, o Programa Inclusão em Redes é um convite aos participantes a enfrentarem suas realidades e, no município de

Paraty o panorama da Educação Especial mostrou os seguintes dados: 33 unidades escolares, tem Escolas Polo para o 1º e 2º segmentos, em torno de 6.000 alunos, com zonas urbana, rural e costeira, tem Departamento de Educação, são 120 estudantes PAEE, tem 31 agentes, as triagens são realizadas através do Programa Saúde na Escola com fonoaudióloga e psicopedagoga.

Paraty conta com uma Associação de Mães e Equoterapia (AME) para auxiliar estudantes com deficiência, são aproximadamente 70 estudantes atendidos, não tem salas de recursos multifuncionais, mas elas já existiram. Não há revisão dos PPP, os que existem contemplam a educação inclusiva. Na coordenação de Educação Especial de Paraty tem a coordenadora e uma fonoaudióloga e não existem encaminhamentos, há um Centro de Reabilitação que é da Saúde. A coordenadora fez correção no nome da Associação e diz que é Associação de Mães da Equoterapia. A pesquisadora confirmou com a coordenadora que não há atendimento para os alunos no Centro de Reabilitação.

Figura 19- Panorama da Educação Especial em Paraty



FONTE: Slides do Programa Inclusão em Redes (2020)

A pesquisadora refletiu sobre o Programa Inclusão em Redes que aconteceu em um ano sem precedentes para essa geração e que foram vivenciadas coisas muito novas, a começar pelo próprio programa que foi feito todo de maneira virtual. Então, o que foi combinado é que as coordenações contassem um pouco no último encontro de como foi realizado o trabalho durante o ano de 2020 nos municípios. Para Damasceno e Cruz:

Acreditamos que a educação demanda professores reflexivos, caso contrário tornam-se meros reprodutores de práticas instituídas pelo próprio sistema educacional, contribuindo para a manutenção de caminhos completamente opostos ao da educação na perspectiva inclusiva. Desta forma, importa contextualizá-los na contemporaneidade, não dissociando sua formação humana, objetivadas neste tempo de contradições sociais e identificação alienada e passiva às ideologias dominantes, impostas pela sociedade de classes. (DAMASCENO E CRUZ, 2021, p. 76)

No aprofundamento das reflexões a coordenadora de Angra falou:

É, esse ano desafiador não foi fácil para ninguém, né?! Então, durante esse ano da pandemia, né, porque na verdade a gente só teve um mês de aula e em fevereiro, março a gente já parou por conta da pandemia.

Continuou dizendo que:

No início, na verdade não foi feito nenhum trabalho voltado para os alunos com deficiência que estavam incluídos, tá. Só nos atendimentos especializados nas duas escolas especiais, porque nesse primeiro momento a Educação aqui, o ensino não foi obrigatório. Então, quem postava as atividades na plataforma que era o Apoiar 1, eram os próprios coordenadores e no caso os assistentes como nós que fazíamos as atividades para postar para os alunos, para manter o vínculo com eles.

Explicou passo a passo todo o desenvolvimento do trabalho realizado com alunos através da Plataforma Apoiar. Enfatizando que:

As escolas especiais desde o início, elas mantiveram um vínculo, elas mandavam atividades pelo Facebook, atividade impressa, pela própria plataforma ainda não sendo obrigatória, mas elas mandavam, e pelo WhatsApp também. Então, a gente foi mantendo contato assim com as famílias.

Acredita que o papel do diretor escolar pode influenciar no trabalho com ensino remoto afirmando que:

[...]eu acho que também vai da posição do diretor da escola, desse gestor que tá lá de frente da escola, dos pedagogos. Teve escolas que continuou no zap também com os alunos especiais, faziam vídeo mandavam, faziam vídeo de rotina para os pais que estavam enlouquecendo em casa, que no início ficou todo mundo, assim, meio que sem rotina.

Citou uma prática iniciada em 2019 sobre um sistema chamado de SECT on-line, onde:

[...] a gente tem um sistema aqui que a gente chama de SECT on-line, que é toda a Secretaria de Educação, uma plataforma que a gente tem. Então, ano passado nós pedíamos a todas as escolas, à medida que eles fossem fazendo as adaptações, colocando no sistema, né, as adaptações e alguns relatórios, também dava para colocar. Só aquele bem sigiloso que não. E aí facilitou porque esse ano se o aluno mudou de escola, teve uma transferência, a outra

escola pode acessar o sistema e a adaptação do ano passado dele, do final do ano, consta lá.

Destacou que foi um funcionário da própria Secretaria de Educação de Angra dos Reis, um professor, que implantou o sistema e as duas plataformas, o que praticamente não gerou gastos para a secretaria. Cardoso *et al* afirmam que:

Alinhada às questões de estudo da pesquisa e sob o antigo dilema sobre qual é o propósito da escolarização, está a valorização profissional dos professores. Ainscow resume que temos professores excepcionais que têm sido capazes de criar ambientes educativos em que diferentes alunos, com os mais diversificados percursos de escolarização, conseguem participar e experimentar sentimentos de sucesso. Ainda, sobre os professores, conclui que é necessário ajudá-los a se aperfeiçoarem com profissionais mais reflexivos e mais críticos, de modo a ultrapassarem as limitações e os perigos das concepções baseadas na deficiência. O autor destaca ainda o aperfeiçoamento das escolas sob o ponto de vista cultural, pois verifica-se que a cultura local tem impacto direto sobre a forma como os professores veem o seu trabalho e seus alunos. (CARDOSO *et al*, 2021, p.214)

Passando a palavra para a diretora de Mangaratiba, essa relatou que as ações para o período de pandemia iniciaram devagar, que houve antecipação no período de recesso, para ver como ficaria a situação e no pós-recesso começou-se a pensar, dentro do cenário que se apresentava, o que seria feito. Não se tinham todas as informações, e não se sabia por onde começar, então rever o planejamento preparado para 2020 foi o primeiro passo. Repensando algumas ações. Muitos dos projetos foram deixados de lado, e outros reformulados para serem realizados virtualmente. A princípio foram recebidas muitas mensagens de pais, muitas falas de pais sobre a situação difícil em que eles se encontravam com seus filhos. Muitos estavam em crise sem os atendimentos psicológicos, fonoaudiológicos, sem suas terapias.

Foi identificado que esse grupo precisava de um momento com a equipe multidisciplinar. Logo as psicólogas, fonoaudiólogas e psicopedagogas pensaram num projeto para os pais, que poderia ser um momento de escuta, abrindo espaço para orientações de rotina, de procedimentos que poderiam amenizar as relações com orientações sobre cuidados com a saúde, afetividade, demonstrando que os pais não estavam sozinhos e que existe uma equipe, pessoas pensando junto deles. Foram planejados 4 encontros virtuais com o grupo que se inscreveu de forma voluntária e a equipe multidisciplinar.

Outros procedimentos foram adotados, como grupo de WhatsApp, que por um dia inteiro ficava aberto ao atendimento a esses pais que puderam interagir, estudantes

puderam participar, a família pode participar. Era um projeto que teria continuidade, entrando nas ações planejadas para 2021, pelo seu êxito.

Simultâneo a esse projeto, aconteceu também um para os professores, voltados aos professores do AEE, do REALFA um projeto da Diretoria de Ensino para alfabetização, foi igualmente dividido em 4 encontros, e foi concluído com êxito. Foi trabalhada a afetividade, e conversado principalmente sobre uma possível retomada das aulas presenciais. Abrindo um espaço de escuta e troca entre os professores e a equipe. Também foi recebido um *feedback* muito positivo.

Realizada ainda, parceria muito positiva para o município junto ao Instituto Incluir, com o projeto Literatura Acessível com disponibilização de material digital no site da prefeitura, um material que entrou como apoio, e muitos pais fizeram uso, foi feita parceria também com uma outra diretoria onde fizeram tradução de um dos livros em libras, “Assim, uma escola inclusiva é aquela que está evoluindo, e não aquela que já atingiu um estado perfeito” (AINSCOW, 2009 p.20)

Em setembro foi realizada formação para os profissionais de apoio escolar da Educação Especial, sendo um fator de dificuldade que no período de pandemia, eles foram emprestados para outras Secretarias, mas conseguiu-se reunir um grupo. A formação tratava sobre o cargo, sua importância e atribuições, e a equipe conseguiu trabalhar de maneira muito satisfatória, sendo inserida com ação a ter continuidade no início de 2021.

A DEED em parceria com outras diretorias esteve envolvida com a Jornada Pedagógica, com a PLIM, além de reuniões com os professores, com coordenadores e diretores. A Educação Especial esteve presente em muitas discussões, tendo um papel importante em todas elas. Considerando que apesar do tempo ter sido difícil nesse período de pandemia, pelas incertezas, por não saber os direcionamentos, e ter que aguardar alguns posicionamentos porque tudo era novo, foi visto o crescimento e o fortalecimento da educação especial em diversos momentos no município. Não teve uma decisão dentro da educação que a Educação Especial não estivesse com a sua cadeira garantida.

Finalizou dizendo que:

É, na verdade nós também tivemos o prefeito reeleito, mas apesar disso nós tivemos mudanças e essas mudanças não irão acontecer só o ano que vem, elas já iniciaram esse ano.

Ao enfrentarmos tantas adversidades no desenvolvimento da educação especial nos apoiamos também em Ainscow quando nos atenta para o fato de que:

A educação inclusiva supõe que o objetivo da inclusão educacional seja eliminar a exclusão social, que é consequência de atitudes e respostas à diversidade de raça, classe social, etnia, religião, gênero e habilidade. Dessa forma, a inclusão começa a partir da crença de que a educação é um direito humano básico e o fundamento para uma sociedade mais justa. (AINSCOW, 2009 p. 11)

A coordenadora de Paraty disse que:

[...] como todo mundo tivemos o nosso ano atípico do atípico, né, que eu comentei com você, mas nós tivemos uma troca de secretaria no final do ano passado, em novembro, né, e não foi só a secretária que trocou, trocou todo o... aquela situação que as colegas estão comentando, troca-se todo o RH praticamente da Secretaria. Então, nós não tivemos tempo de nos organizar... E ela também muito menos, pela falta de experiência, por ser uma secretária, né, uma professora que está vindo do estado, não tem experiência ainda com a rede municipal, ela é uma professora que veio do estado, da rede estadual, e veio uma mudança em todo sistema.

Criou-se, em Paraty, um grupo no WhatsApp intitulado GAE, Grupo de Apoio Educacional, que contém alguns orientadores das escolas polo, das escolas maiores, orientadores educacionais, a fonoaudióloga e as duas psicólogas da rede, que, destacou, não serem voltadas para o setor inclusivo.

Foi feito o projeto de jogos, já comentado, “Jogos pedagógicos em tempos de pandemia”. Projeto feito com os agentes que conheciam as particularidades de cada aluno. A rede aceitou bem o projeto, e às terças e quintas eram disponibilizados nas unidades escolares o material para confecção dos jogos. No final do segundo, do primeiro trimestre, foi solicitado aos agentes um relatório com devolutiva de como foi feito o trabalho, os relatórios de cada um dos agentes deixam documentadas e protocoladas as ações dentro da Secretaria de Educação nessa área.

De modo geral a coordenadora de educação especial de Paraty avaliou que:

Foi um ano muito ruim pelo fato de termos essa mudança de secretariado, do sistema como um todo, né, e a pandemia que não deixou a gente fazer o trabalho que a gente estava precisando, não consegui fazer uma formação porque os agentes já vinham há dois anos, então eu não... tentei até, propus uma formação online, mas o grupo não é um grupo muito bom pra se desenvolver esse tipo de trabalho, então, eu não consegui fazer nenhuma formação.

A proposta de Paraty para 2021 é a de que iniciaria com as aulas, mas não necessariamente remotamente, haveria avaliação. Por meio de escala, com pequenos

De acordo com Pereira e Damasceno:

Assim, destaca-se a importância sobre questões que se inserem nos princípios e práticas do processo de inclusão, que garantam o direito e o acesso à educação e considerem a diversidade humana em suas diversas expressões: social, cultural, econômica, de gênero, de raça, de etnia, dos indígenas, das pessoas com deficiência, das populações do campo, de diferentes orientações sexuais, de sujeitos de rua, dos que estão em privação de liberdade e de todos que compõem a plural sociedade brasileira. (2017, p. 33-34)

O professor orientador e coordenador do programa agradeceu imensamente a colaboração das participantes, pela oportunidade de realizar esse o primeiro passo de uma parceria que desejou que se prolongasse, que permanecesse porque o trabalho que precisa ser feito é um trabalho colaborativo, cooperativo, porque há muito aprendizado na troca entre as redes, com experiências interessantes e pensa que o espírito do Inclusão em Redes tem sido a cooperação, a colaboração, ainda mais num cenário tão agravado como o que vivemos. Afirmou que:

Em tese, a coleta de dados da Alessandra, do Programa Inclusão em Redes, porque vejam só, o Inclusão em Redes ele é um programa, nós tivemos um 1º momento, eu vou sentar com a Alessandra e amadurecer se para 2021 nós não construímos uma proposta de um banco de experiências para os municípios da Costa Verde, ou seja, da gente trocar experiências entre Paraty, Angra e Mangaratiba e alimentar uma plataforma que vai ser coletiva para todos os municípios, para os 3 municípios e para seus profissionais, ou seja, o que a gente faz a gente coloca lá na plataforma e retroalimenta com as nossas experiências.

Prosseguiu deixando seu agradecimento aos respectivos e respectivas secretários e secretárias de educação, pela participação, disse que iria emitir uma certificação de participação nos 7 encontros no Programa Inclusão em Rede, 1º fase, porque seu desejo é de que se pense junto em como atender ao PAEE nesses 3 municípios. Que o Inclusão em Redes deve ser um porto seguro, para quem estiver à frente da Coordenação da Educação Especial, da educação inclusiva, ou como o município chama diretoria, para troca de experiências e para gente construir um trabalho colaborativo e cooperativo para que de fato se atenda às demandas de aprendizagem dos alunos PAEE dessas 3 redes que integram o Inclusão em Redes. Desejou ainda que esse trabalho de parceria possa ter fortalecido as coordenações, e que os pesquisadores do LEPEDI estejam à disposição das redes.

Ao longo dos webinários pode-se observar que muito foi falado sobre adaptações e, nos cabe esclarecer a que adaptações o processo de inclusão escolar se refere, pois

equivocadamente essa expressão, é utilizada por muitos, como indicação de redução do conteúdo para alguns estudantes, sob a alegação de que estes não têm condições de acessar o currículo comum como os demais estudantes.

Entretanto, é importante registrar que há, no âmbito da inclusão escolar, a preferência pelo termo flexibilização, pois o termo se opõe ao que é duro, engessado, fechado. Flexibilização implica, portanto, em oferecer a mesma proposta ao grupo e, ao mesmo tempo, atender às necessidades e singularidades de cada um, em especial, daqueles que estão vulneráveis à exclusão em termos de aprendizagem e participação. Podendo diferir as estratégias pedagógicas e os aspectos como a complexidade, a quantidade e a temporalidade para acessar um mesmo currículo. De acordo Panganelli (2017):

Ou seja, flexibilizações e adaptações curriculares não são a mesma coisa. Mais do que isso, a diferença entre ambas é basilar. A própria expressão “adaptado” denuncia que se trata de um “remendo”, uma mudança pontual, específica para alguns: os “diferentes”. Como se os demais fossem todos iguais. (PANGANELLI, 2017, p. 2)

Precisamos esclarecer ainda sobre as terminologias utilizadas como alunos inclusos, incluídos e de inclusão que aparecem nas narrativas; para corroborar com o estudo, recorreremos a Mendes (2017) que diz:

E seria semanticamente correto, como acontece com frequência no meio escolar e acadêmico, referir-se a um “caso de inclusão”, um “aluno incluído” ou um “estudante incluso”? Nestes casos, é preciso considerar que quem tem a capacidade de incluir é o sistema, ou seja, a rede educacional, a escola ou a sala de aula, mas nunca o próprio indivíduo. Portanto, o termo inclusão requer adjetivação (escolar) e os termos incluso e incluído não podem ser atribuídos aos alunos, e sim aos sistemas. Podemos falar de escola inclusiva, sala de aula inclusiva, mas não de aluno “incluso” ou “incluído”, porque este não é um atributo pessoal, uma vez que não é responsabilidade de os próprios estudantes se incluírem. (MENDES, 2017, p. 77)

Feitos os esclarecimentos necessários, registramos que os participantes decidiram permanecer com o grupo de WhatsApp para continuarem com as trocas, articularem ações em conjunto e divulgarem ações, palestras e cursos. A pesquisadora agradeceu, porque os participantes e seu orientador puderam tornar possível o sonho que estava no papel. Todos se parabenizam, agradecem, desejam coisas boas e se despedem do último webinar do Programa Inclusão em Redes.

“Pensar a educação inclusiva significa romper com um ideário ainda persistente de educação à margem, de educação segregada, presente no conformismo de que estudantes com necessidades especiais devem estudar em escolas especiais ou instituições especializadas”
Allan Damasceno

IV- O CAMINHO QUE SE FAZ CAMINHANDO: ANÁLISES E DISCUSSÕES SOBRE OS RESULTADOS

Reconhecendo que, como cita Damasceno na epígrafe, a educação à margem ainda persiste, mas convictos de que somos a resistência à educação que segrega, como proposto, neste capítulo debateremos nosso objeto de estudo pautados nos pensamentos de Theodor Adorno à luz da Teoria Crítica da Sociedade realizando análise dos dados coletados através do Programa Inclusão em Redes, sem dissociar Teoria e Prática considerando os relatos das coordenações de educação especial nos webinários e os documentos que regulamentam a educação especial nos municípios participantes, possibilitando pensar uma educação voltada para resistir à barbárie. Para Adorno:

Em cada momento, a teoria crítica confrontaria a realização mais ou menos bem sucedida da experiência formativa com sua "ideia", com o conceito de uma formação verdadeiramente realizada. A experiência formativa seria, nestes termos, um movimento pelo qual a figura realizada seria confrontada com sua própria limitação. (Adorno, 1995, p. 23-24)

Apresentamos as análises dos webinários realizados virtualmente com as coordenadoras e diretora de educação especial das redes municipais de ensino dos municípios participantes do estudo, confrontando as narrativas, as experiências e normativas voltadas às políticas públicas municipais no atendimento ao PAEE. Foram estabelecidas categorias de análise que permitiram melhor estudo dos dados.

Confrontar os relatos com os documentos que corroboram para elucidar a política de desenvolvimento da educação especial nesses municípios foram as análises realizadas neste capítulo. Os webinários transcritos e os arquivos audiovisuais encontram-se em anexo digital. As transcrições ultrapassaram 100 páginas, tornando não indicado anexá-las.

Os dados obtidos através dos webinários foram analisados, discutidos e embasados através da lente da Teoria Crítica da Sociedade com a contribuição de autores

que discutem questões de políticas educacionais/políticas educacionais inclusivas. Os pensamentos de Theodor Adorno (1995) sobre barbárie, desbarbarização, conscientização e emancipação permeiam as reflexões ao longo do trabalho.

Nossa pesquisa nos permitiu ter acesso a documentos que regulamentam as redes de ensino. Os documentos foram analisados criteriosamente. Foi possível constatar que embora as redes tenham semelhanças econômicas, geográficas e sociais têm suas redes de ensino organizadas de formas muito distintas. Pantaleão (2017) nos diz que a pesquisa em educação produz conhecimento e que, é o conhecimento que orienta a existência e conduz a humanidade na história, considerando a afirmativa do autor, compreendemos que a educação especial da região lócus da pesquisa tem, nesse estudo, a possibilidade de escrever uma nova história, compartilhada, participativa, e respeitando suas diferenças e singularidades possam trabalhar conjuntamente na superação de seus desafios e com planejamentos de ações colaborativas que façam a modalidade obter resultados de sucesso na inclusão em educação.

Identificamos através dos webinários e apresentações das coordenações/direção de educação especial que as redes de ensino participantes seguem ou buscam seguir as políticas públicas elaboradas no âmbito federal e estadual, sendo a rede de ensino de Angra dos Reis a efetivar políticas públicas educacionais voltadas à educação especial no âmbito municipal. Levando em consideração as palavras de Adorno que “problemas são ocultos sobretudo na medida em que parece haver soluções para todos esses problemas” (ADORNO, 1995, p.84).

Percebemos de maneira muito positiva que conseguimos efetivar, durante a execução do Programa Inclusão e Redes, uma rede de trocas de experiências, estudos e ações colaborativas, encontrando maior dificuldade na colaboração com Paraty no que tange a preparação de materiais para as apresentações de sua rede. Pantaleão considera que:

Trabalhando nessa direção, temos compreendido que a investigação no campo educacional demanda, entre outros aspectos, a adoção de uma abordagem teórico-metodológica que, durante a própria pesquisa, colabore na instituição de processos que possibilitem aos sujeitos envolvidos fazer leituras críticas sobre as situações e acontecimentos com os quais estão implicados. Em outros termos, o trabalho investigativo tem-se configurado para nós como uma possibilidade de promover processos contínuos de produção de conhecimento e formação-autoformação em contexto. (PANTALEÃO *et al*, 2017, p.134)

Nessa perspectiva assumimos o compromisso de, ao investigar, ofertar também a possibilidade de formação aos participantes nos motivando ao longo do estudo ao passo que o trabalho de pesquisa se constituía também em processo de formação e possíveis transformações da realidade vigente nas redes municipais de ensino. Sobre não desvincular a pesquisa da prática formativa Becker contribui esclarecendo que:

Esta combinação entre preparação imediata e horizonte de orientação é algo que na prática ainda falta a toda nossa formação profissional e que eu considero tão importante porque, num mundo como o nosso, o apelo à emancipação pode ser uma espécie de disfarce da manutenção geral de um estado de menoridade, e porque é muito importante traduzir a possibilidade de emancipação em situações formativas concretas. (apud Adorno, 1995, p.180)

É nesse sentido que, assumindo o risco ao qual nos submetemos quando inseridos nas análises crítico-reflexivas sobre a dura realidade do distanciamento do que seria o ideal e o que ocorre no dia a dia das salas de aula, nesse estudo com foco na educação especial, sobre as normativas observamos maior distinção entre as redes, quando:

- Angra dos Reis e Mangaratiba possuem escolas especializadas para o atendimento ao estudante PAEE;
- Angra dos Reis é o primeiro município a ter concurso público para os profissionais de apoio escolar;
- Paraty não oferece Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos Multifuncionais;
- Mangaratiba tenta caminhar com criação de uma diretoria especializada para a educação especial e diversidade;
- As três redes contam com defasagem de profissionais especializados tanto para a coordenação quanto para o atendimento educacional especializado;
- Somente a coordenação de Angra dos Reis tem registro da evolução da educação especial e de suas normativas (Portarias, Decretos, Resoluções);
- Os Projetos Políticos Pedagógicos têm tratamentos completamente distintos entre as redes, em Angra dos Reis as unidades escolares têm autonomia na sua construção e execução não tendo acompanhamento sistemático da secretaria de educação;

- Mangaratiba fez orientação na construção dos PPP de maneira a dar unidade no documento, fazendo acompanhamento sistemático dos PPP e reorientando quando necessário, porém com certo aligeiramento nos aspectos direcionados à educação especial;
- Paraty não tem PPP atualizados em sua rede de ensino;
- Os Planos Municipais de Educação das três redes passam por alinhamento cobrado pelo Ministério Público, mas dentre metas e estratégias vigentes é perceptível que aquelas que dependem da atuação dos profissionais das redes foram alcançadas ou estão avançando e aquelas que dependem de investimento financeiro ou estão estagnadas ou distante de serem alcançadas.

Reforçando a pertinência desses dados, Adorno reflete que:

O motivo evidentemente é a contradição social; é que a organização social em que vivemos continua sendo heterônoma, isto é, nenhuma pessoa pode existir na sociedade atual realmente conforme suas próprias determinações; enquanto isto ocorre, a sociedade forma as pessoas mediante inúmeros canais e instâncias mediadoras, de um modo tal que tudo absorvem e aceitam nos termos desta configuração heterônoma que se desviou de si mesma em sua consciência.

Como destacamos anteriormente, a organização as redes municipais de ensino voltada para a educação especial cumprem o ritual burocrático e organizador institucional, porém nem sempre alcançam práticas emancipatórias e diferem quando:

- Angra dos Reis tem escolas especializadas para pessoas com surdez e com cegueira;
- Mangaratiba tem escola especial destinada a estudantes com deficiências que impõem limitações avaliadas como severas por sua equipe multiprofissional;
- Paraty tem parceria com uma ONG para fazer atendimento aos seus estudantes PAEE;
- Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty têm nomenclaturas e organização de trabalho completamente distintas com suas equipes gestoras das secretarias de educação.

Em suas considerações Ainscow (1995) cita o planejamento cooperativo como estratégia para participação ativa das equipes das escolas com a criação de objetivos comuns e resolução de conflitos, tendo como um dos benefícios o processo alargado de

distribuição de poder (*empowerment*). No processo de práticas educativas para a inclusão na modalidade da educação especial na Região da Costa Verde/RJ percebe-se, na sua maioria, professores protagonistas de sua prática e brilhantismo nas suas ações que contam com coordenações/direções comprometidas com suas funções no sentido de ofertar o melhor atendimento ao PAEE, dentro daquilo que lhes é possível fazer.

A descontinuidade administrativa, com interrupções nos trabalhos das coordenações, também é fator de comprovação, através dos relatos dos participantes, aparecendo algumas vezes como fator de dificuldade, senão o principal, na elaboração e execução do atendimento à educação especial, sendo inclusive, o obstáculo que impediu a participação da coordenação de educação especial do município de Itaguaí no Programa Inclusão em Redes. Aqui nos remetemos ao trecho da carta de Pacheco à Amanda²² datada de abril de 2013:

Crê, minha amiga, que a via-sacra da educação brasileira se perpetua por obra da ignorância do poder público, a mesma ignorância que enfrentaste e que atravessou todo o século XX, deixando um rastro de analfabetismo, exclusão, infelicidade. O sistema não assegura o acesso a todas as crianças em idade escolar e o sucesso a cada uma delas. Confunde educação integral com uma escola em tempo integral, que nem isso chega a ser. Busca superar crises por meio reformas setoriais, ou por via de medidas de política educativa que não ousam operar rupturas paradigmáticas. E, porque ainda padece da síndrome do vira-lata, o Brasil exilou Freire e despreza os contributos dos seus excelentes educadores, enquanto importa “novas tecnologias” do hemisfério Norte.

Contudo seguimos a esperar, de acordo com Damasceno: “é possível, pela educação, se assumir uma postura libertadora das amarras ideológicas de um sistema que nos impele continuamente para o estado de auto inculpável minoridade (DAMASCENO 2015, p.138).

4.1- Materialidade do estudo – I Seminário do Programa Inclusão em Redes

Partindo da provocação feita pela Banca na Qualificação para que não se perdesse o fôlego do trabalho que já caminhava para as etapas finais e em articulação com as redes de ensino participantes do estudo foi decidido realizar o I Seminário do Programa

²² Armanda Álvaro Alberto foi militante da Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma organização política criada em 1935 que aglutinava forças liberais e de esquerda, fazia oposição ao regime de Getúlio Vargas e se constituía numa frente antifascista. A ANL foi enquadrada na Lei de Segurança Nacional, tornada ilegal, acusada de ser uma organização golpista. Em novembro de 1935, após uma tentativa frustrada de tomada do poder por comunistas, muitos militantes da ANL foram presos, entre eles o líder da organização, Luiz Carlos Prestes, sua companheira, Olga Benário, e a própria Armanda Alberto, encarcerada em novembro de 1936.

Inclusão em Redes de maneira presencial e com a antiga e a nova direção de educação especial do município de Mangaratiba, já que nos municípios de Angra dos Reis e Paraty as coordenações não haviam sido alteradas.

Tendo por objetivo fortalecer a relação entre os sistemas de ensino, entre eles e a universidade e estimular o conhecimento e o debate sobre as contribuições que a pesquisa trouxe e que ainda pode trazer ao trabalho com educação especial no território da Costa Verde/RJ, sistematizamos o Seminário com reflexões referenciadas especialmente na Teoria Crítica da Sociedade. Pacheco (2014) com suas palavras nos impulsiona a prosseguir:

Mas uma janela de esperança se abre sobre uma desoladora paisagem. Num cenário de mudança, novas construções sociais emergem de um sistema educativo doente, outra educação se mostra possível. E as comunidades de aprendizagem surgem, não como enfeite de tese, ou paliativo para a precária situação, mas como uma das possíveis alternativas à escola que ainda temos. (2014, p. 25)

Figura 21- Convite para o I Seminário do Programa Inclusão em Redes

**I SEMINÁRIO DO PROGRAMA
"INCLUSÃO EM REDES"**

**08 DE ABRIL
9:00 HORAS
AUDITÓRIO
MARIELLE FRANCO
IE - UFRRJ**

**Programa
Inclusão em Redes**
Políticas de Educação Especial, Formação
Humana e Afirmação da Diversidade

UFRRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO

LEPEDI

E assim como uma janela que se abre o I Seminário do Programa |Inclusão em Redes aconteceu no dia 28 de abril de 2022, na Sala Marielle Franco do Instituto de Educação da UFRRJ/Seropédica, das 9 h às 17 h e contou com a presença da Profa. A Dra. Ana Cristina dos Santos – Diretora do Instituto de Educação da Universidade Federal

Rural do Rio de Janeiro (IE/UFRRJ), do Prof. O Dr. Allan Rocha Damasceno, das participantes desse estudo e de outros integrantes das equipes de educação especial das secretarias municipais de educação.²³

Na Pauta:

Quadro 2- Quadro de Atividades do I Seminário do Programa Inclusão em Redes

| HORÁRIO | ATIVIDADE |
|---------|---|
| 9:00 h | Abertura do evento pela Diretora do Instituto de Educação, Prof ^a . Dr ^a . Ana Cristina dos Santos |
| 9:20 h | Apresentação do LEPEDI pelo Prof. Dr. Allan Damasceno |
| 10:00 h | <i>Coffee break</i> |
| 10:20 h | Apresentação dos resultados do Programa nos anos de 2020 e 2021 – Prof ^a . Ms ^{da} . Alessandra Andrade |
| 12:00 h | Almoço |
| 13:30 h | Construções colaborativas: pensando e articulando um plano de ação inclusivo intermunicipal da modalidade Educação Especial |
| 15:30 h | <i>Coffee break</i> |
| 17:00 h | Compartilhando os registros da construção no “estado da arte” |

Importante registrar que mais uma vez houve o convite, sem sucesso, para que a coordenação de educação especial do município de Itaguaí participasse. Desta vez, não houve justificativa de cunho político, duas das coordenadoras de educação especial do município foram convidadas, uma não respondeu ao convite e a outra justificou que, por motivos particulares, não poderia comparecer. Nesse aspecto recorreremos a Gramsci “Vivo, tomo partido, por isso odeio quem não o faz. Odeio os indiferentes (GRAMSCI, 2020, p. 33).”

A abertura do evento foi feita pela Diretora do Instituto de Educação, a Prof^a. Dr^a. Ana Cristina dos Santos reforçou a disponibilidade da direção do IE em acolher os profissionais dos sistemas municipais de ensino, da importância da aproximação com a

²³ Lista de presença em anexo

universidade e do trabalho desenvolvido através dos cursos que o IE oferta e reforçou a importância da atuação do LEPEDI no IE.

Na sequência o Prof. Dr. Allan Damasceno apresentou o LEPEDI e várias frentes de trabalho em que o laboratório atua; explicou as perspectivas que norteiam as ações que são ensino, pesquisa e extensão. Apresentou, através do site do LEPEDI, seus núcleos:

1. Núcleo I – Núcleo de Estudos Sobre Pessoas/Grupos em Situação de Vulnerabilidade Social, Inclusão, Educação & Teatro/Cultura. Coordenado pela Profa. A Dra. Ana Maria Pereira Esteves.
2. Núcleo II – Núcleo Sobre Demandas Específicas de Aprendizagem, Inclusão & Educação. Coordenado pelo próprio Prof. O Dr. Allan Rocha Damasceno.
3. Núcleo III – Núcleo de Estudos sobre Gênero, Diversidade Sexual, Inclusão & Educação. Coordenado pelo Prof. O Dr. Aureliano Lopes.

Explicou ainda que, hoje existem em funcionamento no Laboratório quatro (4) comissões, assim divididas:

- Comissão de Produção Acadêmica;
- Comissão de Extensão;
- Comissão de Articulação Política;
- Comissão de Divulgação/Mídias.

Disse que as comissões são coordenadas por Pesquisadores (Coordenadores de Comissão), e que priorizam o trabalho colaborativo para gerir melhor e de forma democrática as demandas que se chegam para o grupo. Demonstrou com organograma os pesquisadores que coordenam os núcleos e os pesquisadores que coordenam as comissões.

O professor falou sobre a formação acadêmica de cada coordenador do LEPEDI. Falou dos cursos de extensão ofertados em Parcerias entre o LEPEDI e outras Instituições e citou, por exemplo, o PULSAR que é um curso que tem professores no Brasil e fora do Brasil, e que já foram muitos os formados pelo curso que conta com profissionais das diversas áreas de educação, esporte, cultura e lazer e que é fruto da Tese de Doutorado da Pesquisadora e Coordenadora do Núcleo II a Profa. A Dra. Carina Alves.

Discorreu sobre as pesquisas em curso no laboratório e relatou que hoje a abrangência do laboratório é muito ampla com pesquisadores em diversas partes do Brasil

e exterior, como Portugal, Alemanha, e estudos no Nordeste, no Espírito Santo, Amapá, Goiás, Pará. Para Pacheco:

Aprender em comunidade requer a adoção de princípios transformadores. É a cultura pessoal e profissional do educador que está em causa. Ter-se-á de entender que a teoria não antecede a prática e que é a dificuldade sentida na prática que justifica a busca de teoria, com vista a uma práxis coerente. (PACHECO, 2014, p. 42)

O Prof. Dr. Damasceno continuou sua fala afirmando que o trabalho não é feito somente com as pessoas com deficiência.

Demonstrou como o site do LEPEDI é acessível e abriu todas as abas explicando suas funcionalidades como publicações, cursos, quem somos, parceiros, legislação e passa um vídeo institucional que apresentou de forma muito didática e apaixonada o LEPEDI. Em sua apresentação o Prof. Damasceno demonstrou em cada palavra, cada gesto e olhar a sua militância pela inclusão e respeito à diversidade, sua luta em prol de sujeitos emancipados. “Autonomia é um ato relacional e contribuir para a autonomia do outro é um ato de amor.” (PACHECO, 2014, p. 99)

Algumas dúvidas sobre o curso de mestrado e o processo seletivo foram sanadas pelo Prof. Dr. Allan, pois é de interesse de alguns dos participantes ingressarem nos estudos de Pós-graduação do PPGEDUC. Explicou que o grupo de pesquisadores optou por manter as reuniões no formato virtual e que quando necessário, como no caso do próprio seminário, aí seriam realizadas atividades presenciais.

O professor abordou diversos temas como o aumento nos diagnósticos de autismo, sobre o trabalho desenvolvido pelo Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP) do qual participou, e a impossibilidade de formar especialistas generalistas. Enfatizou a importância da organização do laboratório em comissões para o bom desenvolvimento das pesquisas e falou das parcerias estabelecidas pelo laboratório que viabilizam inúmeros trabalhos.

Lembrou que o LEPEDI tem um calendário de reuniões que está disponível para acessar e que tem reuniões que são abertas à participação de qualquer pessoa interessada e que editais para participação nos cursos de extensão também ficam disponíveis no site. Trazemos mais uma vez Pacheco que nos reforça a importância do diálogo:

A produção acadêmica, que toma por objeto a comunidade de aprendizagem, consagra o princípio do diálogo igualitário. Mas de que modo o diálogo igualitário – princípio que estabelece que, nos espaços de tomadas de decisão, a comunicação deve se basear na força dos argumentos, e não em posições de

poder que cada pessoa ocupa poderá ser conciliado com a manutenção de uma gestão de escola hierárquica? (PACHECO, 2014, p. 34)

Após a apresentação do Prof. Dr. Allan Damasceno, foi a vez da pesquisadora Profa. Alessandra Andrade Cardoso fazer a apresentação do Programa Inclusão em Redes que busca evitar uma hierarquização em defesa do diálogo na horizontalidade. A Profa. Alessandra disse que seu projeto de pesquisa que cria o Programa Inclusão em Redes foi pensado para um momento de normalidade com atividades presenciais e teve que ser reelaborado, por força da pandemia do coronavírus, para ser feito de maneira virtual. Afirmou que não foi fácil e disse que sem o comprometimento e assiduidade das participantes, não seria possível a realização do estudo.

Discorreu sobre a formulação da situação-problema; os objetivos da pesquisa, as questões de estudo que buscam responder a partir dos webinários e seminário, falou sobre a escolha dos municípios participantes que se deu por causa de sua atuação profissional no município de Mangaratiba. Situou os participantes de como está dividido o estudo e fala sobre seus capítulos, dando ciência aos participantes dos procedimentos e coleta de dados, dividindo algumas reflexões iniciais sobre os resultados. Aqui, com muito cuidado com as análises, recorreremos a Adorno quando reflete:

Por outro lado, o momento histórico: a experiência dialética no sentido de "tornar-se experiente", isto é, aprender pela via mediada da elaboração do processo formativo, assumindo-se a relevância tanto dos resultados quanto do próprio processo. (ADORNO, 1995, p. 23)

Os participantes puderam interagir durante a apresentação e houve um momento favorável para reflexão conjunta dos pontos levantados pelo Programa Inclusão em Redes. Nesse momento de troca, os dados numéricos das redes foram atualizados sobre números de escolas, de estudantes e de estudantes matriculados na educação especial.

Tabela 4- Números atualizados pelas Coordenações/Direção de Educação Especial em abril de 2022.

| Município | Quantitativo de escolas | Total de estudantes | Número de estudantes com deficiência matriculados |
|------------------|--------------------------------|----------------------------|--|
| Angra dos Reis | 85 | 23000 | 751 |
| Mangaratiba | 41 | 8000 | 228 |
| Paraty | 35 | 7000 | 165 |

Fonte: Dados da Pesquisa²⁴

Angra dos Reis foi o município que se destacou com o crescimento de dez unidades escolares a mais em dois anos (pandêmicos) e aumento significativo no total de estudantes matriculados. Mangaratiba e Paraty tiveram a ampliação de uma unidade de ensino. Mangaratiba com pouca variação do total de estudantes e Paraty com um aumento considerável.

Refletiu-se sobre o aumento de estudantes na rede pública de ensino por estudantes oriundos da rede privada e, no caso de Paraty, uma migração de população para a região.

Houve muitas reflexões sobre a importância do momento de troca que estava sendo proporcionado, a Superintendente de Projetos de Mangaratiba, o Diretor atual da DEED, bem como a grande equipe de Angra dos Reis (que compareceu com sete pessoas) e a Fonoaudióloga de Paraty que participavam pela primeira vez no Programa foram unânimes em afirmar que o momento estava sendo um potente meio de fomento às políticas públicas de educação especial para a região da Costa Verde. Corroborando:

De nada vale acreditar que se sabe algo, se o saber não for partilhado, se não houver atribuição de sentido pelo outro. E uma escola não é um prédio, é relação humana. Se não existir diálogo, vínculo amoroso entre aprendizes, a aprendizagem dificilmente acontece. (PACHECO, 2014, p. 79)

A coordenadora de Paraty revelou que houve avanço com concurso para agente de apoio, porém ponderou dizendo que foram cometidos alguns equívocos no edital que acabaram por trazer problemas nesse atendimento. Discutiu-se sobre o trabalho do apoio, do agente, do mediador, enfim de como cada sistema de ensino trata esse profissional e

²⁴ Números aproximados e fornecidos pelos/as participantes durante o Seminário.

da importância de haver troca entre os setores de educação especial dos municípios a fim de que os mesmos equívocos não sejam reproduzidos. Mangaratiba ainda não realizou concurso para apoio educacional, mas o Diretor da DEED sinalizou que já foi encaminhada mensagem do executivo à Câmara Legislativa solicitando autorização para a realização.

Os presentes revelaram que os setores de educação especial das secretarias de educação não são consultados para a elaboração dos editais, o que dificulta um bom desempenho dos profissionais após assumirem efetivamente os cargos, solicitando na sequência, desvio da função. Mais uma vez recorremos a Pacheco para refletir sobre as políticas de algumas secretarias de educação:

A tragédia educacional brasileira decorre de uma política pública desastrosa. Do Oiapoque ao Chuí, secretarias de Educação delapidam recursos no lançamento de programas, reformas e quejandos, belos nacos de prosa legitimados por teóricos cujas práticas são a negação das teorias a que recorrem. (PACHECO, 2014, p. 79)

Na sequência foram abordados diversos assuntos comuns aos municípios e concordou-se com a necessidade da continuidade do Programa Inclusão em Redes para fortalecer e endossar as ações construídas colaborativamente com as equipes de educação especial da Região da Costa Verde, numa demonstração clara de que o objetivo do Programa, de aproximar as coordenações de educação especial dos municípios da Costa Verde/RJ, havia se cumprido. Nas reflexões de Pacheco destaca-se:

E não será apenas necessária uma reflexão sobre a escola, mas sobre a vida. Seres incompletos que somos, estaremos, inevitável e permanentemente, em projeto. Se o professor não se regenera, se não se interroga, se não encontra motivo para um projeto de transformação pessoal, se não pesquisa, o aluno não aprenderá a construir projetos mediados pelo professor, não aprenderá a planejar-se, não aprenderá a elaborar roteiros de pesquisa, não saberá pesquisar. (PACHECO, 2014, p. 78-79)

Esse momento foi encerrado enfatizando-se a importância do fortalecimento do diálogo entre os profissionais das equipes para que a descontinuidade administrativa que aparece fortemente como fator de dificuldade ao atendimento dos estudantes da educação especial, pois há um consenso de que sempre ou quase sempre algum integrante da equipe permanece, apesar das trocas dos gestores o que pode ser indicativo de que haja boa possibilidade de continuidade nas ações colaborativas.

4.1.1. Construções colaborativas: pensando e articulando um plano de ação inclusivo intermunicipal da modalidade Educação Especial

Para o 2º momento do I Seminário do Programa Inclusão em Redes foi elaborado um Documento Base para o Plano de Ação Intermunicipal de Educação Especial da Região da Costa Verde ²⁵ com estratégias constantes nos Planos Municipais de Educação dos sistemas de ensino que poderiam ser articuladas em ações conjuntas, foi uma a uma debatida e os participantes puderam acrescentar, suprimir, alterar as proposições de ações.

Figura 22- Capa do Documento Base



Fonte: Dados da Pesquisa

²⁵ Documento Base para o Plano de Ação Intermunicipal de Educação Especial da Região da Costa Verde que consta nos Anexos.

Consideramos ser esse o momento mais importante e o resultado do Programa Inclusão em Redes, quando efetivamente as coordenações de educação especial dos três municípios construíram colaborativamente as ações que consideraram serem as mais importantes e as viáveis para serem executadas com a rede criada pelo Programa sendo fruto da pesquisa-intervenção da universidade que, em cooperação técnica com os sistemas de ensino, consegue fazer intervenção para a melhoria no atendimento educacional da educação especial. Na perspectiva de que esse é o ponto alto do estudo lembramos Pacheco:

Mas há esperança, meu amigo! Vemos surgir projetos concebidos por educadores que não se consideram funcionários de uma prefeitura e assumem ser cocriadores de comunidades. E que não querem ser “tias”, para que a função de guardar crianças não provoque a dissolução de relações familiares e sociais. (2014, p. 80)

Foi uma tarde de muito debate e reflexão que se traduziu na construção coletiva do Plano de Ação Intermunicipal de Educação Especial da Região da Costa Verde²⁶, mais que trocas de experiências, que reflexões, o grupo partiu para a ação que acarretará desdobramentos. A partir do I Seminário ficou estabelecido que o Programa Inclusão em Redes continua com calendário preestabelecido e bimestralmente, com alternância entre encontros virtuais e presenciais além dos locais onde serão realizados. Esse resultado, é importante registrar, vai muito além do que inicialmente se pensou sobre a criação do Programa Inclusão em Redes, é sobre sonhar e tornar realizável. De acordo Pacheco “Não entendem que os projetos emergem de sonhos, desejos, necessidades e que deverão ser as comunidades as protagonistas de projetos de desenvolvimento humano sustentável?” (PACHECO, 2014, p. 89)

Acordou-se finalmente que cada encontro presencial seria em um município ou na UFRRJ e com divisão nos custos com lanches e quaisquer outros materiais que se façam necessários. O LEPEDI, através de seu coordenador Prof. Dr. Allan Damasceno e a Pesquisadora Profa. Alessandra Andrade Cardoso, continua na mediação e articulação do Programa.

4.1.2. Compartilhando os registros da construção no “estado da arte”

O último momento do I Seminário do Programa Inclusão em Redes foi o de leitura do Plano de Ação Intermunicipal de Educação Especial da Região da Costa Verde que

²⁶ O documento consta nos Anexos.

foi finalizado com Lista de Instituições e Colaboradores participantes, Apresentação e Quadro de Meta, estratégias e ações colaborativas. Ao total foram 15 (quinze) estratégias das quais 13 (treze) foram extraídas dos Planos Municipais de Educação e 2 (duas) construídas pelo Programa e 19 (dezenove) ações colaborativas para buscar o alcance da Meta 4 do PNE e dos PME, que diz:

Meta: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (Meta 4 PNE, 2014)

A Estratégia 14 do Plano de Ação Intermunicipal de Educação Especial da Região da Costa Verde versa sobre promover reuniões periódicas entre os representantes gestores da educação especial das redes de ensino da Região da Costa Verde/RJ, cuja ação é manter reuniões a cada dois meses, de forma alternada entre virtual e presencial, para fortalecer os gestores em suas ações de maneira a qualificar o atendimento à modalidade da educação especial na região.

E a estratégia 15 é realizar o Fórum Intermunicipal de Educação Especial da Costa Verde/RJ cuja ação conjunta é facilitar a articulação, de forma descentralizada e em redes com desdobramentos em ações concretas para a consolidação da inclusão em educação na região da Costa Verde/RJ.

O documento foi aprovado por unanimidade pelos profissionais da educação especial representantes das Secretarias Municipais de Educação dos municípios da Costa Verde/RJ e o I Seminário do Programa Inclusão em Redes encerrou-se aproximadamente às 16 horas e 30 minutos cumprindo seu objetivo de concretizar a formação dessa rede de apoio entre as coordenações de educação especial, configurando-se como última agenda do Programa Inclusão em Redes como pesquisa de mestrado. O documento é revelador do caminho percorrido e do muito que há de se percorrer para alcançar o ideal de educação especial pensado para a região sem perder de vista que, segundo Adorno (1995), refere-se à uma educação que se volta para a emancipação é o mesmo que uma educação para a experiência.

“Que é mesmo a minha neutralidade senão a maneira cômoda, talvez, mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça? Lavar as mãos em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele”.
Paulo Freire

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apoiando-nos no pensamento de Paulo Freire na epígrafe afirmamos que temos a consciência de que todo o caminho percorrido durante o estudo apresentado não foi neutro, o percurso está permeado das vivências educacionais da pesquisadora. Está cheio das suas percepções acerca da educação, vale destacar que foram ressignificadas no processo formativo na construção desse estudo. Todavia a ética esteve presente desde o início porque nos responsabilizamos ao mergulharmos na pesquisa-intervenção. Não somos neutros e reafirmamos o pensamento de Adorno sobre a necessidade de desbarbarização da sociedade. Sobre a barbárie Adorno relata que:

Suspeito que a barbárie existe em toda parte em que há uma regressão à violência física primitiva, sem que haja uma vinculação transparente com objetivos racionais na sociedade, onde exista, portanto, a identificação com a erupção da violência física. Por outro lado, em circunstâncias em que a violência conduz inclusive a situações bem constrangedoras em contextos transparentes para a geração de condições humanas mais dignas, a violência não pode sem mais nem menos ser condenada como barbárie. (2012, p.159)

À luz do pensamento de Adorno esse estudo problematiza as políticas públicas educacionais voltadas para a educação especial de três redes de ensino e consideramos seus Planos Municipais de Educação, seus Projetos Políticos Pedagógicos e suas normativas, documentos, como dito anteriormente, reveladores dos caminhos para onde querem levar a educação especial, possibilitando refletir criticamente sobre as concepções que cada rede tem e respeitado o contexto político de cada uma.

Após as narrativas descritas acima, e considerando a urgência de uma sociedade sem exclusão, nossas considerações não podem estar desvinculadas das condições sociais e históricas.

Vilaronga (2014) afirma que:

Apesar de mencionada em diferentes documentos oficiais a importância da construção de uma cultura colaborativa entre os profissionais envolvidos, um dos entraves para a efetivação da política de inclusão escolar tem sido o baixo

investimento em contratação de profissionais especializados, professores especializados e/ou equipes multidisciplinares para apoio na sala comum.

Nossa pesquisa acontece num período pandêmico que, para a nossa geração, é sem precedentes, foi integralmente impactada pelas condições sanitárias impostas pela pandemia, mas não só por elas. Fomos desafiados inúmeras vezes a replanejar, inovar e criar meios de cooperação. Os desafios citados por Vilaronga acima se tornaram ainda maiores. A política de inclusão escolar sofreu ataques durante esse período, momento difícil para mobilização de movimentos de resistência, mas seguimos firmes na luta pela inclusão. Sobre o contexto histórico em que se apresenta o estudo fizemos recorte de ilustração feita por Cardoso *et al.*:

Tais ações não apresentaram consenso, em um cenário devastador no sistema de saúde brasileiro (público e privado), os maiores problemas pareciam partir do governo federal, que não assumiu sua responsabilidade e abriu espaços para disputas internas pautadas, em sua maioria, por divergências políticas, instaurando um clima de insegurança e muitas incertezas. Durante o período pandêmico, foram trocados ministros de Saúde e Educação diversas vezes: três ministros da Educação e um ministro interino e quatro ministros da Saúde. (2021, p. 1590)

Findando esse trabalho contamos que no atual governo brasileiro, considerando o Ministro que assumiu interinamente, já contamos seis os ministros que responderam pela educação, exemplificando a descontinuidade administrativa citada em todo o registro do estudo, nesse caso, em esfera federal.

Reconhecendo serem considerações parciais e provisórias porque seria de muita audácia darmos conta de, em uma pesquisa, definirmos com exatidão as políticas de educação especial das redes de ensino, mas convictos de que o estudo pode contribuir sobremaneira para que as redes tenham novas possibilidades de superação dos seus desafios e que o regime de cooperação pode auxiliar nesse processo. Nas palavras de Pacheco:

O país do futuro submete-se a uma modernização tardia, numa sociedade da informação caracterizada pela solidão e pelo individualismo. As escolas enfeitam-se de novas tecnologias, sem que seja afetado o modelo de ensino obsoleto. (Pacheco, 2014, p. 84)

Nos resignificando para combater à solidão e individualismo de que nos fala Pacheco, e de acordo com nossas análises com vistas a responder às questões de estudo, nos é possível afirmar que:

1. Do ponto de vista da organização dos sistemas de ensino, Angra dos Reis e Mangaratiba estão bem-organizadas, embora sintam a necessidade de mais

integrantes na equipe, mas percebemos que em Paraty há a necessidade de melhor definição de equipes e de suas funções, bem como, precisam, com certa urgência, de maior número de integrantes na equipe que é responsável pela educação especial;

2. No que diz respeito ao trabalho colaborativo entre as redes, percebemos ações isoladas de colaboração entre Angra dos Reis e Paraty e Angra dos Reis e Mangaratiba, talvez pela localização de Angra dos Reis entre Mangaratiba e Paraty. Todavia, não existia de forma estruturada, até a concretização do Programa Inclusão em Redes, um trabalho de colaboração entre os municípios em busca de soluções ou para fazer avançar a educação especial, embora Angra dos Reis seja referência na região para inclusive, emprestar recursos pedagógicos e/ou orientar no trabalho com estudantes com deficiência visual;
3. Os Projetos Políticos Pedagógicos em consonância com a reflexão e entendimento dos participantes precisam ganhar protagonismo nas escolas e indicar ações para a educação especial, pois mesmo onde o documento existe, nem sempre contempla de maneira satisfatória a educação especial;
4. Sobre as práticas educativas para a inclusão na modalidade da educação especial na Região da Costa Verde, podemos afirmar que, de acordo com tudo o que foi apresentado pelas coordenações/direção da educação especial, o professor toma grande parte da responsabilidade da escolarização do estudante PAEE para si, necessitando urgentemente de investimento para concursos públicos que prevejam vagas destinadas a contratação de profissionais especializados e em quantidade que contemple a legislação da educação especial;
5. A atuação institucional nas diferentes secretarias de educação respeita as peculiaridades de cada rede de ensino, tendo organização e nomenclaturas diferentes, o que nos chama atenção é a forma de trabalho das equipes que consideramos serem o que mais difere nos sistemas de ensino, em Angra dos Reis, por exemplo, existem os centros especializados para os surdos e para os cegos e uma equipe multiprofissional que trabalha de forma sistematizada incluindo formação para os profissionais, ao passo que em Mangaratiba essa equipe multiprofissional tem trocas de profissionais e perdas de integrantes constantemente deixando lacunas no direcionamento do trabalho e em Paraty, do

ponto de vista operacional, não é viável um efetivo trabalho quando não se tem a equipe multiprofissional com todos os especialistas necessários ao desenvolvimento do trabalho;

6. Não apareceu nos relatos das equipes gestoras da educação especial dos municípios evidências da existência de espaços colegiados sistematizados e que sejam voltados à promoção de estudos e debates sobre as Políticas Públicas de Educação Especial e práticas voltadas para a inclusão, porém não quer dizer que não aconteçam, pois nos momentos de formação continuada são oportunizados aos professores o debate e durante o monitoramento e avaliação dos PME;
7. Para a formação em serviço o município de Angra dos Reis contempla em seu calendário anual dois blocos de formação continuada que integram um Programa de formação para os professores da rede e acontece em parceria com universidades, em Mangaratiba e Paraty não existem Programas específicos de formação em serviço, mas acontecem periodicamente de acordo com a necessidade dos profissionais e recursos disponíveis para este fim.

É possível ainda concluir que no que se refere às políticas das redes municipais direcionadas ao atendimento de estudantes PAEE seguem ou estão alinhadas às de âmbito federal e que a formação dos profissionais que atuam na modalidade está compreendida entre o ensino fundamental e a pós-graduação. Naquilo que tange a formação podemos considerar Pacheco que afirma que: “A educação parou no tempo. De tal modo que, na atualidade, já é preciso ir mais além. Urge rever os conceitos de espaço e tempo de aprendizagem.” (Pacheco, 2014, p. 69)

Sobre a instituição de uma rede de estudos, pesquisas, trocas de experiências e realização de ações colaborativas o primeiro passo foi dado através do Programa Inclusão em Redes que se estabeleceu como ponte onde conseguimos comprovar a viabilidade, a necessidade e os ganhos que o trabalho colaborativo pode oferecer, sendo endossado pela construção do Plano de Ação Intermunicipal de Educação Especial da Região da Costa Verde.

No tocante a análise das normativas que regulamentam o atendimento à educação especial na Região da Costa Verde, dentre as redes de ensino pesquisadas, a de Angra dos Reis é a que possui várias normativas municipais. Mangaratiba elaborou poucas. Paraty, se as têm em âmbito municipal, não foram apresentadas. Nesse sentido, percebemos a

necessidade de elaboração de normativas municipais específicas para a educação especial.

Sobre a caracterização das redes no que tange a educação especial o estudo se mostrou muito eficiente, pois as coordenações têm clareza na apresentação dos dados levantados, mesmo porque, o maior percentual de alunos matriculados na educação especial, foi em Angra dos Reis e totalizou 3,09% das matrículas do município.

A expectativa com esse estudo é fomentar o debate sobre a democratização do ensino através do trabalho colaborativo entre as redes participantes, que pode contribuir efetivamente para uma sociedade melhor, mais inclusiva, livre de amarras e preconceitos. Nesta perspectiva, Damasceno (2010, p.231) esclarece que:

[...] a educação não deveria se voltar unicamente para a adaptação ao existente na escola ou outras dimensões sociais. Mas, que para além da adaptação, entendida como necessária, se volte também para a superação da segregação historicamente imposta aos estudantes com necessidades especiais.

Sobre o Programa Inclusão em Redes é importante esclarecer que ele não se acaba com a dissertação. Temos calendário²⁷ de reuniões para todo o ano de 2022, o grupo de WhatsApp continua ativo e com os atuais gestores de educação especial de Mangaratiba o que nos deixa com possibilidades reais de dar continuidade em outro estudo.

Que todas as percepções registradas aqui sejam entendidas como possibilidades de contribuição acadêmica e de reflexão para as redes municipais, sendo apenas um meio para o alcance de diálogos, reflexões e debates na busca incessante de encontrarmos formas de resistência e de desbarbarização da sociedade.

²⁷ Calendário de reuniões em anexo

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro, 3ª edição, Editora: Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, Theodor W, HORKHEIMER, Max. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Paz e Terra: São Paulo, 2006.
- AINSCOW, M. **“Education For All: Making it happen”**. Congresso Internacional de Educação Especial. Abril de 1995. Birmingham -Inglaterra.. 1995.
- AINSCOW, M. **Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada?** In: FÁVERO, O. *et al.* (Org.). Tornar a educação inclusiva. Brasília: UNESCO, 2009.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J. (2006). **Usos e abusos do estudo de caso**. *Cadernos de Pesquisa*, 36 (129), 637-651.
- ANDRADE, Patrícia Ferreira de. **Políticas públicas de educação inclusiva: organização político pedagógica na (re) orientação da modalidade Educação Especial no Município de Itaguaí/RJ**. 2016. 178 p. dissertação (mestrado em educação) Instituto de Educação e Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Seropédica, RJ. 2016.
- BOLETIM DE NOTÍCIAS CONJUR. 2021. **STF referenda suspensão de decreto sobre política de educação especial do governo**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-dez-20/stf-referenda-suspensao-politica-educacao-especial-governo>> Acesso em: 16 de abril de 2021.
- BRASIL. Conviva Educação. Portal MEC. **Plataforma Virtual apoiará novos dirigentes**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/conviva-educacao#:~:text=A%20plataforma%20une%2C%20pela%20primeira,sucedidas%20e%20compartilhamento%20de%20experi%C3%Aancias>>. Acesso em: 14 de março de 2021.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. MEC; SEEP; 2008.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- _____. PNE em movimento. **Base Legal**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/17-cooperacao-federativa?start=4>> Acesso em: 13 de abril de 2021.
- BUENO, J. G. S. **A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular**. Temas sobre desenvolvimento, vol.9, n.8. São Paulo, 2001, Pp. 21-27.
- Cabral, Rosangela Costa Soares. **Processo De Inclusão Do Público-Alvo Da Educação Especial Na Educação De Jovens E Adultos (EJA) Em Belford Roxo/Rj: Desafios**

Político-Pedagógicos. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

CABRAL, R.C.S; DAMASCENO, A. R.; LOUREIRO, C.R.M.J; MOREIRA, J.R; AZEVEDO, S.M.L. **Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Educação Especial: reflexões críticas sobre o processo de inclusão na contemporaneidade.** Revista Mosaico, v.11, n.1, p. 39-46, 2020.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Carta à Sociedade Brasileira | Decreto Nº 10.502/2020 que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.** Disponível em: <<https://campanha.org.br/noticias/2020/10/02/carta-a-sociedade-brasileira-decreto-n-105022020-que-institui-a-politica-nacional-de-educacao-especial-equitativa-inclusiva-e-com-aprendizado-ao-longo-da-vida/>> Acesso em: 16 de abril de 2021.

CARDOSO, A. A.; TAVEIRA, G. D. M.; STRIBEL, G. P. **EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DE PANDEMIA: reflexões sobre políticas educacionais.** Teias (Rio de Janeiro), v.22, p.510 - 518, 2021.

CARDOSO, A. A.; TAVEIRA, G. D. M; RODRIGUES, A.; STRIBEL, G. P. **A Educação Brasileira em Quarentena: reflexões curriculares sobre políticas pandêmicas.** Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 1582-1603, out./dez. 2021 e-ISSN: 1809-3876 Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo – PUC-SP <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>

CARDOSO, A. A.; TAVEIRA, G. D. M.; DAMASCENO, A. R. **PROGRAMA INCLUSÃO EM REDES: política de educação especial, formação humana e afirmação da diversidade.** In: Souza, A. C. A.; Pereira, M. A. de M.; Damasceno, A. R. Caminhos Possíveis para Incluir: Diversidade e Inclusão. Curitiba. Casa Editorial, 2021, p.201-218.

COSTA, Valdelúcia Alves da. **A formação na perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade: As experiências dos trabalhadores deficientes visuais do Serviço Federal de Processamento de Dados.** Tese de Doutorado, Programa de Educação: História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2001.

COSTA, V. A. Formação e Teoria Crítica da Escola de Frankfurt: trabalho, educação, indivíduo com deficiência. Niterói, RJ: EDUFF, 2005.

_____; DAMASCENO, A. R. **Políticas públicas de educação em inclusão: sociedade, cultura e formação.** PAULA, Lucília Lino de; MARQUES, Valéria (Orgs.). Educação profissional e inclusiva: desafios e perspectivas, Seropédica, RJ: EDUR, 2012.

COSTA VERDE (BRASIL). In: **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre.** Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Costa_Verde_\(Brasil\)&oldid=60521070](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Costa_Verde_(Brasil)&oldid=60521070)>. Acesso em: 21 mar. 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A gestão democrática na escola e o direito à educação.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico Científico editado pela ANPAE, v. 23, n. 3, 2007.

DAMASCENO, A. R. **A formação dos professores e os desafios para a educação inclusiva: as experiências da escola Municipal Leônidas Sobrino Pôrto**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2006.

_____. **Educação Inclusiva e Organização da Escola: Projeto Pedagógico na Perspectiva da Teoria Crítica**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da FE/UFF, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação, 2010.

_____. **Educação Inclusiva e a Organização da escola: perspectivas críticas e desafios políticos do projeto pedagógico**. Rio de Janeiro: Abrace um Aluno Escritor: CAPES, 2015.

DAMASCENO, A. R; CRUZ, Isabela Damasceno. **INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM PERSPECTIVA: entre velhos dilemas e desafios contemporâneos**. Revista de Estudos em Educação e Diversidade. v. 2, n. 3, p.71-88. jan./mar. 2021. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/reedISSN:2675-6889>

DAYRELL, Juvenal. **A Escola “Faz” As Juventudes? Reflexões em Torno da Socialização Juvenil**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 de maio de 2022.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Educação Especial na perspectiva inclusiva: determinantes econômicos e políticos**. *Comunicações*, v. 23, n. 3, p. 7-26, 2016.

GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José Eustáquio (orgs.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 33-41.

GASPARELLO, V. M. **A Pedagogia Da Democracia De Paulo Freire**. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/4357/FPF_PTPF_01_0969.pdf?sequence=2&isAllowed=y Acesso em: 20 de abr. de 2022>

GRAMSCI. **A Odeio os indiferentes**, escritos de 1917, tradução Daniela Mussi, Alvaro Biachi. 1ª ed. São Paulo, Boi tempo, 2020.

HORKHEIMER, M. **Teoria Tradicional e Crítica. Filosofia e Teoria Crítica**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

KITZINGER, KITZINGER, J. Focus groups with users and providers of health care. In: POPE, C.; MAYS, N. (Org.). *Qualitative research in health care*. 2. ed. London: BMJ Books, 2000.

LAPEADE. UFRJ/Fac. Educação. **Perspectiva Omnilética**. Disponível em: <https://www.lapeadeufrj.rio.br/p%C3%A1gina-inicial/perspectiva-omnil%C3%A9tica> >. Acesso em: 21 mar. de 2021.

LOUREIRO, C. R. M. J. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA & GESTÃO DEMOCRÁTICA: desafios à escolarização do público-alvo da Educação**

Especial na Escola Municipal Anton Dworsak/Duque de Caxias – Rj- Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O direito à diferença na igualdade dos direitos – questões sobre a inclusão escolar de pessoas com deficiências.** UNICAMP. SP.2003

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista Brasileira de Educação. v. 11 n. 33 set./dez. 2006. p.387-405

MENDES, Enicéia Gonçalves. Sobre alunos “incluídos” ou “da inclusão”: reflexões sobre o conceito de inclusão escolar. **Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas**, p. 60-83, 2017.

MOVIMENTO COLABORA EDUCAÇÃO. 2021. **NOVAS GESTÕES MUNICIPAIS O que é preciso saber para implementar o Regime de Colaboração.** Disponível em: <http://movimentocolabora.org.br/website/wp-content/uploads/2021/02/Movimento-Colabora_Novas-Gestoes-e-Regime-de-Colaboracao_.pdf > Acesso em: 09 de abril de 2021.

PACHECO, José. **Aprender em comunidade.** 1ª. ed. São Paulo: Edições SM, 2014.

PALAZÓN, Maria Rosa Mayoral. **A filosofia da práxis segundo Adolfo Sánchez Vásquez.** In: A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Atilio A Boron; Javier Amadeo e Sabrina Ginzález. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais. Clasco, 2006.

PANGANELLI, R. **Flexibilizações vs. adaptações curriculares: como incluir alunos com deficiência intelectual.** Instituto Rodrigo Mendes e Diversa, abr./2017. <<https://diversa.org.br/artigos/flexibilizacoes-adaptacoes-curriculares-como-incluir-alunos-deficiencia-intelectual/>>

PANTALEÃO, E., Sobrinho, R. C., & Gomes, N. R. do N. (2017). **A Pesquisa-Ação Colaborativo-Crítica Como Perspectiva Teórico-Metodológica: Produção de Conhecimento e Formação-Autoformação em Contexto.** *Reflexão E Ação*, 25(3), 131-146. <https://doi.org/10.17058/rea.v25i3.9723>

PEREIRA, A. S., & DAMASCENO, A. R. (2017). **Pedagogia: para quê? Desafios contemporâneos à formação para afirmação da diversidade humana.** *Educação*, 40(1), 31-40. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2017.1.24299> <Acesso em: 18 de maio de 2022>

PEREIRA, M. A. de M. **Inclusão de estudantes com necessidades especiais no Colégio Técnico da Universidade Rural (CTUR) – as fronteiras do instituído e do instituinte.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. **Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises.** *Artigos • Psicol. cienc. prof.* 23 (4) • dez/2003. <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000400010>>

SANTOS, Mônica P.; FONSECA, M. P. S. **Concepções de docentes e licenciandos de educação física acerca de inclusão em educação: perspectiva omnilética em discussão.** *INTERACCOES*, v. 09, p. 128-145, 2013.

SANTOS, M. P.; NASCIMENTO, L. M. Diferentes Sentidos de “Não”: Vozes de Professores em Formação Continuada sobre o tema da Inclusão. In: Revista Linhas. Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 153-175, set./dez. 2016.

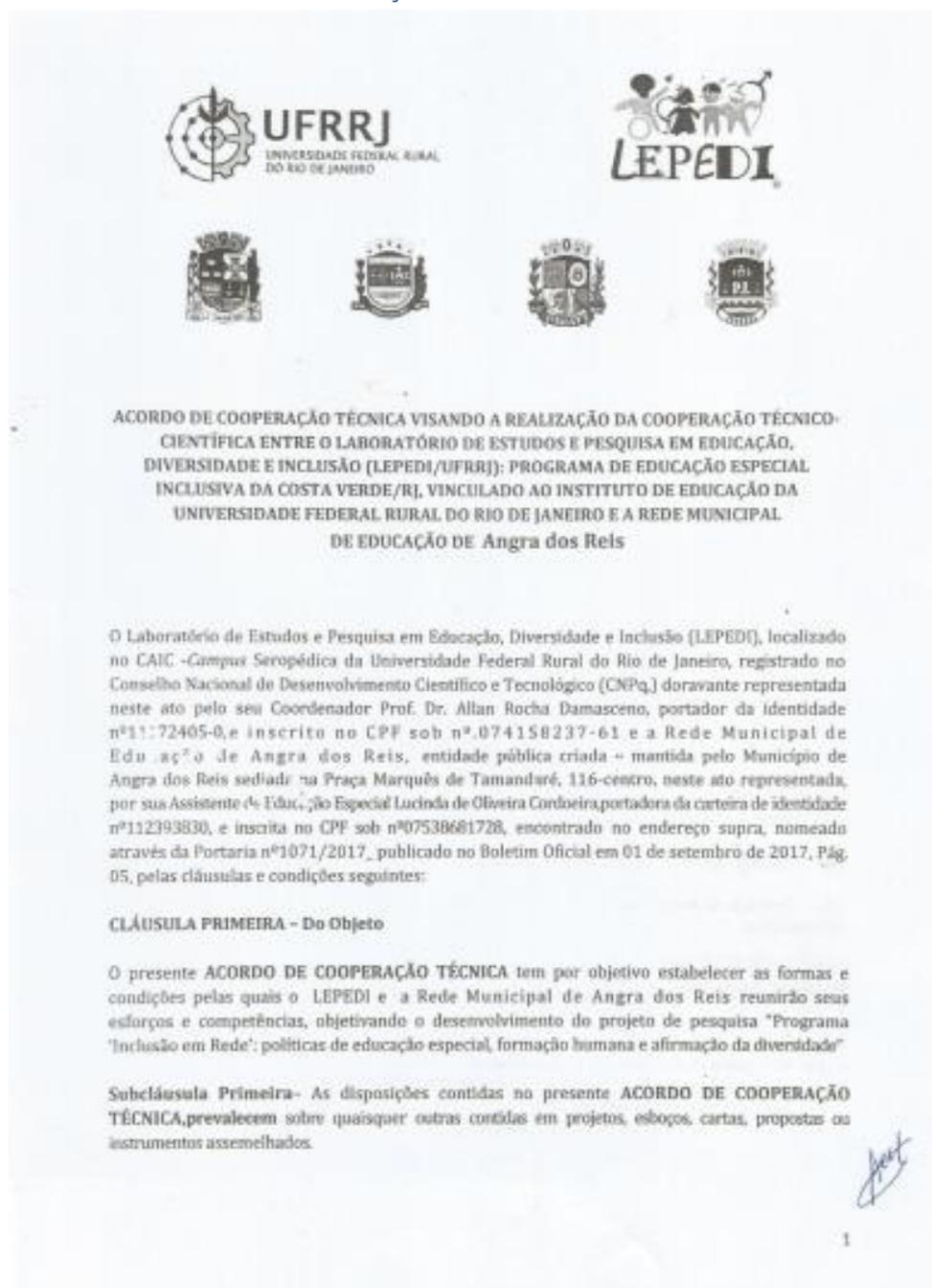
SANTOS, Mônica P.; NASCIMENTO, A. G.; MOTTA, Evanir da Rocha; CARNEIRO, Lillian Auguste Bruns. **O Index para a Inclusão como Instrumento de pesquisa: uma análise crítica.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 20, n. 4, p. 485-496, Out. Dez., 2014 - <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382014000400002>>

SPINK, Peter. **Continuidade e descontinuidade em organizações públicas: um paradoxo democrático.** Cadernos Fundap, São Paulo, Ano 7, n. 13, p. 57-65, abril de 1987.

VILARONGA, C.A.R. **Colaboração da educação especial em sala de aula: formação nas práticas pedagógicas do ensino.** Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014, 216 f.

ANEXOS

ANEXO A – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ANGRA DOS REIS



CLÁUSULA SEGUNDA – Das Obrigações das Partes

21. Observado o disposto na Cláusula Primeira, as entidades envolvidas se comprometem a alocar, dentro de suas possibilidades, recursos humanos e materiais, à disposição da presente Cooperação Técnica, desde que envolvidos em projetos conjuntos, mediante prévio entendimento, respeitados seus regulamentos e, desde que deste fato não decorra solução de continuidade na execução de suas atividades específicas e;

22. Tratar confidencialmente todas as informações relativas aos trabalhos executados e resultados obtidos, assegurando que as mesmas serão utilizadas somente pelos envolvidos, no âmbito da presente Cooperação e se comprometem a não revelá-las a qualquer terceiro, tomando todas as providências cabíveis para que esta confidencialidade seja mantida por seus respectivos quadros de funcionários, a fim de resguardar sua oportuna exploração pelas partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Execução

Para a consecução das finalidades indicadas na cláusula anterior, serão elaborados Planos de Trabalho, que integrarão os Convênios a serem firmados para cada projeto específico, onde definir-se-ão atribuições e responsabilidades específicas de cada participante, obedecidas as regras da Lei nº 8.666/93.

Subcláusula PRIMEIRA— O Plano de Trabalho deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

1. Identificação do objeto a ser executado;
2. Metas a serem atingidas;
3. Etapas ou fases de execução;
- 3.1. Plano de aplicação dos recursos financeiros;
- 3.2. Cronograma de acompanhamento do LEPEDI;
- 3.3. Previsão de início e fim de execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas.

CLÁUSULA QUARTA – Da Execução Das Etapas, Das Atividades E Do Acompanhamento.

O LEPEDI através do "Programa 'Inclusão em Rede': políticas de educação especial, formação humana e afirmação da diversidade" acompanhará junto a Rede Municipal de Educação de Angra dos Reis a realização dos projetos e o cumprimento de suas metas, descritas nos termos aditivos.

b) A Rede Municipal de Educação de Angra dos Reis e o LEPEDI farão o acompanhamento da execução deste ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, a fim de verificar o cumprimento das metas do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA - Do Aditamento

O presente Acordo de Cooperação Técnica poderá ser aditado, mediante assentimento das partes através de **Termo Aditivo**, sendo lícita a inclusão de novas cláusulas ou condições, vedada a alteração do seu objeto.

CLÁUSULA SEXTA - Da Coordenação.

Os projetos serão coordenados pelo Professor Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI), Prof. Dr. Allan Rocha Damasceno, que se responsabilizará pela execução e acompanhamento dos trabalhos.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Vigência

O presente acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da data de sua assinatura.

Subcláusula Primeira: Fluido o prazo de vigência do presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, caso o mesmo não seja prorrogado, os serviços previamente acordados entre as partes, objeto do Plano de Trabalho Anual, não terão seu andamento prejudicado, mantendo seu curso normal, até a sua completa execução.

Subcláusula Segunda: o presente instrumento poderá ser denunciado integral ou parcialmente, por iniciativa de qualquer uma das partes, objetivando o prazo de 90 (noventa) dias para pré-aviso.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

Sempre que for preciso, as alterações relacionadas às condições operacionais serão formalizadas em termos aditivos acordados entre os partícipes, inclusive quanto às ações ou atividades de interesse ou conveniência comum, dentro da finalidade aqui definida.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS FINANCEIROS.

O presente instrumento não envolve a transferência de recursos financeiros entre os partícipes, sendo que as despesas necessárias à consecução do seu objeto, se houver, deverão ser assumidas pelos parceiros, dentro dos limites de suas atribuições, vedadas exigências referentes a esse título.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido entre as partes, mediante aviso prévio, com o mínimo de 60 (sessenta) dias, por não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, pela superveniência de norma legal que o torne inexecutável, ou por consenso das partes, ressalvados os compromissos e obrigações assumidos em Planos de Trabalho em desenvolvimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Publicação

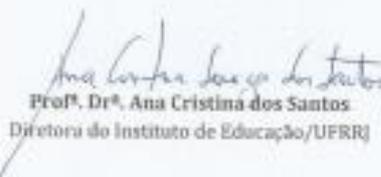
Ficará a cargo do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI) e/ou da Rede Municipal de Ensino de Angra dos Reis a publicação, em sítio eletrônico público, do presente **Acordo de Cooperação Técnica**, até o quinto dia útil do mês seguinte a o de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Do Foro

Nos termos do artigo 109 inciso I, da Constituição Federal, é competente o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para resolver as questões que não puderem ser resolvidas administrativamente.

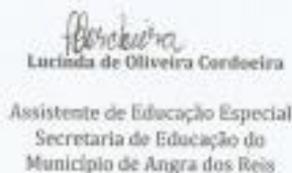
E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente **Acordo de Cooperação Técnica** em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos perante as testemunhas abaixo.

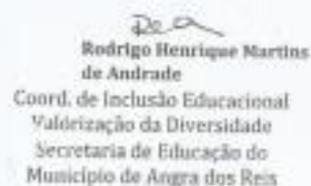
Angra dos Reis, 06 de agosto de 2020.


Prof.ª. Dr.ª. Ana Cristina dos Santos
 Diretora do Instituto de Educação/UFRRJ

Ana Cristina S. dos Santos
 Diretora - IE/UFRRJ
 SIAPE 038744

Prof. Dr. Allan Rocha Damasceno
 Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisa em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI)


Lucinda de Oliveira Cordeiro
 Assistente de Educação Especial
 Secretária de Educação do Município de Angra dos Reis


Rodrigo Henrique Martins de Andrade
 Coord. de Inclusão Educacional
 Valdeização da Diversidade
 Secretária de Educação do Município de Angra dos Reis

ANEXO B – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM MANGARATIBA





ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA VISANDO A REALIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA ENTRE O LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO (LEPEDI/UFRRJ): PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA DA COSTA VERDE/RJ, VINCULADO AO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO E A REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE Mangaratiba

O Laboratório de Estudos e Pesquisa em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI), localizado no CAIC - Campus Seropédica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq,) doravante representada neste ato pelo seu Coordenador Prof. Dr. Allan Rocha Damasceno, portador da identidade nº11172405-0 , e inscrito no CPF sob nº. 074158237-61 e a Rede Municipal de Educação de _____, entidade pública criada e mantida pelo Município de Mangaratiba sediada na Rua Ver. Cel. Lopes, 213, neste ato representada por seu Prefeito/Secretário (a) de educação/ Coordenador (a) de Educação Especial, Professor Hamilton Lopes de Lima, portador da Carteira de Identidade nº 28.592.729-7, CPF nº 2949152402 encontrado no endereço supra, nomeado através da Portaria 1506 de 11/05/2020 publicado no Diário Oficial em 14/05/2020, Pág. nº 1130 pág 13, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA tem por objetivo estabelecer as formas e condições pelas quais o LEPEDI e a Rede Municipal de Mangaratiba reunirão seus esforços e competências, objetivando o desenvolvimento do projeto de pesquisa "Programa Inclusão em Rede": políticas de educação especial, formação humana e afirmação da diversidade"

Subcláusula Primeira - As disposições contidas no presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, prevalecem sobre quaisquer outras contidas em projetos, esboços, cartas, propostas ou instrumentos semelhantes.

1 

CLÁUSULA SEGUNDA - Das Obrigações das Partes

2.1. Observado o disposto na Cláusula Primeira, as entidades envolvidas se comprometem a alocar, dentro de suas possibilidades, recursos humanos e materiais, à disposição da presente Cooperação Técnica, desde que envolvidos em projetos conjuntos, mediante prévio entendimento, respeitados seus regulamentos e, desde que deste fato não decorra solução de continuidade na execução de suas atividades específicas e;

2.2. Tratar confidencialmente todas as informações relativas aos trabalhos executados e resultados obtidos, assegurando que as mesmas serão utilizadas somente pelos envolvidos, no âmbito da presente Cooperação e se comprometem a não revelá-las a qualquer terceiro, tomando todas as providências cabíveis para que esta confidencialidade seja mantida por seus respectivos quadros de funcionários, a fim de resguardar sua oportuna exploração pelas partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Execução

Para a consecução das finalidades indicadas na cláusula anterior, serão elaborados Planos de Trabalho, que integrarão os Convênios a serem firmados para cada projeto específico, onde definir-se-ão atribuições e responsabilidades específicas de cada partícipe, obedecidas as regras da Lei nº 8.666/93.

Subcláusula PRIMEIRA— O Plano de Trabalho deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

1. Identificação do objeto a ser executado;
2. Metas a serem atingidas;
3. Etapas ou fases de execução;
 - 3.1. Plano de aplicação dos recursos financeiros;
 - 3.2. Cronograma de acompanhamento do LEPEDI;
 - 3.3. Previsão de início e fim de execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas.

CLÁUSULA QUARTA - Da Execução Das Etapas, Das Atividades E Do Acompanhamento.

O LEPEDI através do "Programa 'Inclusão em Rede': políticas de educação especial, formação humana e afirmação da diversidade" acompanhará junto a Rede Municipal de Educação de Mangralba a realização dos projetos e o cumprimento de suas metas, descritas nos termos aditivos.

b) - A Rede Municipal de Educação de Marquês e o LEPEDI farão o acompanhamento da execução deste **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, a fim de verificar o cumprimento das metas do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA - Do Aditamento

O presente Acordo de Cooperação Técnica poderá ser aditado, mediante assentimento das partes através de **Termo Aditivo**, sendo lícita a inclusão de novas cláusulas ou condições, vedada a alteração do seu objeto.

CLÁUSULA SEXTA - Da Coordenação

Os projetos serão coordenados pelo Professor Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI), Prof. Dr. Allan Rocha Damasceno, que se responsabilizará pela execução e acompanhamento dos trabalhos.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Vigência

O presente acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da data de sua assinatura.

Subcláusula Primeira: Fluido o prazo de vigência do presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, caso o mesmo não seja prorrogado, os serviços previamente acordados entre as partes, objeto do Plano de Trabalho Anual, não terão seu andamento prejudicado, mantendo seu curso normal, até a sua completa execução.

Subcláusula Segunda: o presente instrumento poderá ser denunciado integral ou parcialmente, por iniciativa de qualquer uma das partes, objetivando o prazo de 90 (noventa) dias para pré-aviso.

CLÁUSULA OITAVA - Da Rescisão

O presente instrumento poderá ser rescindido entre as partes, mediante aviso prévio, com o mínimo de 60 (sessenta) dias, por não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, pela superveniência de norma legal que o torne inexequível, ou por consenso das partes, ressalvados os compromissos e obrigações assumidos em Planos de Trabalho em desenvolvimento.

CLÁUSULA NONA - Da Publicação

Ficará a cargo do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI) e/ou da Rede Municipal de Ensino de Marquês a publicação, em site eletrônico

público, do presente **Acordo de Cooperação Técnica**, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA - Do Foro

Nos termos do artigo 109 inciso I, da Constituição Federal, é competente o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para resolver as questões que não puderem ser resolvidas administrativamente.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente **Acordo de Cooperação Técnica** em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos perante as testemunhas abaixo.

RJ, 03 de Julho de 2020.

Ana Cristina dos Santos
 Prof.ª. Dr.ª. Ana Cristina dos Santos
 Diretora do Instituto de Educação, UFRJ
 Ana Cristina S. dos Santos
 Diretora - IE/UFRJ
 SAPE 0367344

Prof. Dr. Allan Rocha Damasceno
 Coordenador do Laboratório de
 Estudos e Pesquisa em Educação,
 Diversidade e Inclusão (LEPEDI)

Nome do responsável da rede
 Secretaria Municipal de Educação

Márcia Lopes de Lima
 Secretária Municipal de Educação,
 Esportes e Lazer
 Portaria 1606/2020

TESTEMUNHAS:

Nome: Ana Carla da C. Rosa Silva Nome: _____
 Identidade: 12514256-5 Identidade: _____
 Assinatura: [Assinatura] Assinatura: _____

Ana Carla da Conceição Rosa Silva
 Diretora da DCEP
 Matrícula: 2647

ANEXO C – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM PARATY





ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA VISANDO A REALIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA ENTRE O LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO (LEPEDI/UFRRJ): PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA DA COSTA VERDE/RJ, VINCULADO AO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO E A REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE Paraty

O Laboratório de Estudos e Pesquisa em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI), localizado no CAIC - Campus Seropédica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) doravante representada neste ato pelo seu Coordenador Prof. Dr. Allan Rocha Damasceno, portador da identidade nº 11172405-0, e inscrito no CPF sob nº. 074158237-61 e a Rede Municipal de Educação de Paraty entidade pública criada e mantida pelo Município de Paraty, RJ, sediada na Rua João B. de Lencastre, 442 neste ato representada, por seu Prefeito/Secretário (a) de educação/ Coordenador (a) de Educação Especial, Professor Adriano Nogueira Gabriel, portador da Carteira de Identidade nº 45720526-7, CPF nº 132772085-9 encontrado no endereço supra, nomeado através da Portaria 920/2019 publicado no Diário Oficial em 05 de março de 2019, 02 out 2019 pelas cláusulas e condições seguintes: 05/11/19

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** tem por objetivo estabelecer as formas e condições pelas quais o LEPEDI e a Rede Municipal Paraty reunirão seus esforços e competências, objetivando o desenvolvimento do projeto de pesquisa "Programa "Inclusão em Rede": políticas de educação especial, formação humana e afirmação da diversidade"

Subcláusula Primeira - As disposições contidas no presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, prevalecem sobre quaisquer outras contidas em projetos, esboços, cartas, propostas ou instrumentos semelhantes.

1

CLÁUSULA SEGUNDA - Das Obrigações das Partes

2.1. Observado o disposto na Cláusula Primeira, as entidades envolvidas se comprometem a alocar, dentro de suas possibilidades, recursos humanos e materiais, à disposição da presente Cooperação Técnica, desde que envolvidos em projetos conjuntos, mediante prévio entendimento, respeitados seus regulamentos e, desde que deste fato não decorra solução de continuidade na execução de suas atividades específicas e;

2.2. Tratar confidencialmente todas as informações relativas aos trabalhos executados e resultados obtidos, assegurando que as mesmas serão utilizadas somente pelos envolvidos, no âmbito da presente Cooperação e se comprometem a não revelá-las a qualquer terceiro, tomando todas as providências cabíveis para que esta confidencialidade seja mantida por seus respectivos quadros de funcionários, a fim de resguardar sua oportuna exploração pelas partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Execução

Para a consecução das finalidades indicadas na cláusula anterior, serão elaborados Planos de Trabalho, que integrarão os Convênios a serem firmados para cada projeto específico, onde definir-se-ão atribuições e responsabilidades específicas de cada partícipe, obedecidas as regras da Lei nº 8.666/93.

Subcláusula PRIMEIRA— O Plano de Trabalho deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

1. Identificação do objeto a ser executado;
2. Metas a serem atingidas;
3. Etapas ou fases de execução;
- 3.1. Plano de aplicação dos recursos financeiros;
- 3.2. Cronograma de acompanhamento do LEPEDI;
- 3.3. Previsão de início e fim de execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas.

CLÁUSULA QUARTA - Da Execução Das Etapas, Das Atividades E Do Acompanhamento.

O LEPEDI através do "Programa Inclusão em Rede": políticas de educação especial, formação humana e afirmação da diversidade" acompanhará junto a Rede Municipal de Educação de Paraty a realização dos projetos e o cumprimento de suas metas, descritas nos termos aditivos.

b) - A Rede Municipal de Educação de Paraty e o LEPEDI farão o acompanhamento da execução deste **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, a fim de verificar o cumprimento das metas do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA - Do Aditamento

O presente Acordo de Cooperação Técnica poderá ser aditado, mediante assentimento das partes através de Termo Aditivo, sendo lícita a inclusão de novas cláusulas ou condições, vedada a alteração do seu objeto.

CLÁUSULA SEXTA - Da Coordenação

Os projetos serão coordenados pelo Professor Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI), Prof. Dr. Allan Rocha Damasceno, que se responsabilizará pela execução e acompanhamento dos trabalhos.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Vigência

O presente acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da data de sua assinatura.

Subcláusula Primeira: Fluido o prazo de vigência do presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, caso o mesmo não seja prorrogado, os serviços previamente acordados entre as partes, objeto do Plano de Trabalho Anual, não terão seu andamento prejudicado, mantendo seu curso normal, até a sua completa execução.

Subcláusula Segunda: o presente instrumento poderá ser denunciado integral ou parcialmente, por iniciativa de qualquer uma das partes, objetivando o prazo de 90 (noventa) dias para pré-aviso.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

Sempre que for preciso, as alterações relacionadas às condições operacionais serão formalizadas em termos aditivos acordados entre os partícipes, inclusive quanto às ações ou atividades de interesse ou conveniência comum, dentro da finalidade aqui definida.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS FINANCEIROS.

O presente instrumento não envolve a transferência de recursos financeiros entre os partícipes, sendo que as despesas necessárias à consecução do seu objeto se houver deverão ser

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido entre as partes, mediante aviso prévio, com o mínimo de 60 (sessenta) dias, por não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, pela superveniência de norma legal que o torne inexecutável, ou por consenso das partes, ressalvados os compromissos e obrigações assumidos em Planos de Trabalho em desenvolvimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Publicação

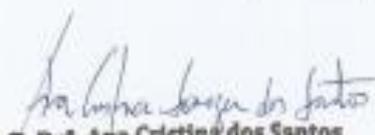
Ficará a cargo do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI) e/ou da Rede Municipal de Ensino de Paraty a publicação, em sítio eletrônico público, do presente Acordo de Cooperação Técnica, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Do Foro

Nos termos do artigo 109 inciso I, da Constituição Federal, é competente o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para resolver as questões que não puderem ser resolvidas administrativamente.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente Acordo de Cooperação Técnica em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos perante as testemunhas abaixo.

Paraty, 10 de Julho de 2020.


Prof.ª Dr.ª Ana Cristina dos Santos
 Diretora do Instituto de Educação/UFRRJ


 Ana Cristina S. dos Santos
 Diretora - IE/UFRRJ
 SAPE 0387344

Prof. Dr. Allan Rocha Damasceno
 Coordenador do Laboratório de
 Estudos e Pesquisa em Educação,
 Diversidade e Inclusão (LEPEDI)


 Nome do responsável da rede
 Secretaria Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

Nome: Eliana Jesus da R. Santos Nome: _____

Identidade: 081.085.52-4 Identidade: _____

Assinatura: [assinatura] Assinatura: _____

Matricula: 200.946.

ANEXO D – PLANO DE AÇÃO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA COSTA VERDE 2022-2025

A stylized tree with a brown trunk and branches. The leaves are represented by green and blue hands of various sizes, symbolizing growth, inclusion, and community.

**PLANO DE AÇÃO
INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ESPECIAL DA REGIÃO DA COSTA
VERDE**

2022-2025

**Programa
Inclusão em Redes**

Políticas de Educação Especial, Formação
Humana e Afirmação da Diversidade

Instituto de Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IE/UFRRJ)
Diretora Profª Drª Ana Cristina dos Santos

Laboratório de Estudos e Pesquisa em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI)
Coordenador Geral Prof. Dr. Allan Rocha Damasceno

PROGRAMA INCLUSÃO EM REDES: políticas de educação especial, formação humana e afirmação da diversidade
Coordenador: Prof. Dr. Allan Rocha Damasceno
Articuladora: Profª. Ms^{ca}. Alessandra Andrade Cardoso

Secretaria de Educação de Angra dos Reis - Departamento de Diversidade e Inclusão (DEDIN) Coordenadora de Educação Especial- Profª. Lucinda de Oliveira Cordoieira

Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Mangaratiba - Diretoria de Educação Especial e Diversidade (DEED)
Diretora Participante do Programa Inclusão em Redes Ana Carla da Conceição Rosa
Diretor Prof. Daniel Martinez

Secretaria Municipal de Educação de Paraty - Setor Pedagógico
Coordenadora de Educação Especial - Eliana Jesus dos Remédios Santos

Colaboradores participantes:

Ana Cristina Luz Lacerda
Caroline Barboza da Silveira Brunizavel
Cláudia Celencina Carvalho de Miranda
Daniel Martinez da Horta
Dulcinéia Forriel dos Reis Frutuozo
Gustavo Diniz de Mesquita Taveira
Joana da Rocha Moreira
Mariana de Mello Reis
Mônica Alves de Matos Pereira
Nicéia Galindo Teixeira
Priscila Vasconcellos Braga
Renata da Silva Borges da Fonseca
Renata de Souza Carvalhaes
Rosângela Costa Soares Cabral

Abril/2022
Seropédica

*Não é no silêncio que os homens se
fazem, mas na palavra, no trabalho, na
ação-reflexão.*

Paulo Freire

Sumário

| | |
|---|----|
| APRESENTAÇÃO | 4 |
| I. Metas referentes à Educação Especial nos Planos Municipais de Educação dos Municípios da Costa Verde/RJ | 6 |
| Meta: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (Meta 4 PNE) | 6 |
| DISPOSIÇÕES FINAIS | 9 |
| REFERÊNCIAS | 10 |

APRESENTAÇÃO

Este documento base é fruto do processo de construção coletiva, desencadeado pela decisão política e pedagógica de submeter ao debate intermunicipal as ideias e proposições em face do Plano de Ação Intermunicipal de Educação Especial da Região da Costa Verde assegurando a cooperação entre os sistemas municipais de ensino e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) através do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI).

A Educação Especial na perspectiva da inclusão é responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fazendo-se necessário envolvimento e articulação de todos esses atores, o que torna uma tarefa grandiosa e solidária; o proposto no Programa Inclusão em Redes é somente um passo inicial dessa tarefa. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) revelam que:

Em todo o mundo, durante muito tempo o diferente foi colocado à margem da educação: o aluno com deficiência, particularmente, era atendido apenas em separado ou então simplesmente excluído do processo educativo, com base em padrões de normalidade; a educação especial, quando existente, também mantinha-se apartada com relação à organização e provisão de serviços educacionais (BRASIL, 2001, p.5).

Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva podemos destacar o trecho que diz:

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. (BRASIL, 2008, p.1).

De acordo com a Pesquisa em curso do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI), responsável pela criação do Programa Inclusão em Redes, foram observadas narrativas que indicam que, a exemplo da esfera federal, municípios da Região da Costa Verde sofrem ao longo dos últimos anos com a “descontinuidade administrativa” acarretada por mudanças no

poder executivo municipal o que representa desafios não só para a educação do ensino regular, mas fundamentalmente para a educação especial, que historicamente sofre com as rupturas políticas que impactam o desenvolvimento da modalidade. Para Spink:

A expressão 'continuidade e descontinuidade administrativa' refere-se aos dilemas, práticas e contradições que surgem na Administração Pública, Direta e Indireta, a cada mudança de governo e a cada troca de dirigentes. Como fenômeno, manifesta-se pelas consequências organizacionais de preencher um sem-número de cargos de confiança, explícita ou implicitamente disponíveis para distribuição no interior das organizações públicas (SPINK, 1987, p. 57).

Logo, consideramos legítimo o movimento de cooperação entre as redes de ensino para dialogarem sobre suas políticas de inclusão, contribuindo, sobremaneira, para a ressignificação da educação da região e da sociedade, oportunizando a democratização de espaços historicamente segregados. A concepção de educação para a inclusão que orienta as políticas educacionais e os atuais marcos normativos asseguram não apenas o acesso dos estudantes PAEE, mas a sua permanência e sucesso no sistema escolar, rompendo com uma trajetória de exclusão e segregação das pessoas com deficiência, bem como modifica as práticas educativas.

Tomando por base as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) como política de Estado, serão apresentadas, a seguir, proposições e estratégias constantes nos Planos Municipais de Educação dos municípios da Costa Verde/RJ indicando as responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os participantes tendo por princípios a garantia do regime de colaboração.

I. Metas referentes à Educação Especial nos Planos Municipais de Educação dos Municípios da Costa Verde/RJ

Quadro: Meta, estratégias e ações colaborativas

| Meta: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (Meta 4 PME) | |
|--|--|
| Estratégias | Ações colaborativas |
| 1. Promover a discussão para assegurar a criação dos cargos funcionais de: guia-intérprete, instrutor mediador, revisor Braille, psicólogo educacional, fonoaudiólogo educacional e assistente social educacional (Estrat. 4.4 PME/AR) | Promover a interlocução entre os poderes executivo e legislativo para explicitar a demanda dos profissionais/cargos para a modalidade educação especial. Realizar debate acerca de editais para a previsão de concursos públicos para contemplar os cargos. |
| 2. Garantir programas e/ou projetos de orientação psicológica, fonoaudiológica e de assistência social às famílias de alunos público-alvo da educação especial até que sejam criados os cargos de psicólogo educacional, fonoaudiólogo educacional e assistente social educacional para lotação efetiva na Secretaria de Educação, quando então tais funções passam a ser inerentes ao cargo. (Estrat. 4.6 PME/AR) | Construir Programas e/ou projetos de forma colaborativa fomentando políticas que implementem equipes de apoio nas secretarias de educação. |
| 3. Garantir a itinerância pedagógica periódica de profissionais especializados nas diferentes necessidades educacionais especial/específica como suporte à inclusão para as equipes técnico-pedagógica, o professor regente, o monitor/apoio/agente de educação especial e o aluno especial em classe regular; (Estrat. 4.7 PME/AR) | Planejar em conjunto itinerância pedagógica que ultrapasse os limites dos municípios criando uma grande rede de apoio intermunicipal. |
| 4. Estabelecer convênios e parcerias com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de programas educacionais para reabilitação da | Buscar convênios/parcerias que contemplem as redes de ensino participantes do Programa. |

| | |
|--|--|
| <p>5. Garantir aos alunos público-alvo da educação especial, recursos pedagógicos diferenciados necessários à sua aprendizagem. (Estrat. 4.13 PME/AR)</p> | <p>Garantir espaços de troca (mostras, seminários, oficinas etc.) entre os docentes das redes de ensino e profissionais especializados na educação especial para fomentar e valorizar a pluralidade de ideias e troca de experiências.</p> |
| <p>6. Propor programas e projetos de geração de trabalho e renda em articulação com as demais políticas públicas do município, efetivando a terminalidade específica para os alunos público-alvo da educação especial que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências. (Estrat. 4.10 PME/AR)</p> | <p>Construir Programas e/ou projetos de forma colaborativa fomentando políticas que implementem geração de trabalho na região da Costa Verde/RJ para atender a demanda dos estudantes com deficiência.</p> |
| <p>7. Garantir convênios e parcerias com instituições públicas e privadas como universidades e institutos de pesquisa para a oferta de cursos de extensão e especialização na área de educação especial aos profissionais que atuam na educação. (Estrat. 4.21 PME/AR)</p> | <p>Buscar convênios que contemplem as redes de ensino participantes do Programa com cursos de extensão e especialização na área de educação especial.</p> |
| <p>8. Estabelecer convênios e parcerias com entidades públicas e privadas, como universidades e institutos de pesquisa para a oferta de cursos técnicos e estágios especializados propiciando maior aprofundamento de estudos aos alunos que apresentam Altas Habilidades/Superdotação. (Estrat. 4.22 PME/AR)</p> | <p>Buscar convênios que contemplem as redes de ensino participantes do Programa para ofertar cursos e estágios voltados aos estudos dos estudantes que apresentam altas habilidades ou superdotação.</p> |
| <p>9. Estabelecer parceria para intercâmbio entre instituições filantrópicas, comunitárias e a rede pública de ensino para discussão teórica e prática, troca de experiências e produção de materiais, assim como a criação e implantação de oficinas multifuncionais como suporte à inclusão. (Estrat. 4.23 PME/AR)</p> | <p>Efetivar parcerias que contemplem as redes de ensino participantes do Programa potencializando a capilaridade para toda a região.</p> |
| <p>10. Promover flexibilizações curriculares, orientações, procedimentos e estratégias para</p> | <p>Promover espaços de debate entre profissionais das redes de ensino</p> |

| | |
|--|--|
| <p>elaborar planos de desenvolvimento individual que permitam satisfazer adequadamente os principais tipos de necessidades específicas dos alunos. (Estrat. PME/Mangaratiba)</p> | <p>participantes na busca por soluções colaborativas que levem a superação das dificuldades pedagógicas apresentadas pelas redes de ensino.</p> |
| <p>11. Garantir formação continuada para professores visando o Atendimento Educacional Especializado e para os demais profissionais da educação escolar. (Estrat. PME/Mangaratiba)</p> | <p>Investigar junto aos profissionais da rede suas demandas de formação no âmbito da educação especial.</p> <p>Proporcionar troca entre as redes de possibilidades de formação continuada que possa atender a um maior número de profissionais ampliando a produção de conhecimentos específicos para a educação especial.</p> |
| <p>12. Garantir a criação e a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda manifesta do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdo cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilingues. (Estrat. 6.11 PME/Paraty)</p> | <p>Elaborar documento, com embasamento nos dispositivos legais, que justifique a ampliação das equipes de profissionais da educação que atendam à demanda de educação especial em sua totalidade.</p> <p>Caracterização/recenseamento (profissionais, serviços, apoios etc.) da modalidade educação especial que materialize/visualize à demanda de estudantes com deficiência.</p> <p>Criar colaborativamente instrumentos que indiquem quem são, onde estão os estudantes e quais são as suas deficiências para que as redes possam atender às suas especificidades.</p> |
| <p>13. Garantir a disponibilização de mídiatca e materiais de apoio para leitura adaptados para os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, nas bibliotecas do município de forma a atender todas as modalidades de ensino. (Estrat. 6.21 PME/Paraty)</p> | <p>Construir acervo com mídias de fácil acesso aos profissionais das redes participantes (plataforma, blog, página em redes sociais..) que possa ser alimentado e consultado pelos profissionais da educação.</p> |
| <p>14. Promover reuniões periódicas entre os representantes gestores da</p> | <p>Manter reuniões a cada dois meses, de forma alternada entre virtual e</p> |

| | |
|--|---|
| educação especial das redes de ensino da Região da Costa Verde/RJ. | presencial, para fortalecer os gestores em suas ações de maneira a qualificar o atendimento à modalidade da educação especial na região. |
| 15. Realizar Fórum Intermunicipal de Educação Especial da Costa Verde/RJ | Facilitar a articulação, de forma descentralizada e em redes com desdobramentos em ações concretas para a consolidação da inclusão em educação na região da Costa Verde/RJ. |

DISPOSIÇÕES FINAIS

O Programa Inclusão em Redes tem por objetivo nesse trabalho criar possibilidades de contribuição acadêmica e de reflexão com as redes municipais, sendo apenas um meio para o alcance de diálogos, reflexões e debates na busca incessante de encontrarmos formas de resistência e de desbarbarização da sociedade. Os sistemas municipais de ensino, através de suas coordenações de educação especial, poderão revisar e alterar esse documento de acordo com suas necessidades e de forma colaborativa.

O documento segue referendado pelos presentes¹.

¹ Listagem no Anexo I

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. PNE em movimento. **Base Legal**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/#onepage>> Acesso em: 27 de março de 2022.

_____. **POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> pdf > politicaeducespecial> Acesso em: 27 de março de 2022.

SPINK, Peter. **Continuidade e descontinuidade em organizações públicas: um paradoxo democrático**. Cadernos Fundap, São Paulo, Ano 7, n. 13, p. 57-65, abril de 1987.

Plano Municipal de Educação de Angra dos Reis. Lei Nº 3.357 de 02 de julho de 2015. Prefeitura da Cidade de Angra dos Reis. 2015. 36 páginas.

Plano Municipal de Educação de Mangaratiba. Lei Nº 963 de 22 de junho de 2015. Prefeitura da Cidade de Mangaratiba. 2015. 117 páginas.

Plano Municipal de Educação de Paraty. Lei Nº 2028/2015. Prefeitura da Cidade de Paraty. 2015. 41 páginas.



ANEXO E – LISTA DE PRESENÇA DO I SEMINÁRIO DO PROGRAMA INCLUSÃO EM REDES



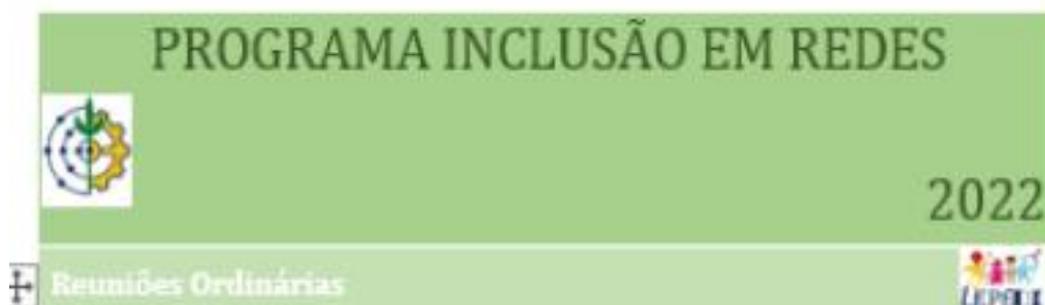
Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e
Inclusão - LEPEDI/UFRRJ

I Seminário do Programa "Inclusão em Redes"

Seropédica, 28 de abril de 2022.

| # | Nome completo | e-mail |
|----|---------------------------------|--------------------------------|
| 1 | Daniel Martinez da Costa | djmartinezcultura@gmail.com |
| 2 | HELENA | cahroca@yahoo.com.br |
| 3 | Luizcelso Vasconcelos Braga | priscila.v.braga@yahoo.com.br |
| 4 | Guilherme de N. Sousa | GuilhermeN@ig.com |
| 5 | Renata dos R. Barros da Fonseca | renata.barros88@hotmail.com |
| 6 | Lucinda de Almeida Santana | lucinda.santana@gmail.com |
| 7 | Mariana da Silva Reis | maria_muller@hotmail.com |
| 8 | Milceia Galindo Teixeira | milceia.galindo@ig.com |
| 9 | Paulina Souza da Silva Brumel | brumel.paulina@ig.com |
| 10 | Renata de Souza Carneiro | renatasouza@ig.com |
| 11 | Dulcinea Leal dos Reis Brito | dulcinea.leal@ig.com |
| 12 | Isadora da Rocha Moreira | isadorarocha@ig.com |
| 13 | Rosângela Costa Soares Cabral | rosangelacabral@ig.com |
| 14 | Elisandra dos Santos | elisandra.santos@ig.com |
| 15 | Mica Augusta Kuhl Kozlowski | amaphono1@hotmail.com |
| 16 | Mônica Alves de Matos Perce | monica.perce.2012@yahoo.com.br |
| 17 | | |
| 18 | | |
| 19 | | |
| 20 | | |
| 21 | | |
| 22 | | |
| 23 | | |
| 24 | | |
| 25 | | |
| 26 | | |
| 27 | | |
| 28 | | |
| 29 | | |
| 30 | | |

ANEXO F – CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO PROGRAMA INCLUSÃO EM REDES PARA O ANO DE 2022.



ESTR. 14. DO PLANO DE AÇÃO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.

Promover reuniões periódicas entre os representantes gestores da educação especial das redes de ensino da Região da Costa Verde/RJ.



| MÊS | DIA | LOCAL |
|----------|-----|------------------|
| ABRIL | 28 | UFRRJ |
| JUNHO | 21 | Plataforma Skype |
| AGOSTO | 18 | Paraty |
| OUTUBRO | 18 | Angra dos Reis |
| DEZEMBRO | 05 | Mangaratiba |

O link para as reuniões virtuais é <https://join.skype.com/2ce551d6cW4aR>

